

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

FELA ARMANDO PEREIRA

**INSERÇÃO INTERNACIONAL DE UM PEQUENO ESTADO: ANÁLISE SOBRE A
CAPACIDADE ESTATAL DA GUINÉ-BISSAU**

TESE DE DOUTORADO

PORTO ALEGRE

2020

FELA ARMANDO PEREIRA

**INSERÇÃO INTERNACIONAL DE UM PEQUENO ESTADO: ANÁLISE SOBRE A
CAPACIDADE ESTATAL DA GUINÉ-BISSAU**

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção de grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Linha de Pesquisa: Política Internacional e Defesa

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

PORTO ALEGRE

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Fela Armando
Inserção Internacional de um pequeno Estado:
Análise sobre a Capacidade Estatal da Guiné-Bissau /
Fela Armando Pereira. -- 2020.
164 f.
Orientador: Eduardo Munhoz Svartman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Guiné-Bissau. 2. Estado. 3. Política Externa. 4.
Capacidade Estatal. 5. Defesa Segurança. I. Svartman,
Eduardo Munhoz, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FELA ARMANDO PEREIRA

**INSERÇÃO INTERNACIONAL DE UM PEQUENO ESTADO: ANÁLISE SOBRE A
CAPACIDADE ESTATAL DA GUINÉ-BISSAU**

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção de grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: Porto Alegre, 23 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Granato

UFRGS

Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

UFSM

Esta tese é dedicada à memória do meu irmão mais velho
Arlis da Silva Pereira por sua atenção comigo quando era
criança.

AGRADECIMENTOS

A Deus, aos meus pais, Armando Pereira e Linda Oliveira, pela educação e o apoio concedido durante o meu percurso acadêmico. Também sou grato aos meus irmãos pela força que me deram para seguir sempre em frente nos momentos difíceis. Retribuo ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de permitir desenvolver a tese de doutoramento nessa magnífica instituição.

Ademais, queria gratificar a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida ao longo de quatro anos de estudo. Agradeço ainda a Universidade Livre de Bruxelas (ULB) pela oportunidade de possibilitar fazer o meu doutorado sanduíche nessa reconhecida instituição de ensino.

Por esse motivo, agradeço imensamente à minha co-orientadora na ULB, Isaline Bergamaschi pela ajuda, conselhos e, em especial, a apreciação crítica ao meu projeto de pesquisa. Sendo a sua contribuição fundamental para o desenvolvimento desse trabalho. Igualmente reconheço ao professor Carlos Arturi pelo contato feito com a Universidade Livre de Bruxelas.

Agradeço também a Frédéric Louault pela disponibilidade demonstrada em aceitar o meu pedido para fazer doutorado sanduíche na ULB. Nesse sentido, prezaria gratular de coração ao meu irmão brasileiro, Leonardo Marmontel Braga e a sua querida família, em especial, a sua mãe Vera, pela força e por tudo que fizeram por mim durante esse período.

Agradeço fortemente ao professor Rivair Macedo pela ajuda financeira concedida durante a minha ida a CODESRIA, em busca dos documentos para a escrita da Tese. Grato também a Maurice Toupane do Instituto de Estudo de Segurança (ISS) em Dakar, pelo fornecimento dos documentos oficiais sobre a Guiné-Bissau.

Meus agradecimentos ao Consul da Guiné-Bissau em Bruxelas, Bélgica, Apolinário de Carvalho, pela nossa conversa informal sobre os principais eixos de atuação externa da Guiné-Bissau durante os períodos coloniais e pós-coloniais.

Similarmente, gostaria de agradecer ao Diretor dos Serviços de Cooperação Bilateral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Julião de Almeida, pelo fornecimento dos documentos oficiais do país relacionados à Política Externa. Do mesmo modo, gostaria de agradecer a Vincent Foucher pelos conselhos e por me disponibilizar as bibliografias importantes sobre a Guiné-Bissau.

Dessa forma, deixo aqui minha verdadeira gratidão, particularmente, a minha querida Vera Beatriz Coracine Dutra, pelo apoio e dedicação em me amparar nas horas de desespero. Da mesma maneira desejaria agradecer profundamente aos integrantes da banca do exame de qualificação do projeto de pesquisa, em especial, ao Prof. Dr. Leonardo Granato, Prof. Dr. Igor Castellano da Silva pelas críticas construtivas sobre os pontos fracos do projeto de pesquisa e aos restantes componentes do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política pelos ensinamentos, meu infindável reconhecimento.

Ao nosso querido secretário do Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Lucas, pelo apoio e prestação incansável de serviço. Direciono todo o merecimento dessa pesquisa ao meu admirado orientador, Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman, pelos comentários detalhados e perceptivos que melhoraram significativamente o projeto inicial e a tese final, tendo assim minha profunda gratidão e serei muito agradecido aos seus brilhantes ensinamentos.

Agradeço profundamente a todos os meus amigos que a vida me deu ao longo da minha trajetória acadêmica, em especial, Ricardo Ossagô de Carvalho, Nilton Cardoso, Emilio Zeca, Butler Gomes e Matty Djalo. Além disso, agradeço Ndomolo Fernandes pelo apoio e dedicação durante todo esse período de estudo.

Por fim, agradeço aos colegas de doutorado em Ciência Política pelos momentos bons e difíceis de aprendizado que tivemos ao longo da nossa formação. Em suma, quero dizer a todos que sem o apoio de vocês não seria possível o desenvolvimento desse trabalho tão importante da minha vida. Assim, tendo a minha eterna gratidão para todos! Espera-se que a tese final seja útil para uma nova geração de estudiosos nessa área, principalmente, aos estudantes guineenses.

Cada geração deve, numa relativa opacidade, descobrir a sua missão, cumpri-la ou atraí-la. [...]. A nossa missão histórica, a missão daqueles que tomaram a decisão de acabar com o colonialismo, consiste em ordenar todas as revoltas, todos os actos desesperados, todas as tentativas abortadas ou afogadas em sangue (FANON, 2015, p. 21).

RESUMO

A Guiné-Bissau é um pequeno Estado Africano localizado na África Ocidental. O país se tornou independente de Portugal em 1974. Após a independência, a dinâmica política do país tem sido marcada pela constante situação de instabilidade política governativa. Além disso, as Forças Armadas continuam interferindo na política para controlar os governos civis. Entretanto, as elites dirigentes não têm sido capazes de criar uma política nacional de defesa e segurança para definir as missões das Forças Armadas. Como resultado, as instituições do Estado permanecem frágeis e a Guiné-Bissau continua dependente dos recursos externos para pagar suas despesas públicas. O Estado guineense não consegue manter o controle efetivo do seu território nacional e garantir segurança para população. Dessa forma, para melhor esclarecer o tema tem-se como objetivo principal analisar e explicar a política externa de defesa e segurança internacional da Guiné-Bissau, compreendida como um fenômeno mais amplo que é a inserção internacional de pequenos estados. Para a realização da tese foi feito um estudo de caso embasado na coleta de dados e de referencial teórico, além de documentos oficiais do Estado. De acordo com Clapham (2000), Khadiagala, Lyons *et al.* (2001), vários estados africanos são frágeis e dependentes de ajuda externa. Com isso, os parceiros externos aproveitam-se da fragilidade dos estados para oferecer apoio externo em troca de recursos naturais. No entanto, os pequenos estados seguem atuando em busca dos seus objetivos nacionais. Dessa forma, diante do que foi debatido e corroborado por Jackson e Rosberg (1982), Bayart (1999), Chabal e Daloz (1999), Clapham (2000) e Englebert *et al.* (2013), a tese concluiu que a Guiné-Bissau é um pequeno Estado Africano e em processo de construção, bem como de consolidação das instituições administrativas. No entanto, a Guiné-Bissau tem as capacidades institucionais limitadas para fazer uma política externa moderada, principalmente, no contexto de Defesa e Segurança.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Estado. Política Externa. Capacidade Estatal. Defesa Segurança.

ABSTRACT

Guinea-Bissau is a small African state located in West Africa. The country became independent from Portugal in 1974. After its independence, the country's political dynamics have been marked by the constant situation of government political instability. Additionally, the Armed Forces continue to interfere in the country's political case to control civilian governments. However, the ruling elites have not been able to create a national defense and security policy to define the Armed Forces' missions. As a result, state institutions remain fragile, and Guinea-Bissau remains dependent on external resources to pay for its public expenditure. The Guinean state is unable to maintain effective control of its national territory and ensure security for the population. Therefore, to better clarify the theme, this study aims to analyze and explain Guinea-Bissau's foreign defense and international security policy, understood as a broader phenomenon that is the international insertion of small states. For the fulfillment of this doctoral dissertation, a case study based on data collection and theoretical reference was carried out, in addition to official state documents. According to Clapham (2000), Khadiagala, Lyons *et al.* (2001), several African states are fragile and dependent on foreign aid. As a result, external partners take advantage of the fragility of the states to offer external support in exchange for natural resources. However, small states continue to act in pursuit of their national goals. Therefore, in view of what was discussed and corroborated by Jackson and Rosberg (1982), Bayart (1999), Chabal and Daloz (1999), Clapham (2000) and Englebert *et al.* (2013), this dissertation concluded that Guinea-Bissau is a small African state in the process of building and consolidating administrative institutions. However, Guinea Bissau has limited institutional capacities to conduct a moderate foreign policy, mainly in the context of Defense and Security.

Keywords: Guinea-Bissau. State. Foreign policy. State Capacity. Defense Security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa dos Estados-membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)	32
Figura 2 - Principais eventos políticos-militares ocorridos no país desde a sua independência até 2014	55
Figura 3 - Equipamentos Militares das Forças Armadas da Guiné-Bissau	110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP - Assembleia Nacional Popular

BCEAO - Banco Central dos Estados da África Ocidental

BM - Banco Mundial

CPLP - Comunidade dos países de Língua Portuguesa

ECOMOG - Grupos de Monitoramento dos Estados da África Ocidental

ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

ECOWAS - Comunidade dos Estados da África Ocidental

EU - União Europeia

EU - União Europeia

FARP - Força Armada Revolucionária do Povo da Guiné-Bissau

FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FLING - Frente de Libertação da Independência da Guiné-Bissau

FMI - Fundo Monetário Internacional

INTERPOL - Organização Internacional de Polícia Criminal

IND - Instituto Nacional de Defesa

MFDC - Movimento das Forças Democráticas de Casamance

NRRP - Programa Nacional de Reconciliação e Reconstrução

OUA - Organização da Unidade Africana

OIM - Organização Internacional para Migrações

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Nações Unidas

PAIGC - Partido Africano pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRS - Partido de Renovação Social

PDRRI - Programa de Reestruturação e Modernização das Forças Armadas

PALOP- Países Africanos de Língua Portuguesa

UA - União Africana

UEMOA - União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental

UM - União para a Mudança

UNODC - Agência das Nações Unidas de Luta Contra à Droga

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e Crime

URSS - Antiga União das Repúblicas Socialistas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PEQUENOS ESTADOS NO CONTINENTE AFRICANO.....	22
2.1 INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS PEQUENOS ESTADOS	25
2.2 DINÂMICAS DE SEGURANÇA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL	31
2.3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA GUINÉ-BISSAU APÓS A INDEPENDÊNCIA	37
3 RELAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU COM AS POTÊNCIAS CENTRAIS	58
3.1 A RELAÇÃO ENTRE GUINÉ-BISSAU E PORTUGAL	58
3.2 A RELAÇÃO ENTRE À GUINÉ-BISSAU E A FRANÇA	61
3.3 A RELAÇÃO ENTRE À GUINÉ-BISSAU E OS ESTADOS UNIDOS	63
3.4 A RELAÇÃO ENTRE A RÚSSIA E A GUINÉ-BISSAU	66
3.5 A RELAÇÃO ENTRE À GUINÉ-BISSAU E A CHINA	68
3.6 A RELAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU COM ORGANISMOS MULTILATERAIS.....	72
3.6.1 A relação entre a Guiné-Bissau e a União Europeia	72
3.6.2 A atuação da Guiné-Bissau Junto à União Africana	75
3.6.3 A atuação da Guiné-Bissau Junto às Nações Unidas	77
3.7 A ATUAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU JUNTO AO BANCO MUNDIAL E FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL	82
3.7.1 A atuação da Guiné-Bissau junto da Organização Mundial do Comércio	87
3.7.2 A relação entre a Guiné-Bissau e os países vizinhos	89
3.7.2.1 <i>Senegal</i>	90
3.7.2.2 <i>Guiné-Conacri</i>	94
3.7.2.3 <i>Gâmbia</i>	95
4 POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA DA GUINÉ-BISSAU	100
4.1 POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA DURANTE REGIME AUTORITÁRIO	100
4.2 POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	106
5 DINÂMICA DE SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU APÓS O PERÍODO DA GUERRA-FRIA.....	114
5.1 POLÍTICA DE COMBATE AO TRÁFICO DE DROGA	114

5.2 POLÍTICA DE COMBATE AO TRÁFICO HUMANO	122
5.3 POLÍTICA DE COMBATE AO TRÁFICO DE ARMAS	126
5.4 POLÍTICA DE COMBATE À PIRATARIA MARÍTIMA	129
5.5 POLÍTICA DE COMBATE À CIBERCRIMES	132
5.6 O PROCESSO DA REFORMA NO SETOR DE DEFESA E SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU	134
6 CONCLUSÃO.....	141
REFERÊNCIAS.....	144

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Jackson e Rosberg (1982), o sistema de soberania formado pela descolonização não ajudou no sentido de prover o desenvolvimento político, econômico e social. Diante desse fato, a Política Externa dos pequenos Estados africanos estão acentuadas basicamente no controle do território nacional e na busca de ajuda externa para resolver problemas internos. Em outras palavras, as políticas externas estão basicamente focadas nas relações bilaterais com as antigas metrópoles baseadas na extração de recursos naturais para resolver os problemas econômicos (BAYART, 1999; CHABAL; DALOZ, 1999; CLAPHAM, 2000; KHADIAGALA, LYONS 2001; ROBERT, 2006; AKOKPARI, 2009; ABENGURIN, 2009; CHAZAN; LEWIS; MORTINER, ROTHCHILD; THORHALLSSON, 2011; BROWN; HARMAN, 2013; ENGLEBERT; DUNN, 2013; THIONG'O, 2017).

Com relação à defesa, os Estados dependem muito dos aliados externos para garantir a sua segurança. Isso ocorre, pois são Estados que não dispõem de recursos próprios para garantir a proteção (KHADIAGALA; LYONS, 2001; FERNANDES, 2017; COLIN, 2016). Entretanto, cabe lembrar que nem todos os pequenos Estados africanos dependem dos apoios internacionais para assegurar o controle efetivo dos seus territórios nacionais, porque há variações na capacidade institucional.

Segundo Khaleel (1999), a Guerra Fria alterou significativamente as dinâmicas da política internacional. De acordo com Taylor e Williams (2013) e Englebert e Dunn (2013), diversos Estados pequenos Africanos ganhavam bastantes recursos dos seus aliados externos, especialmente dos países socialistas. Além disso, a rivalidade entre as superpotências ampliou o valor estratégico do continente e aumentou a influência desses Estados na política internacional (KHALEEL, 1999).

No entanto, em muitos casos, a Guerra Fria ajudou alguns pequenos Estados a ter o controle da sua fronteira. Por outro lado, ela deu aos líderes a legitimidade internacional, bem como o acesso aos recursos militares e econômicos (ENGLEBERT; DUNN, 2013). Conforme Hurt (2004), logo após a Guerra Fria essas estratégias políticas se tornaram um pouco mais complicadas, obrigando diversos dirigentes a procurarem alternativas de ajuda externa para manter os regimes e controlar os seus territórios.

Em consequência a isso, as Instituições Financeiras Internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional passaram a adotar medidas coercitivas sobre as políticas econômicas dos Estados beneficiários da ajuda, ou seja, os pequenos Estados eram obrigados a

implementar as reformas políticas, caso contrário sofreriam sanções econômicas. Assim sendo, essa política foi utilizada para suspender a ajuda para várias instituições políticas africanas durante os anos 1990 (HURT, 2004; RENO, 2011; AKONOR, 2006).

Segundo Taylor (2010), durante esse período, os países ocidentais começaram a reduzir as suas representações diplomáticas no continente e a África passou a receber cada vez menos recursos financeiros. Essa perda de apoio externo retirou dos pequenos Estados a capacidade e os recursos necessários para fazer uma Política Externa efetiva, bem como reduziu a capacidade dos Estados de resolver as suas demandas domésticas. No entanto, os estados africanos seguem atuando internacionalmente em busca da ajuda financeira em troca de recursos naturais e novas parcerias estratégicas para garantir a sobrevivência política.

Assim, para abordar o conceito de capacidade estatal necessita-se saber do que realmente se trata. Diante disso, não há consenso entre os autores que estudam a temática, pois são diversas as literaturas que buscam definir o conceito de *Capacidade Estatal* de diferentes formas, por exemplo, capacidade militar e institucionais. No entanto, tal como demonstra o caso da Guiné-Bissau:

Capacidade do Estado significa a extensão na qual as intervenções dos agentes do Estado em recursos, atividades e interconexões pessoais não estatais existentes alteram as distribuições existentes desses recursos, atividades e conexões interpessoais, bem como as relações entre aquelas distribuições (TILLY, 2013, p. 30).

Esta tese tem como objetivo principal analisar e explicar a política externa de defesa e segurança internacional da Guiné-Bissau compreendida como um fenômeno mais amplo que é a inserção internacional de pequenos estados. Diante disso, não há consenso entre os autores que estudam a temática, pois são diversas as literaturas que buscam definir o conceito de pequeno Estado de diferentes formas, por exemplo, população, capacidade militar, dependência econômica e território pequeno.

No entanto, tal como demonstra o caso da Guiné-Bissau, o termo *pequeno Estado* se refere aquele Estado cujo território é pequeno e em processo de construção, bem como de consolidação das instituições administrativas. Dessa maneira, é fundamental destacar a ausência de governação efetiva no contexto doméstico e a instabilidade política permanente.

Entretanto, as literaturas sobre a Política Externa de Defesa e Segurança dos pequenos Estados Africanos são escassas. Não obstante, busca-se, ainda, contribuir no aperfeiçoamento e na qualificação do debate que tem sido negligenciado pela maior parte da literatura sobre política internacional.

Diante desse fato, far-se-á uma discussão teórica aprofundada da inserção internacional dos pequenos estados africanos na segunda subseção do primeiro capítulo da tese. No entanto, no caso da Guiné-Bissau, existem poucos trabalhos direcionados especificamente à Política Externa de Defesa e Segurança como, por exemplo, de transição democrática, relações civis-militares e integração econômica. Sendo a pesquisa de Apolinário de Carvalho (2016) um dos primeiros trabalhos a analisar a Política Externa da Guiné-Bissau. Todavia, a sua análise se concentrou mais nas questões gerais da Política Externa da Guiné-Bissau do que no próprio conteúdo de Defesa e Segurança.

No que tange a justificativa, o objetivo de aprofundar o conhecimento nessa temática se explica por três razões. A primeira está vinculada à causa acadêmica que é analisar a política externa de defesa e de segurança internacional da Guiné-Bissau desde o início da sua história política pós-colonial em 1974 até os anos de 2014.

Essa razão se justifica por ser um conteúdo pouco explorado pelos pesquisadores, inclusive guineenses. Assim, a tese tenciona ser uma nova fonte de pesquisa para as gerações futuras que pretendem qualificar o debate sobre os assuntos de Defesa e Segurança nos pequenos Estados Africanos, principalmente, na Guiné-Bissau. Já a segunda razão está associada a uma inquietação de compreender como um país pequeno, frágil e dependente de ajuda externa tem se relacionado com os seus principais parceiros internacionais no contexto de Defesa e Segurança, principalmente, as potências centrais, como Portugal, França, os Estados Unidos, Rússia e a China.

Além disso, anseia saber como este pequeno país africano se relaciona com as Instituições Internacionais Multilaterais, como União Europeia, União Africana, Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial de Comércio e os países vizinhos. A terceira razão consiste no posicionamento crítico sobre as teorias que têm generalizado a atuação externa dos ditos pequenos Estados, em especial, no domínio de Defesa e Segurança sem levar em consideração o processo de desenvolvimento institucional de cada Estado, dos recursos financeiros, bem como de materiais disponíveis, das capacidades burocráticas à disposição e nível de vulnerabilidade interna de cada unidade política.

Portanto, nesse sentido a tese procura contrastar as evidências teóricas e empíricas para contribuir no aprofundamento do debate sobre a atuação internacional dos pequenos Estados, principalmente, no domínio de Defesa e Segurança através do caso guineense. No que se refere a metodologia para desenvolver o presente trabalho foi efetuada a pesquisa exploratória com foco no estudo de caso.

De acordo com Goode e Hatt (1979, p. 3), “o estudo de caso é um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário, consideram unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento”. Em outras palavras, a pesquisa de estudo de caso pode incorporar vários casos, ou seja, diversos estudos de caso (LIJPHART, 1971; GERRING, 2007; BEACH; PEDERSEN, 2016). Ainda conforme Gerring (2007), em todos esses casos, o estudo de um indivíduo, grupo, organização ou evento que se baseia implicitamente na existência de uma ligação micro-macro no comportamento social.

Assim, consiste numa forma de inferência entre níveis. Dessa forma adquire uma melhor compreensão do todo, concentrando-se em uma parte fundamental. Conforme Lijphart (1971), as interferências não podem ser a base para gerar generalizações. As interposições seriam delimitadas, bem como da responsabilidade do pesquisador reduzir a sua fragilidade e aumentar a sua capacidade explicativa. Dessa maneira, elas indiretamente podem contribuir para reforçar a eficácia explicativa das teorias.

A escolha dessa abordagem metodológica para a execução da tese segue a linha de raciocínio de Lijphart (1971), que procura contribuir para aumentar a capacidade explicativa das teorias de inserção internacional dos chamados pequenos Estados, principalmente, os Africanos para explicar o caso guineense. Além de analisar o assunto de Defesa e Segurança dos pequenos Estados, o estudo de caso contribuiu para o aprofundamento de conhecimento em vários assuntos sobre os pequenos Estados em geral.

Além de estudo de caso, foi utilizado o método lógico indutivo no qual segundo Jung (2003, p. 80), “baseia-se no princípio da formulação de uma explicação geral a partir das observações de alguns casos particulares”. Nesse sentido, o presente trabalho fez uma descrição minuciosa do processo da inserção internacional da Guiné-Bissau no contexto de Defesa e Segurança para compreender como os ditos pequenos Estados, em especial, do continente Africano buscam se inserir no sistema internacional para garantir a sobrevivência que compreende um dos principais objetivos da tese.

Entretanto, no que tange a execução do trabalho, foi feita uma busca bibliográfica minuciosa sobre a política externa dos pequenos Estados, principalmente, no contexto da Defesa e da Segurança. No segundo momento, efetuou-se o levantamento de vários documentos oficiais junto a sede da União Europeia em Bruxelas, especialmente, aqueles sobre a Guiné-Bissau. Diante disso, também, foi executada uma parte da pesquisa em Portugal para o levantamento de inúmeras bibliografias importantes sobre o assunto em discussão.

Já no terceiro momento, durante o trabalho de campo na Guiné-Bissau, realizaram-se as coletas de dados e de documentos oficiais, principalmente, aqueles relacionados à Política Externa de Defesa e Segurança. Com isso, todas essas informações foram coletadas no Ministério dos Negócios Estrangeiro e Cooperação da Guiné-Bissau, Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Interior e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP).

No entanto, devido à cultura patrimonialista no aparelho administrativo do Estado da Guiné-Bissau, o acesso aos documentos oficiais do país continua sendo muito restrito para a sociedade como um todo. É importante frisar que o Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação da Guiné-Bissau, Ministério da Defesa Nacional e Ministério do Interior têm produzido poucos documentos oficiais sobre a política internacional do país. Em consequência disso, tem dificultado a vida dos pesquisadores interessados em aprofundar a discussão nessa área do conhecimento.

Além das instituições estatais, realizou uma busca das informações em relatórios internacionais nas seguintes entidades diplomáticas internacionais presentes no país: Gabinete de Conselho das Nações Unidas, Rússia, União Africana, Comunidade dos Estados da África Ocidental, União Europeia, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional. Além do mais, foi feito um trabalho de campo em Dakar, Senegal. Ainda durante a pesquisa se realizou uma busca de informações no Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA) e no Instituto de Estudos de Segurança na África (ISS).

É importante deixar claro que, inicialmente, a entrevista semiaberta foi selecionada como uma das técnicas para a coleta de informações no campo. Todavia, por motivo de tempo, recursos financeiros e contratempos na agenda de pessoas selecionadas, não foi possível a realização das entrevistas citadas acima. No entanto, foram feitas entrevistas informais com algumas lideranças das Forças Armadas da Guiné-Bissau a respeito do tema, mas devido à limitação no aprofundamento do assunto e de ausência de fatos novos para contribuir com a pesquisa, optou-se por não explorar as entrevistas no presente trabalho.

Com isso, graças a esses périplos feitos em várias regiões do globo, em especial, na Guiné-Bissau, foi possível obter os dados bibliográficos e empíricos necessários para a análise e execução da parte final da tese. Portanto, os documentos referenciados no trabalho, principalmente, os dados oficiais contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da tese. Para isso, a pesquisa necessitou ser dividida em quatro capítulos e as considerações finais.

Diante disso, para desenvolver o trabalho foram apresentadas as seguintes indagações sobre os fatos: Qual a capacidade estatal da Guiné-Bissau de ter agenda propositiva em política externa? É a mesma agenda para os vizinhos, as potências e os organismos multilaterais? Qual a capacidade de prover a segurança da população e de se defender de ameaças externas? Qual é a capacidade da Guiné-Bissau para enfrentar a complexidade das tarefas que a Política Externa de Segurança/Defesa, no período 1974-2014, exige? Que tipo de capacidade para que modelo de Estado?

Assim, no primeiro capítulo é apresentada uma análise e uma explicação teórica genérica sobre a atuação política dos pequenos estados no continente Africano, inserção Internacional dos pequenos Estados, bem como a dinâmica regional de segurança na África Ocidental. Posteriormente, realizou-se uma análise explicativa do processo de construção do Estado na Guiné-Bissau após a independência para realizar um contraponto ao debate teórico.

No segundo capítulo foi realizado um estudo da relação entre a Guiné-Bissau e as potências centrais, como Portugal, França, Estados Unidos, Rússia e a China. Além disso, foi descrita a relação da Guiné-Bissau com as Instituições Internacionais Multilaterais, como União Europeia, União Africana, Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial de Comércio e os países vizinhos, por exemplo, Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri.

Já no terceiro capítulo foi analisada e clarificada a política de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau durante o regime autoritário. Dessa forma, a discussão desse capítulo foi centrada nas atuais políticas de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau. Assim, no quarto capítulo as discussões foram centradas na dinâmica de segurança na Guiné-Bissau após o período da Guerra-Fria. Nesse caso, foi explicada a política de combate ao tráfico de drogas, ao tráfico humano, à pirataria marítima, ao tráfico de armas, aos crimes cibernéticos e, por fim, foi abordado o processo de reforma no setor de Defesa e Segurança na Guiné-Bissau. Com isso, possibilitou-se a elaboração das conclusões finais que faz um breve apanhado da discussão feita no presente trabalho.

Dessa forma, diante do que foi debatido e corroborado por Jackson e Rosberg (1982), Bayart (1999), Chabal e Daloz (1999), Clapham (2000) e Englebort *et al.* (2013), a tese concluiu que a Guiné-Bissau é um pequeno Estado Africano e em processo de construção, bem como de consolidação das instituições administrativas. No entanto, a Guiné-Bissau tem as capacidades institucionais limitadas para fazer uma política externa moderada, principalmente, no contexto de Defesa e Segurança. Além disso, é um Estado dependente dos recursos

financeiros dos seus principais parceiros de cooperação, bem como de desenvolvimento para garantir a sua sobrevivência.

2 A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PEQUENOS ESTADOS NO CONTINENTE AFRICANO

Neste capítulo pretende analisar a atuação política dos pequenos estados no continente Africano. Dessa forma, ainda procura-se investigar como os pequenos Estados nomeadamente africanos fazem as suas respectivas Políticas Externas. Além disso, o capítulo explica as dinâmicas de segurança regional na África Ocidental. Com base nisso, analisa-se o processo de construção do Estado após a independência na Guiné-Bissau.

Esta seção analisa as dinâmicas de segurança na África, buscando compreender os principais desafios que o continente enfrenta neste aspecto. Assim, procura entender como os conflitos internos têm contribuído para fragilizar as instituições estatais, bem como limitar a capacidade dos Estados de garantir a segurança e combater os crimes transnacionais. No que tange ao contexto não ocidental, os autores frisam que houve uma alteração de perspectiva dos conflitos, os quais deixaram de ocorrer entre os Estados, passando a ocorrer dentro dos próprios Estados (BERDAL, 1996; BAYART, 1993; KALDOR, 2001; RENO, 2011).

Segundo Buzan e Hansen (2012), a relevância das guerras se relacionava diretamente à fragilidade dos Estados em si (KRAUSE, 1996; HERBST, 1996; 1989). A principal preocupação com os ampliadores do debate de segurança internacional está atrelada à inserção dos assuntos de desenvolvimento e pobreza. Ayoob (1984) pede cautela para as particularidades dos países em desenvolvimento à medida que reiteram a exigência das instituições fortes e os coloca como instrumentos para garantir a segurança.

Na percepção de Mack (1975), Tilly (1996) e Krause (1996), a concepção que coloca o Estado como o centro de debate na segurança é sustentada pela escola realista, a qual se fundamenta na descrição do processo peculiar de consolidação das instituições europeias. Esses Estados foram formados sob uma perspectiva de segurança voltada às ameaças externas. Neste sentido, eles tinham que lutar para assegurar os seus territórios nacionais. Ainda com base nos mesmos teóricos, essa concepção centralizadora baseada no modelo Europeu de Estado é fundamentada nos conflitos e em cooperação, nos quais os Estados buscam maximizar os seus interesses nacionais, bem como colocam em causa os dilemas de construção da identidade coletiva (AYOOB, 1995).

Já na África, o processo foi diferente, pois as fronteiras foram impostas de fora do continente durante a Conferência de Berlim de 1884-85. Neste evento, as antigas metrópoles não consideraram os interesses e desejos dos povos do continente africano. Conforme Ayoob

(1995), os Estados não ocidentais seguiram um trajeto diverso. Para Jackson e Rosberg (1982), é irrelevante colocar o Estado no continente africano como o objeto de referência de estudos de segurança, bem como menos relevante para compreensão das dinâmicas de segurança no continente.

Neste trabalho, permanece o objetivo de realçar o papel do Estado em prover os recursos financeiros/econômicos. É pertinente lembrar que o Estado é a única instituição com a prerrogativa de fazer os acordos internacionais. Segundo Buzan e Weaver (2003), o problema de variados pequenos Estados Africanos não está relacionado à falta de dinâmicas próprias de segurança, mas à imitação dos modelos europeus de Estado, com as mesmas estruturas políticas e econômicas.

Segundo Englebert (2009), essa continuidade se baseia na soberania internacional, ou seja, é apenas uma extensão da soberania colonial. Essa soberania não apenas mantém o território do Estado colonial, mas também o seu absolutismo. Em outras palavras, os pequenos Estados africanos desfrutam de reconhecimento e apoio do sistema internacional, mas muitos são incapazes de se sustentar internamente (CLAPHAM, 1996; RENO, 1998; NYONG'S, 2006; SIRADAG, 2014). Navias (1999, p. 150) sustenta que “tais fracassos institucionais são os efeitos tardios do encontro desigual com o colonialismo ocidental”. Dessa maneira, eles são os resultados de um relacionamento econômico, militar, bem como social assimétrico entre os países ocidentais e o resto do mundo.

De acordo com Buzan e Hansen (2012) tais diferenças não são apenas semânticas, mas indicam profundas variações em como as sociedades se organizam e a maneira que compreendem os princípios políticos essenciais, por exemplo, governança, violência e legitimidade. Estas construções locais também trazem implicações significativas para a epistemologia e a metodologia da análise de segurança, em especial, para as abordagens discursivas.

Nessas abordagens, a palavra ‘segurança’ pode não identificar a ‘lógica da segurança’, conforme a conhecemos pelas definições realistas de segurança nacional e, do outro lado, que a ‘lógica da segurança nacional’ pode ser evocada por outros conceitos e práticas (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 307). É oportuno chamar a atenção sobre o processo de construção das instituições africanas, esse processo foi interrompido no meio do caminho tendo em conta os interesses geoestratégicos e geoeconômicos das potências ocidentais.

Estas jovens nações ainda se deparam com problemas de legitimidade do Estado, insegurança doméstica e falta de estruturas para o desenvolvimento social. De acordo com esses

autores no pós-Guerra Fria o continente africano se tornou um espaço de conflitos violentos com guerras civis, étnicas e golpes civil-militares que ameaçaram a integridade dos Estados (AKOKPARI, 2016; DOKKEN, 2008; MANGALA, 2010; ADULOJU; PRATT, 2014). É fundamental salientar que essas guerras internas não afetaram somente os Estados, mas também geraram um vasto número de mortos e destruíram as infraestruturas públicas.

Ainda, segundo Akokpari (2016), as inseguranças no continente estão intrinsicamente ligadas aos problemas de pobreza extrema, desemprego, dívidas externas, assim como fragilidade estatal. Todos esses problemas causam instabilidade continental e regional. O estudo de segurança no continente deve ser ampliado para os setores socioeconômicos. A principal causa da insegurança nacional/regional está atrelada à falta de estruturas de segurança direcionadas às pessoas, ou seja, políticas públicas básicas para suprimir as necessidades das populações.

A fragilidade institucional desses jovens Estados se deve às constantes lutas pelo poder, ou seja, à captura dos recursos do Estado pelos governantes em detrimento da população, o chamado Estado patrimonialista (BAYART, 1999; CLAPHAM, 1985; CHABAL; DALOZ, 1999). Segundo Clapham (1985), Chabal e Daloz (1999), muitos Estados africanos não têm a capacidade efetiva de controlar os seus territórios. É importante argumentar que não podemos exigir muito desses Estados em termos de consolidação da estrutura dos mesmos, pois além de serem novos se encontram no processo de construção.

Assim, tendo como base o fato deles terem uma independência recente, pois são Estados, em grande parte, com menos de cinquenta anos de libertação colonial. De acordo com Jackson e Rosberg (1982), o sistema de soberania formado pela descolonização não ajudou no sentido de prover o desenvolvimento político, econômico e social. Ele contribuiu para a corrupção, o clientelismo e a fragilidade nas relações entre os estados e as populações locais.

Dessa maneira, tendo-se em vista a má gestão de recursos do Estado, os atores não estatais ou grupos insurgentes transnacionais começaram a surgir como atores relevantes no debate sobre a segurança no continente. Essa é a proeminência de grupos para o controle de recursos naturais e econômicos com apoio dos atores externos (CLAPHAM, 1982; WAGNER, 2008; TAYLOR, 2010; FERNANDES, 2017). Na percepção de Buzan e Hansen (2012), esses grupos não estatais têm interesse na guerra como forma de subsistência.

Ainda segundo Buzan e Hansen (2012), essas são características típicas dos conflitos no continente. Como já foi dito, em parte, todos esses conflitos na África estão relacionados à legitimidade do poder central do Estado atrelados à falta de capacidade governativa. Com base

nisso, para compreender melhor a dinâmica de segurança na África é importante se concentrar no nível doméstico, por exemplo, a falta de recursos que limita a capacidade desses Estados em prover os recursos básicos para as populações, assim como mitigar os problemas de segurança nacionais, regionais e internacionais (CLAPHAM, 1985; AYOUB, 1995; RENO, 1998; CHABAL; DALOZ, 1999; AGBA, 2006; ABASS, 2010; BUZAN; HANSEN, 2012; ENGLEBERT, 2009).

No entanto, isso não significa que não há possibilidade de ameaças externas. Com base em Clapham (1996), essas fragilidades levam alguns Estados a privatizar suas políticas de segurança. Com isso, constata-se que o principal problema de segurança no continente africano se encontra, em parte, relacionado às fragilidades institucionais. Portanto, é identificado que os Estados têm sua capacidade limitada para atender as demandas internas como a redução de pobreza, o desenvolvimento econômico, social, a garantia de segurança e a defesa de ameaças externas. Assim, na próxima seção objetiva analisar e compreender como esses problemas de fragilidade estatal impactam no processo de Inserção Internacional desses Estados.

2.1 INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS PEQUENOS ESTADOS

A presente seção investiga e explica como os pequenos Estados, especialmente, os africanos fazem a política externa de defesa e segurança internacional. Assim, para abordar os pequenos Estados africanos necessita, inicialmente, saber do que realmente se trata. Para isso, é preciso aprimorar uma definição indispensável nos estudos dos pequenos Estados quando se trabalha com descrições, explicações e variações em uma definição conceitual dos pequenos Estados.

Diante disso, não há consenso entre os autores que estudam a temática, pois são diversas as literaturas que buscam definir o conceito de pequeno Estado de diferentes formas, por exemplo, população, capacidade militar, dependência econômica e território pequeno. No entanto, tal como demonstra o caso da Guiné-Bissau, o termo *pequeno Estado* se refere àquele Estado cujo território é pequeno e em processo de construção, bem como de consolidação das instituições administrativas. Dessa maneira, é fundamental destacar a ausência de governação efetiva no contexto doméstico e a instabilidade política permanente.

Para Nanjira (2010) e Hudson (2014), a Política Externa é estratégia política de interesse doméstico. Sendo o principal instrumento político de uma nação para promover e manter os seus interesses no plano externo. Por conseguinte, deve ser apoiado por um projeto político e

estratégico. Ainda de acordo com o autor, a Política Externa começa onde termina a política doméstica, pois não há nenhuma fronteira entre elas. Nesse caso, a Política Externa é a continuação da política doméstica ou uma parcela desta.

Diante disso, ambas têm o mesmo propósito: a busca pelos interesses nacionais. De acordo com Hudson (2014), os formuladores da Política Externa procuram reconciliar os interesses domésticos com as circunstâncias externas, levando em conta os meios, os recursos e as instituições disponíveis para isso. Assim, os dirigentes executam a Política Externa para conseguir os recursos políticos e econômicos no contexto externo.

No que tange à atuação internacional dos pequenos Estados Africanos, na percepção de Scheldrup (2014), é fundamental olhar para a Política Externa desses estados de forma diferente. A maior parte da literatura internacional tende a não diferenciar a inserção internacional desses pequenos estados. Hey (2003) analisa o comportamento dos pequenos estados e reconhece que o estudo deles, bem como de suas políticas externas se aplica a países de diferentes regiões e de diversos níveis de desenvolvimento.

Em outras palavras, as suas atuações internacionais devem ser analisadas de acordo com o contexto específico. É fundamental sublinhar que os pequenos Estados seguiram trajetórias diferentes de consolidação das instituições. Entretanto, grande parte ainda se depara com os problemas de consolidação das instituições estatais. Além de tudo, foram colonizados por países diferentes e as suas antigas metrópoles tinham políticas administrativas desiguais para cada unidade política.

Nesse caso, as políticas externas dos pequenos Estados africanos estão acentuadas basicamente no controle do território nacional e na busca de ajuda externa para resolver problemas internos. Dessa maneira, elas estão focadas nas relações bilaterais com as antigas metrópoles baseadas na extração de recursos naturais para resolver os problemas econômicos (BAYART, 1999; CHABAL; DALOZ, 1999; CLAPHAM, 2000; KHADIAGALA, LYONS 2001; ROBERT, 2006; AKOKPARI, 2009; ABENGURIN, 2009; CHAZAN; LEWIS; MORTINER, ROTHCHILD; THORHALLSSON, 2011; BROWN; HARMAN, 2013; ENGLEBERT; DUNN, 2013; THIONG`O, 2017).

No que tange à defesa, os Estados dependem muito dos aliados externos para garantir a sua segurança. Isso ocorre, pois são Estados que não dispõem de recursos próprios para garantir a proteção (KHADIAGALA; LYONS, 2001; FERNANDES, 2017; COLIN, 2016). No entanto, cabe lembrar que nem todos os pequenos Estados africanos dependem dos apoios internacionais

para assegurar o controle efetivo dos seus territórios nacionais, porque há variações em termos de capacidade institucional.

Relativamente as deliberações, as decisões sobre a Inserção Internacional dos pequenos Estados africanos, geralmente, são concentradas na figura do Presidente da República. Dessa forma, todas as decisões relacionadas aos assuntos internos e externos dependem mais dos interesses dos dirigentes políticos do que daqueles das suas populações (CLAPHAM, 2000; KHADIAGALA, LYONS 2001).

De acordo com Khaleel (1999), Wright (1999), Taylor (2010), Wagner (2008), Andreasson (2013), Zondy (2013) e Lee (2013), além da dependência externa são Estados com pouca capacidade de influenciar os acontecimentos e ações no cenário internacional. Os vários pequenos Estados se deparam com a falta de burocracia qualificada, ou seja, das agências com capacidade para fazer Política Externa moderada.

Para Beswick (2013), quando se fala da Política Externa dos pequenos Estados Africanos é necessário verificar os regimes, porque eles são mais importantes do que os interesses nacionais. Com isso, as elites governantes estão mais preocupadas em salvaguardar os seus regimes e se perpetuar no poder através dos recursos dos Estados. Contudo, nem todos os sistemas estatais operam de mesma maneira, mas vale destacar que cada unidade política africana possui a sua forma *suis generis* de proceder para garantir a sua sobrevivência.

Para Khaleel (1999), a Guerra Fria alterou significativamente as dinâmicas da política internacional. De acordo com Taylor e Williams (2013) e Englebert e Dunn (2013), diversos Estados pequenos Africanos ganhavam bastantes recursos dos seus aliados externos, principalmente, dos países socialistas. A rivalidade entre as superpotências ampliou o valor estratégico do continente e aumentou a influência desses Estados na política internacional (KHALEEL, 1999).

No entanto, em muitos casos, a Guerra Fria ajudou alguns pequenos Estados a ter o controle das suas fronteiras. Por outro lado, ela deu aos líderes a legitimidade internacional, bem como o acesso aos recursos militares e econômicos (ENGLEBERT; DUNN,2013). Conforme Hurt (2004), logo após a Guerra Fria essas estratégias políticas se tornaram um pouco mais complicadas, obrigando diversos dirigentes a procurarem alternativas de ajuda externa para manter os regimes e controlar os seus territórios.

As Instituições Financeiras Internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional passaram a adotar medidas coercitivas sobre as políticas econômicas dos Estados beneficiários da ajuda, ou seja, os pequenos Estados eram obrigados a implementar as reformas

políticas, caso contrário sofreriam sanções econômicas. Assim sendo, essa política foi utilizada para suspender a ajuda para várias instituições políticas Africanas durante os anos 1990 (HURT, 2004; RENO, 2011; AKONOR, 2006).

Segundo Taylor (2010), durante esse período, os países ocidentais começaram a reduzir as suas representações diplomáticas no continente e a África passou a receber cada vez menos recursos financeiros. Essa perda de apoio externo retirou dos pequenos Estados a capacidade e os recursos necessários para fazer uma Política Externa efetiva, bem como reduziu a capacidade dos Estados de resolver as suas demandas domésticas. Assim, elas continuam dependendo dos parceiros internacionais - Instituições Internacionais financeiras - como Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), Estados Unidos e União Europeia (EU) para resolver os seus problemas internos (HEY, 2003; BASU, 2002, ARMSTRONG; READ, 1998).

Dessa forma, isso permite que os países ocidentais, incluindo a União Europeia exerçam maior controle sobre os pequenos estados Africanos. Os princípios democráticos e do Estado de direito passaram a ser elementos fundamentais para a cooperação entre a União Europeia, assim como para os pequenos estados do continente Africano (HURT, 2004). Esse regime de condicionalidade política e econômica não permitiu que muitos dos pequenos Estados Africanos definissem as suas políticas econômicas, ficando limitados às condicionalidades impostas pelos parceiros internacionais. (GRIMM, 2013; WILLIAMS, 2013).

Ainda de acordo com Hurt (2004) e Fernandes (2017), grande parte desses pequenos Estados sofreram com essa restrição política, principalmente, o acesso ao mercado europeu. Segundo Thomas (2013), muitas pequenas unidades políticas no continente passaram a ser o observatório das políticas feitas pelo FMI e BM. Contudo, os interesses vitais dessas unidades políticas não foram levados em conta na formulação das políticas econômicas. A participação dessas unidades políticas nas Instituições Financeiras Internacionais, como o FMI, BM e OMC continua a ser limitada (KHADIAGALA; LYONS; 2001).

Os pequenos Estados Africanos passaram a ter pouca influência e participação nas tomadas das decisões globais (THOMAS, 2013; THORHALLSSON, 2011; FERNADES, 2017). Essas políticas neoliberais impactaram fortemente as instituições dos Estados e a vida dos cidadãos, especialmente os de classes mais pobres. Ainda no que diz respeito às reformas políticas impostas pelas Instituições Financeiras Internacionais, como FMI e BM, essas não provocaram grandes mudanças na forma de governo, uma vez que as instituições políticas continuaram frágeis.

Com isso, também elas não impediram que as elites governantes mantivessem o controle do Estado e dos seus recursos (TAYLOR, 2010, FISHER, 2013; THOMAS, 2013). Em consequência a isso, a relação entre o Estado e a sociedade civil começou a se deteriorar em diversas pequenas unidades políticas africanas. Dessa forma, muitos dirigentes procuraram se beneficiar dos recursos recebidos pelo FMI e BM para reforçar suas próprias redes de clientelismo, em vez de resolver os problemas dos países. Assim, elas usaram os créditos recebidos das instituições financeiras internacionais para reestruturar as empresas dos dirigentes políticos ligados ao Estado (AKONOR, 2006).

Segundo Taylor (2010), as instituições financeiras internacionais como o FMI e BM ajudam as elites governantes Africanas a manipular os dados sobre as atividades econômicas, procurando mostrar os resultados a favor dos seus aliados. Ainda conforme Taylor (2010), alguns governantes manipulam dados a fim de proteger os seus interesses e os dessas instituições financeiras internacionais. O autor destaca também que várias lideranças políticas sabem que os seus erros ou comportamentos inadequados serão quase sempre cobertos por essas organizações financeiras internacionais.

Dessa maneira, vários dirigentes de elites não foram capazes de resolver o problema da nação. Ao contrário, eles procuram resolver os seus problemas pessoais em detrimento dos problemas da população (CLAPHAM, 1996; KHADIAGALA; LYONS, 2001; ENGLEBERT; DUNN, 2013; NINJARA, 2010; BESWICK, 2013; FERNANDES, 2017). Com isso, muitos governantes passaram a trocar recursos naturais como contrapartida à ajuda econômica aos investimentos nos setores de Segurança e Defesa (HEY, 2003; BASU, 2002 ARMSTRONG; READ, 1998).

Já com relação a transição para a democracia quase todos pequenos Estados Africanos fizeram as reformas constitucionais para a democracia liberal. Segundo Akonor (2006), a reforma política é o resultado da pressão externa. Assim, diversas unidades políticas pequenas passaram a instituir a formação de novos partidos políticos e estabeleceram os limites de mandatos na nova carta magna. Ainda segundo o Akonor (2006), em muitos casos a transição democrática limitaria somente a organização das eleições e criação de novas instituições partidárias.

Portanto, a participação popular no processo decisório foi praticamente excluída. De acordo com Akonor (2006), a transição para democracia liberal contribuiu para inúmeros conflitos violentos no continente durante os anos de 1990. A transição política não trouxe progressos econômicos para vários pequenos Estados Africanos. Ao contrário, a instabilidade

política continua afetando fortemente o desenvolvimento econômico e a ideia de democracia liberal que não tem facilitado a estabilidade política. Contudo, essas jovens nações continuam a se relacionar com as potências centrais e emergentes em busca dos seus objetivos nacionais.

Segundo com Clapham, Chazan; Lewis; Mortiner e Rothchild, muitos pequenos Estados Africanos têm começado a explorar várias alternativas em face da dependência tradicional dos países ocidentais. Esses países começaram a reestruturar suas políticas econômicas em relação às potências centrais. É oportuno sustentar que estas alternativas são conseguidas através do Brasil, da Índia e especialmente da China. Esse país tem sido o principal parceiro estratégico e econômico dos pequenos Estados Africanos na atualidade.

Para os autores, apesar de todos os problemas que ainda perseguem diversos pequenos Estados, eles continuam a desempenhar papéis fundamentais no sistema internacional, participando significativamente nos Fóruns Multilaterais, Organizações Internacionais, e fazendo parte do sistema das Nações Unidas (HEY, 2003; CHAZAN; LEWIS; MORTINER, ROTHCHILD; THORHALLSSON, 2011).

Ainda com base em Thorhallsson (2011), Maihold e Villamar (2015) eles possuem papel fundamental no processo de votação e são ativos em termos de participação em discussões dos assuntos globais importantes. De acordo com o Khadiagala e Lyons (2001), a construção dessas alianças é uma estratégia fundamental para os Estados em busca de sobrevivência. Já com relação à paz e a segurança para Thorhallsson (2011), os pequenos Estados Africanos têm interesse em mantê-las como grandes estados e estão comprometidos com os problemas globais de segurança internacional.

Dessa forma, as Instituições Multilaterais têm possibilitado a essas pequenas unidades administrativas Africanas a oportunidade de mitigar as vulnerabilidades no âmbito de Segurança e Defesa, mesmo de maneira limitada (THORHALLSSON, 2011). Nesse sentido, é fundamental que a atuação internacional dos pequenos Estados Africanos, principalmente no contexto regional, em parte seja baseada em uma atuação conjunta, buscando resolver os problemas comuns de segurança e desenvolvimento.

Com isso, tendo como base esse cenário se verifica que no decorrer da seção, no caso específico dos pequenos Estados Africanos se constata ser a maioria com capacidade limitada para fazer Política Externa eficiente, muitos dependem dos apoios e das alianças externas para a sobrevivência. Portanto, a atuação internacional desses Estados não é linear e depende muito da capacidade institucional, bem como dos recursos disponíveis. Diante disso, a próxima seção

analisa como as fragilidades dos Estados na África Ocidental condicionam a política de Segurança e a Defesa na região.

2.2 DINÂMICAS DE SEGURANÇA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL¹

Nesta seção investiga e explica as dinâmicas de segurança regional na África Ocidental. De acordo com Buzan e Hansen (2012), a preponderante implicação para o fim da rivalidade entre as superpotências durante a Guerra Fria se relacionava com os dilemas de segurança regional e internos dos Estados que passaram a ser o centro das atenções.

Ainda de acordo com os autores, a partir desse período se produziram várias literaturas com enfoques nos contextos regionais, assuntos que eram esquecidos durante os períodos de bipolaridade. Os dilemas de ameaças internas e insegurança regional começaram a ganhar destaque no debate de segurança internacional após a Guerra Fria (BUZAN; HANSEN, 2012). Segundo Buzan e Hansen (2012), o fim da Guerra Fria foi um marco para a transformação dos estudos sobre segurança internacional.

De acordo com Clapham (1996), Khadiagala e Lyons (2001); Englebert e Dunn (2013) e Tavares (2014), o colapso da antiga União Soviética e a queda do Muro de Berlim impactaram muito a política internacional dos estados Africanos no contexto de defesa e segurança internacional. Já segundo Kelly (2007), o fim da Guerra Fria, além de ter impulsionado o debate sobre a segurança internacional, propiciou o aparecimento de projetos de caráter regionalista.

Conforme o mesmo autor, essas instituições regionais ganharam um papel fundamental no seu ambiente. Durante esse período histórico houve uma expansão do conceito de Segurança para segurança humana, bem como de segurança humana dos estados para Organizações Internacionais e Regionais.

No entanto, antes a preocupação de segurança internacional estava estritamente relacionada aos problemas da capacidade do Estado Militar em garantir sua segurança ou eliminar as ameaças externas e à preservação de suas fronteiras nacionais. Entretanto, com as mudanças no sistema internacional pós-Guerra Fria sendo evidenciadas, o debate sobre segurança internacional também se transformou.

Esses debates passaram a contemplar novos conceitos de segurança sobre problemas de crimes organizados transnacionais, conflitos étnicos, religiosos, guerras civis, golpes militares,

¹ Grande parte desses Estados já se tornaram independentes durante a década de 1960, à exceção de Gana (1957).

tráfico de drogas, desenvolvimento e problemas ambientais. Essas temáticas se tornaram os principais novos problemas no campo de segurança internacional contemporânea (BUZAN; HANSEN, 2012). Assim, é com base nessa análise dos autores aqui citados que procuramos tratar as dinâmicas de segurança na África Ocidental, a qual é formada por 16 países e compreende uma sub-região do continente africano como mostra a figura a seguir:

Figura 1 – Mapa dos Estados-membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)



Fonte: Nordiska Africainstitutet, 2017.

Para Musah (2009) e Adeniran (2014), a região é caracterizada por pequenos Estados com fragilidade econômica e política. Além disso, são estados jovens em processo de construção e

consolidação das instituições política. Kacowicz (1998) reconhece esta região como a única Zona de Paz no continente africano desde o começo do período de descolonização, com exceção dos conflitos entre Mali e Burkina Faso, em 1985.

É importante acrescentar que entre 1989 e 1991 ocorreu o último conflito internacional entre Senegal e Mauritânia. Dessa maneira, ocorreram guerras civis em Serra Leoa em 1991 e na Guiné-Bissau em 1997-98 as quais perturbaram a segurança nacional, bem como regional. Todos os conflitos que ocorreram na região durante a década de 1990 até agora são de natureza interna. Os conflitos culminam com violência política e uma onda migratória de parte das populações em busca de lugares mais seguros.

Segundo Kacowicz (1998), as delimitações territoriais foram feitas pelos colonizadores arbitrariamente, pois não levaram em consideração as diversidades étnicas ou geográficas. As elites dirigentes do Estados têm preservado as limitações territoriais na região que são baseadas nos princípios do Direito Internacional. A falta de legitimidade dos Estados não serve aos interesses da nação (N'DIAYE, 2007; ELBADAWI; MUEGA, 2007).

Ainda segundo os autores, os Estados são frágeis e não conseguem oferecer os serviços básicos à população. É interessante apontar que esses tipos de comportamentos adotados por grande parte dos dirigentes africanos propiciaram violência interna e levaram às disputas internas pelo acesso aos recursos econômicos.

No que se refere à transição para a democracia, com base em Kacowicz (1998), grande parte dos Estados da África Ocidental fizeram transição democrática nos anos de 1990. Contudo, ainda existe o excesso de intervenções militares na política e o elevado número de contestações de resultados eleitorais. O recente acontecimento na Gâmbia em 2017 ilustra essa realidade, já que Yahya Jammeh perdeu as eleições e se recusou a sair do poder.

No entanto, ainda persistem os conflitos violentos dentro das fronteiras territoriais de vários estados, apesar da baixa intensidade nos conflitos entre os Estados. O autor citou a Guerra de Biafra, na Nigéria, como exemplo (KACOWICZ, 1998; DUNN, 2008; O'BRIEN, 1991; AKOKPARI, 2009; VALSECCHI, 2011).

Tendo em vista as suas fragilidades em termos de recursos materiais, bem como econômicos, os governantes procuraram atuar de forma multilateral através da criação da Comunidade dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) em 1975 (THOHALLSSON, 2011; EZEOKAFOR, 2015). A ECOWAS foi instituída com o intuito de propiciar o desenvolvimento regional e permitir a cooperação entre os seus estados membros. No início da década de 90, devido aos conflitos e à insegurança no continente, bem como na região as lideranças regionais

começaram a tomar consciência de que não há como falar em desenvolvimento sem segurança. Estas lideranças perceberam que as duas coisas estão estritamente interligadas.

A partir disso, levou-se em consideração a necessidade de criação de uma Comunidade Econômica dos Grupos de Monitoramento dos Estados da África Ocidental (ECOMOG) para resolver os problemas comuns de Desenvolvimento e Segurança Regional (SIRADAG, 2014; JAYE; AMADI, 2007). Ainda de acordo com os autores, além de se preocupar com problemas de segurança e de desenvolvimento regional, a ECOWAS foi criada com a finalidade de reduzir o nível de dependência externa dos Estados na região (SIRADAG, 2014; JAYE; AMADI, 2007; ELBADAWI; MUEGA, 2007).

Para os autores, a história da região foi marcada por intervenções das potências extra regionais em busca dos seus interesses econômicos que, geralmente, não são compatíveis com os objetivos das populações da região, sendo que essas influenciam as dinâmicas políticas patrocinam conflitos internos (N'DIAYE, 2007; ELBADAWI; MUEGA, 2007; KLINGEBIEL, 2005). Além deles intervirem internamente nas guerras africanas procurarem comercializar seus armamentos militares.

Os autores ainda citam como exemplo de intervenção externa na região o papel da França, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha nos conflitos internos africanos. Os Estados Unidos apoiaram Samuel Doe na guerra civil na Libéria e os ingleses apoiaram os conflitos internos em Serra Leoa. Dessa forma, após a Guerra Fria a França direcionou sua política externa para o continente africano, principalmente, na África Ocidental que continuava a desempenhar um papel fundamental nas crises políticas africanas em prol dos seus interesses econômicos nessa região.

Ademais, essas potências persistem ainda em manter as suas tropas nos países da região (N'DIAYE; ELBADAWI; MUEGA, 2007; KLINGEBIEL, 2005; SIRADAG, 2014). A França permanece com suas bases militares na região salvaguardando seus negócios vitais e controlando as políticas macroeconômicas dos países da África Ocidental que fazem parte da União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA), além de interferir em assuntos internos africanos.

É fundamental notar que todas essas intervenções externas na região estão atreladas aos interesses econômicos dos países ocidentais em busca da manutenção das elites nacionais no poder e de acordo com as suas necessidades geoestratégicas, bem como geoeconômicas. Assim, criam narrativas de “proteger os civis” para intervir militarmente nos assuntos internos da região.

Devido a essa limitação de recursos materiais e econômicos, a União Africana, em parceria com as Instituições Internacionais ONU e União Europeia (UE) tem procurado uma atuação conjunta para resolver os problemas de segurança na região (N'DIAYE; 2007; SIRADAG, 2014). N'Diaye (2007) chama atenção para essas alianças internacionais. Segundo o autor, o apoio externo é necessário, mas não deve ser preferencial para os Estados. Esta forma de atuação internacional pode colocar a soberania dessas unidades políticas em risco, podendo comprometer as dinâmicas internas e regionais de segurança.

Dessa forma, tendo em vista as fragilidades internas o apoio externo é muito importante para esses Estados, apesar dos riscos apontados pelos autores. Contudo, desde que não interfiram nas dinâmicas internas de segurança, defesa nacional e regional. Ultimamente, a ONU e União Africana (UA) procuram delegar as suas funções de resolução de conflitos na região para a ECOWAS (ELBADAWI; MUEGA, 2007; KLINGEBIEL, 2005).

Devido às fragilidades dos Estados na região, os grupos criminosos têm aproveitado as vulnerabilidades para praticar crimes transnacionais, principalmente, o tráfico de drogas. Acresce-se a isso a corrupção que impacta fortemente as dinâmicas de segurança regional. A África Ocidental faz parte das principais rotas de tráfico de drogas internacional proveniente da América Latina em direção à Europa e outras regiões do mundo (MARC; NEELAM; MAGORA, 2015; IYEKOLO; LUNDE; 2011; MCGUIRE, 2010; COCKAYNE; WILLIAMS, 2009).

Os autores supracitados destacam a maneira como o dinheiro das vendas de drogas vem sendo utilizado para financiar grupos insurgentes e movimentos extremistas, bem como campanhas eleitorais das elites políticas. Segundo os autores, essa prática tem aumentado a corrupção de forma generalizada e os estados possui uma capacidade limitada para combater essas redes de crimes transnacionais. Assim, geralmente, os responsáveis pelas atividades criminosas procuram as regiões onde as instituições políticas dos Estados são frágeis e carecem do controle efetivo das fronteiras para influenciar ou corromper as elites do poder (MARC; NEELAM; MAGORA, 2015).

Essas práticas criminosas trazem uma série de implicações para as dinâmicas da segurança regional.² Diante disso e devido às fragilidades dos Estados na África Ocidental, os Estados Unidos e os seus parceiros Ocidentais, após os atentados de 11 de setembro de 2001, começaram a caracterizar esses Estados como falidos, fracos, narco-estados e colapsados.

² Exemplifica-se isso com o que aconteceu ao antigo Chefe de Estado de Marinha (Jose Americo Bubo na Tchuto), o qual foi preso nos Estados Unidos e acusado de tráfico de drogas em 2013 (BBC, 2013).

Sendo assim considerados por serem incapazes de combater os crimes transnacionais, por exemplo, o tráfico de drogas de seres humanos e terrorismo (OBI, 2009; EZEOKAFOR, 2015).

De acordo com Marc, Neelam e Magora (2015), esses Estados carecem de estruturas de segurança forte para combater os crimes transnacionais. Logo, precisam de apoio externo para mitigar as ameaças nacionais e regionais. É oportuno frisar que as ameaças não são comuns a todos os Estados. Elas não precisam ser combatidas unicamente por meio do uso da força. Elas necessitam ser combatidas em função das necessidades prioritárias de cada Estado.

Além disso, o problema das drogas é importante e deve ser combatido. Contudo, a solução para isso não pode ser imposta de fora para dentro como se fosse o principal problema de segurança no continente e na região. Dessa maneira, são necessárias políticas públicas inclusivas para resolver os problemas de pobreza, fome, desemprego, desenvolvimento e, especialmente, de segurança na região. Como já foi referido, os Estados da região continuam a se deparar com a falta de capacidade para controlar suas fronteiras e combater de forma eficaz os grupos insurgentes que procuram contestar sua legitimidade político-institucional.

Diante disso, persiste a atuação de grupos insurgentes que reivindicam seus espaços políticos junto ao Estado, por exemplo, o Boko Haram tem praticado ondas de violência na Nigéria. Os Tuaregs no Mali têm causado vários ataques violentos no país. Assim, é essencial enfatizar que esses grupos radicais islâmicos se beneficiam do apoio externo. Para Neelam e Magora (2015), os Estados da região carecem de estruturas necessárias para controlar os seus territórios marítimos. A região enfrenta uma série de problemas desta natureza, os quais impactam diretamente nas inseguranças doméstica e regional, bem como nas políticas econômicas dos estados.

Segundo Asamoah e Aning (2007), Obi (2009), Garuba e Ikelegbe (2007), a não participação política, o desemprego jovem, a corrupção e o subdesenvolvimento estão na base de vários conflitos e/ou das ameaças aos Estados e às vidas dos cidadãos da África Ocidental. O foco da segurança na região ainda está atrelado às ameaças externas. Contudo, devia ser o contrário, tendo em vista os problemas domésticos de segurança na região (NEELAM; MAGORA, 2015). Dessa forma, percebe-se que os objetivos desses Estados se centralizam na segurança das Instituições e não nas populações.

Em consequência a isso, essas políticas têm contribuído para a insegurança na região. É necessária uma atuação efetiva dos Estados face às novas ameaças de segurança internacional. Sendo fundamental, também, a cooperação dos Estados no que tange às trocas de informações e de modernizações dos aparatos de segurança, bem como de defesa.

Em resumo, observa-se que os Estados da região continuam se deparando com os problemas, por exemplo, a falta das capacidades institucional e a falta de recursos para garantir a segurança interna, bem como para combater os crimes transnacionais na África Ocidental. Contudo, são estados jovens em processo de construção. Com base nesse argumento, a próxima seção objetiva analisar o processo de surgimento das instituições políticas na Guiné-Bissau, procurando compreender os condicionantes responsáveis por contribuírem para a fragilidade do Estado, das suas estruturas políticas e econômicas.

2.3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA GUINÉ-BISSAU APÓS A INDEPENDÊNCIA

Nesta subseção objetiva explicar o processo de construção do Estado na Guiné-Bissau após a independência. Dessa maneira, pretende analisar o processo de transição da política democrática liberal, a guerra civil de 1998/9 e os sucessivos golpes militares. Segundo Chabal (1986), a independência política foi a consequência da luta pela libertação nacional contra o regime colonial português desencadeado pelo o PAIGC durante onze anos.

A Guiné-Bissau é um pequeno Estado da África Ocidental com 36.125 km², possuindo uma população pouco numerosa com 1.756.159 e poucos recursos naturais. Dessa forma, ela foi uma colônia de Portugal durante os séculos XV a XX e se tornou independente formalmente de Portugal em setembro de 1974 (CHABAL, 1986; CARVALHO, 2015). Segundo Chabal (1986) e Roque (2009), graças ao sucesso notável do Partido Africano pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) na guerra colonial contra o regime fascista português, o país foi o primeiro entre os lusófonos na África a se tornar independente.

Diante disso, verifica que durante o período da dominação colonial o governo não se preocupava em construir as instituições burocráticas e a infraestrutura para melhorar a qualidade de vida da população local. Sendo por essa razão que o Estado pós-colonial guineense acabou por herdar uma burocracia estatal frágil no que tange às estruturas administrativas, como a falta de capacidade de oferecer os serviços básicos à população. Já em comparação com as outras antigas colônias portuguesas na África, como Angola e Moçambique, a Guiné-Bissau se beneficiou muito pouco em termos de construção das infraestruturas (FORREST, 2016).

Ainda de acordo com Forrest (2016), no caso do Cabo Verde, esse país teve melhores oportunidades educacionais se comparado à Guiné-Bissau. O império colonial português construía as infraestruturas para atender seus interesses, já que a maioria dos funcionários da

antiga administração portuguesa na Guiné-Bissau eram cabo-verdianos. Além disso, a colônia portuguesa estava entre as menos desenvolvidas na África colonial (FORREST, 2016).

Na Guiné-Bissau, a estratégia do regime português foi diretamente ligada à gestão direta de extração dos recursos agrícolas e dependência do trabalho forçado para resolver os seus interesses econômicos. Diante desse cenário, Amílcar Cabral foi preponderante em organizar o partido e a massa em torno da luta de libertação nacional. A luta armada tinha como o único objetivo acabar com o regime repressor de Portugal na atual Guiné-Bissau (FORREST, 2016).

Segundo Chabal (1986), Gleijeses (1997) e Kohl (2010), o PAIGC buscou integrar a luta armada com o contexto internacional para conseguir o apoio externo. O partido conseguiu, também, manter o controle político estrito sobre as Forças Armadas e assim construir uma estrutura política, econômica, assim como educacional nas áreas libertadas. De acordo com Carvalho (2015, p. 31), “durante a luta de libertação nacional, que precedeu a independência do país, foram lançadas as bases da política externa do futuro do Estado da Guiné-Bissau”.

Ainda segundo o mesmo autor, a instituição, dirigida por Amílcar Cabral entendia serem as estratégias políticas e militares nas zonas interioranas da atual Guiné-Bissau responsáveis por terem que ser conduzidas de uma ação eficaz no cenário internacional. Seguindo nessa linha de raciocínio, de acordo com Apolinário (2015), Amílcar Cabral buscou definir uma estratégia de inserção internacional do partido no contexto externo sem se filiar com nenhum tipo de visão ideológica no cenário da Guerra Fria. Ainda de acordo com Apolinário de Carvalho (2015):

Entretanto, apesar da significativa ajuda que recebia dos países socialistas, a opção para o campo diplomático do PAIGC se baseou no pragmatismo, pois Cabral estava consciente que esta colagem iria se tornar limitada pela ação do plano internacional, sustentando a percepção que a luta de libertação nacional era apenas mais um palco da Guerra Fria, o que não era desejável (CARVALHO, 2015, p. 33).

Essa estratégia política conduzida por Cabral no cenário internacional possibilitou ao PAIGC aumentar os seus leques de apoiadores. Amílcar Cabral se aproveitou das Nações Unidas (ONU), da Organização de Unidade Africana (OUA) e de outras Organizações como lugares para fazer a sua política externa e obrigar Portugal a abandonar a sua política colonial. No que tange aos apoiadores externos, o Partido contou com o apoio de vários países Africanos, dos países do Leste Europeu, dos países escandinavos, da China, de Cuba e da União Soviética (CARVALHO, 2015). Ainda de acordo com o Gleijeses (1997), essas ajudas foram determinantes na condução da luta nacional, pois permitiram ao partido manter e controlar as áreas libertadas.

Essas áreas ofereceram ao partido uma maior capacidade argumentativa para diligenciar uma estratégia política junto à ONU. O partido passou a reclamar a soberania dessas zonas libertadas nas Nações Unidas. Cabral alegava que o partido mantinha o controle legítimo dessas áreas e se responsabilizava pela administração do território, além de sustentar que oferecia os serviços básicos, como de infraestrutura, saúde e educação à população local (SANGREMAN, 2016).

Segundo Maxwell (2006), o PAIGC conseguiu com êxito concretizar a sua estratégia militar, política e diplomática durante a luta de libertação nacional e, conseqüentemente, permitiria ao país se tornar independente de Portugal em setembro de 1973. No que diz respeito à independência da Guiné-Bissau, de acordo com Apolinário de Carvalho (2015):

A proclamação do Estado da Guiné-Bissau e o seu imediato reconhecimento no plano internacional, foram um golpe muito forte para o colonialismo português e para a condenação do Estado Novo junto da opinião pública internacional, contribuindo para o isolamento crescente de Portugal nas Nações Unidas e o acentuar do incômodo que a manutenção do império e das guerras coloniais causavam a alguns Estados europeus, bem como a seus aliados na NATO (CARVALHO, 2015, p. 56).

A luta de libertação nacional na Guiné-Bissau foi determinante para a independência das outras colônias portuguesas na África, por exemplo, Angola e Moçambique. Segundo Carvalho (2015), essa luta contribuiu para o desmoronamento do império colonial português na África. A guerra foi decisiva também para a Revolução de Cravos em Portugal. Já o final da guerra colonial deixou o Estado da Guiné-Bissau numa situação de fragilidade extrema. Nas palavras de Sangreman (2016):

A guerra pela independência terminada em 1974 encontrou o país com um grau de desenvolvimento extremamente baixo independente dos indicadores utilizados. Esse fato significa dizer que as estruturas físicas, os recursos humanos e financeiros não permitiam um processo autónomo de acumulação para uma estratégia de desenvolvimento acelerado, tendo sempre que recorrer a grandes ajudas externas (SANGREMAN, 2016, p. 6).

Essa percepção de Sangreman (2016) pode ajudar na compreensão do surgimento do Estado pós-colonial e compor o quadro do país como um pequeno Estado frágil e em processo de construção e de capacidades institucionais limitadas. Assim, percebe-se que a fragilidade do Estado e das suas instituições é um processo histórico que já vinha desde o período colonial e pós-colonial que continua tendo impactos significativos nos dias atuais. Contudo, o país começou a ser governado por Luís Cabral durante os seus primeiros anos da independência (1973-80). Nesse sentido, deu início ao árduo processo de consolidação do Estado e reestruturação das suas instituições políticas (FILHO, 2016).

Ainda de acordo com mesmo autor foi um momento crítico no seio do próprio partido que conduziu à independência nacional, pois começaram as disputas internas dentro do partido. Diante disso, o regime continuou a se deparar com a falta de capacidade de resolver os problemas econômicos, abastecimento do mercado interno e a diminuição do alto índice de dependência externa (CHABAL, 1986). Ainda de acordo com Sangreman (2016):

A Política Fiscal e Orçamental permitiu que as despesas governamentais nominais crescessem, entre 1977 e 1981, a uma taxa anual média de 19%, enquanto as receitas cresciam a 14% ao ano, segundo o FMI em 1984. Assim, chegou a uma situação em que as receitas internas cobriam apenas 50% das despesas correntes do governo e uma percentagem nula das despesas de investimento. O desequilíbrio orçamental contribuiu para um maior agravamento da situação, esgotando o modelo seguido. No mesmo período, no Sector Financeiro, a Política Monetária permitiu que o crédito ao governo crescesse em média 45% ao ano, financiando o *deficit* fiscal e gerando inflação, a qual passou de 9,0% em 1977, para 20% em 1980 e 25% em 1981 (SANGREMAN, 2016, p. 11).

O nível de endividamento aumentou significativamente, o Estado não conseguia cumprir com as suas obrigações de garantir os recursos para satisfazer as necessidades básicas da população, nos setores tradicionais, como a saúde, a educação e os produtos da primeira necessidade. Ainda segundo Chabal (1986) Agba (2006), Abass(2010), Ayoob (1995), Reno (1998) Clapham (1985), Englebert (2009) essa falta de capacidade de resolver os problemas contribuiu para o primeiro golpe militar de 1980 que separou Guiné-Bissau e Cabo Verde definitivamente. Na percepção de Filho (2016), a separação dos dois países estava relacionada ao desagrado da população com o regime e ao descontentamento por parte dos guineenses na forma como a estrutura do partido vinha sendo dirigida majoritariamente pelos os cabo-verdianos.

Sendo assim, colocou o ponto final no projeto binacional arquitetado pelo Amílcar Cabral ainda no contexto da luta colonial. Seguindo nessa linha de raciocínio, a Guiné- Bissau passou a ter um novo Presidente da República, Nino Vieira que foi o responsável pelo golpe militar de 1980. Nesse novo cenário, o país permaneceu com regime de Partido Único e com pouca capacidade de resolver os principais desafios da nação guineense, fundamentalmente, a consolidação do Estado (FILHO, 2016).

Durante o regime de Vieira, a forma de administrar o país continuou a mesma, a revolução nada mudou no que tange à forma de governo. As crises política e econômica persistiram, a dependência externa aumentou significativamente, o Estado perdeu a capacidade de prover os recursos para abastecer o mercado nacional. Ainda durante esse período, o poder passava a ser mais restrito, sendo de responsabilidade do presidente da República (FILHO, 2016).

Segundo Apolinário (2015, p. 117), “o golpe de Estado de 14 de novembro representou um passo atrás na imagem externa do país e no esfriar de entusiasmos de muitos amigos dos tempos da luta”. Vários parceiros internacionais entendiam que a Guiné-Bissau seria um cenário de êxito comparando com os outros países Africanos que se encontravam no contexto de fracasso nos seus objetivos.

Desde então, as elites dirigentes abandonaram as massas, inclusive os camponeses que foram as bases do partido durante a guerra colonial. Os governantes mergulharam o país em uma crise política e econômica que continua a impactar a nação, bem como as lideranças não conseguem resolver os problemas fundamentais do país.

Diante disso, os governantes são incapazes de compreender a real situação do povo, perdendo muito tempo na disputa pelo poder do Estado (CHABAL, 1986). De acordo com Chabal (1986), essa lógica patrimonialista de governar fez com que os dirigentes políticos nada fizessem para construir as infraestruturas e melhorar a qualidade de vida da população.

Além disso, “não permitiram igualmente o desenvolvimento de uma sociedade civil autônoma e muito menos a constituição de uma classe política independente do partido único” (CARDOSO, 2004, p. 13). No que diz respeito ao curso superior, segundo Cardoso (2004, p. 13). Nos primeiros anos que se seguiram à data da independência política, o poder foi monopolizado pelo grupo daqueles que vieram das matas, num esforço de barrar a esfera do poder a todos os que eram considerados estranhos à luta de libertação nacional, este acabou por ficar nas mãos de um grupo restrito de pessoas.

Contudo, várias pessoas com formação acadêmica adequada para conduzir o destino da nação e com participação na luta armada foram colocadas fora do sistema, ou seja, fora da esfera do poder (CARDOSO, 2004). Esse cenário nos ajuda a compreender a deficiência do Estado Pós-Colonial na Guiné-Bissau, uma vez que essa instituição foi amplamente dominada por governantes sem nenhum tipo de formação acadêmica. Ainda segundo Cardoso (2004), essas elites dirigentes procuraram permanecer no poder através do discurso da luta armada de libertação nacional.

As políticas públicas do Partido-Estado passaram a beneficiar somente as populações residentes na capital e as zonas rurais foram praticamente abandonadas (CHABAL, 1986). De acordo com Chabal (1986), as falhas de políticas governamentais eram evidentes em todos os setores da sociedade, inclusive em áreas agrárias consideradas por Cabral como fundamentais para o abastecimento do mercado interno e desenvolvimento socioeconômico do país.

No que tange à relação entre o Estado e sociedade civil, conforme Chabal (1986) a guerra de libertação nacional não foi suficiente ou capaz de criar o laço entre o Estado e a sociedade civil, pois as políticas do Estado se restringem às classes dirigentes em detrimento da população. Com base em Chazan, Claphan e Englebert essa é a característica comum dos Estados que lutaram pela sua independência no continente africano: todos se comportaram quase que da mesma forma perante a sua nação.

De acordo com Kovsted (1999), o governo de Nino Vieira já não tinha meios financeiros necessários para sustentar o seu regime, uma vez que o Estado da Guiné-Bissau perdeu grande parte da ajuda recebida dos antigos países socialistas, especialmente, da Rússia e da Cuba para manter a sua administração, bem como as suas estruturas de Defesa e Segurança Nacional. Sendo que em 1990, a Guiné-Bissau se encontrava entre os vinte sete estados Africanos com a dívida externa elevada.

No período de 1978-83, o índice de endividamento da Guiné-Bissau (déficit pendente sobre os ganhos de exportação) dobrou para mais de 200%. Em 1986, os índices de dívida externa atingiram 1.042%, sendo que durante 1990, o débito em relação ao PIB estava acima do nível crítico de 30 a 50%, pois a dívida com a renda de todos os bens e os serviços se situavam na posição complicada de 165-275%, o serviço do déficit acumulado para exportação ficava entre 18 e 30%, os juros acumulados para exportações estavam acima do nível normal de 12 a 20% (AYITTEY, 2018).

No entanto, com particular referência à África, o registro foi péssimo e surgiu um consenso de que a ajuda externa ao continente, bilateral e multilateral, foi ineficaz. Sendo que entre 1980 e 1988, a África subsaariana recebeu US\$ 83 bilhões em ajuda externa. Entretanto, todo esse apoio não conseguiu estimular o crescimento econômico ou promover a democracia liberal (AYITTEY, 2018). Devido ao impacto da ajuda externa depois da Guerra-Fria, o regime de Vieira era obrigado a recorrer aos apoios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para garantir a sobrevivência como um pequeno Estado dependente e em processo de construção.

Diante disso, a Guiné-Bissau assinou um acordo chamado Programa de Ajustamento Estrutural com o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional para modernizar, assim como estruturar a economia do país e também realizar a transição para a democracia liberal. De acordo com Apolinário de Carvalho (2015), essas mudanças estruturais levaram à diminuição do valor da moeda nacional e as restrições radicais nas políticas orçamentárias do Estado.

Em consequência a isso, as empresas estatais foram privatizadas, o governo deixou de ter controle rígido na economia, no quarto Congresso do PAIGC de 1986, o Presidente Nino Vieira institucionalizou a abertura política e econômica (CARDOSO, 2001; MENDES, 2013; APOLINÁRIO DE CARVALHO, 2015; SJÖGREN; OLOO; PATEL, 2017). Todavia, a baixa capacidade, a desconfiança política de privatização das empresas do Estado que deixaram de ter os meios financeiros e a corrupção generalizada contribuíram na fragilização das instituições políticas, por exemplo, a economia interna. Essas eram as condições que a Guiné-Bissau se encontravam no fim dos anos de 1980 e começo de 1990 (SAHLE, 2017).

Segundo Cardoso (2001), a Constituição da República de 1984 foi revista em maio de 1991 e no artigo IV que definiu o PAIGC como força política exclusiva da nação guineense foi suprimida, marcando o fim da era do partido único. Além da pressão internacional, as organizações da sociedade civil pró-democracia desempenharam um papel importante no processo de transição para a democracia e contribuíram significativamente para a queda do regime do partido único na Guiné-Bissau (SAHLE, 2017).

No que se refere a defesa e segurança, as Forças Armadas perderam a competência de braço armado do PAIGC. A nova Carta Magna impõe os princípios de neutralidade política e apartidarismo a nova função das Forças Armadas (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU ANOTADA, 2019). Na verdade, uma das exigências feitas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional à Guiné-Bissau durante o processo da negociação das reformas do Ajustamento Estrutural era romper o vínculo da dependência entre as Forças Armadas e o Partido Africano pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

Segundo Saine (2009), este reaparecimento dos ideais democráticos/liberais foi inspirado por anos de declínio econômico e de desilusões civis com o sistema de partido único, bem como de governos militares. Os processos de transições democráticas ocorridas no continente africano durante a década de 1990 constituem a terceira onda da democratização na história do mundo moderno (HUNTINGTON, 1991; ANNA; LINDBERG, 2019). Dessa forma, era esperado que o envolvimento das Forças Armadas na política dos Estados Africanos iria diminuir com o passar do tempo e assim o continente estaria livre de governos militares.

Contudo, o senso de otimismo em torno do processo democrático na Guiné-Bissau teve resultados menos desejados pela população, pois a lógica do autoritarismo e do patrimonialismo continuavam a permear todas as instâncias administrativas do aparelho estatal. Durante a transição, a Guiné-Bissau adotou o sistema Semipresidencialista de governação. O Presidente

da República era escolhido, por meio do procedimento de votação compreendido em duas fases por um mandato de cinco anos.

Já o chefe do governo era eleito pelo Presidente da República consoante os resultados do ato eleitoral por um mandato de quatro anos, logo após consulta feita aos partidos com os assentos no Parlamento. O Executivo pode ser demitido pelo Presidente da República se o parlamento recusar sua proposta de orçamento de governação (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1996). Por outro lado, os deputados da nação são escolhidos por votação popular para representações de quatro anos com 102 assentos. A Constituição reformada permitiu a criação de novos partidos políticos no país. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1996).

É oportuno salientar que durante o processo de institucionalização dos princípios democráticos liberais na dinâmica da política interna não foram tomadas nenhuma diligência no sentido de permitir a participação popular no debate sobre os riscos e os ganhos que a democracia possa trazer a nação guineense. A institucionalização do novo sistema foi conduzida de cima para baixo. A Guiné-Bissau organizou as primeiras eleições parlamentares e presidenciais em julho de 1994.

Nas eleições legislativas de 1994, o PAIGC conquistou a maioria dos assentos na Assembleia, os quais foram 62 lugares no total de 102. Sendo que os principais partidos de oposição recém-criados eram compostos pelo Movimento RGB-Bafatá liderado por Domingos Fernandes Gomes, o qual conseguiu 19 cadeiras e o Partido de Renovação Social (PRS) dirigido por Kumba Yalá responsável por 12 lugares. Os assentos restantes foram distribuídos entre a União para a Mudança (UM) com seis lugares e a Frente de Libertação da Independência da Guiné-Bissau (FLING) com um assento.

Durante a eleição presidencial realizada em agosto de 1994, João Bernardo Nino Vieira obteve 52% dos votos no segundo turno contra Kumba Yalá que é líder do PRS (GUINEA-BISSAU, 2005). Contudo, as disputas pelo poder entre diferentes esferas da soberania persistiam e as instituições do Estado continuavam frágeis, porque o Estado não conseguia resolver questões econômicas que tem sido o grande desafio para os dirigentes políticos guineenses.

Além disso, mesmo após a mudança do sistema socialista para o modelo capitalista, os militares continuam interferindo na política para controlar os governos civis. As elites dirigentes do Estado não foram capazes de manter um controle civil democrático sobre as Forças Armadas e muito menos criar uma política nacional de defesa e segurança para definir

claramente a atuação das Forças Armadas no país. Consequentemente, a ingerência dos militares nos assuntos de natureza política, em parte, contribuiu para enfraquecer o mecanismo de consolidação da democracia guineense.

Conforme Vamain (2010), a institucionalização de democracia liberal no país não foi acompanhada com a reestruturação precisa das Forças Armadas aos verdadeiros princípios do Estado de Direito democrático do termo. Segundo Kieh Agbese (2014) a estratégia da abertura política tinha como finalidade dar a impressão de que as lideranças políticas estavam envolvidas no processo de democratização, mas na realidade eles mantinham a essência dos seus aparatos repressivos.

Em outras palavras, a democracia é vista por muitos como um meio viável para reconstruir a legitimidade dos estados africanos (VAN CRANENBURGH, 2012; CRAWFORD; LYNCH, 2012). Segundo Huntington (1991), Ololade (2005), Anna e Lindberg (2019), os governantes africanos concordaram com políticas liberais, mas não tinham a intenção de derrubar o modelo do partido único. No caso específico da Guiné-Bissau, o processo implicou na modificação dos burocratas do partido em pequenos empresários, ou seja, eles foram transformados em comerciantes.

No que tange a governação do plano interno, os problemas estruturais permanecem e as mudanças feitas não trouxeram melhoria na qualidade de vida da população guineense que continuam vivendo em estado degradante de miséria extrema. Já com relação ao respeito aos valores democráticos, um regime com a cultura profundamente antidemocrática impediria a disseminação das normas da democracia na sociedade, nega legitimidade as instituições democráticas e, por consequência, impede o bom funcionamento dessas instituições (ANNA; LINDBERG, 2019).

Entretanto, Dahl (2015) discorda dessa abordagem quando diz que “a manutenção da democracia não depende da adesão prévia dos atores sociais a determinados valores. A adesão às regras democráticas é circunstancial e contingente. No entanto, isso depende de considerações estratégicas (DAHL, 2015, p. 20). Em outras palavras, os dirigentes políticos deliberam e preveem os efeitos das suas ações, bem como elegem estruturas políticas, ou seja, atuam politicamente.

No caso particular da Guiné-Bissau a mudança substancial no sistema político para a democracia liberal teve impacto limitado quer do ponto de vista da cultura democrática quanto da estratégia política. As lideranças políticas guineenses têm tido enorme dificuldade em assimilar os princípios democráticos e colocá-los em funcionamento de forma efetiva. Já com

relação as instituições políticas, de acordo com Rudebeck (2011) a democratização ainda é fracamente enraizada na estrutura institucional das sociedades em causa, embora seja bem acolhida pelo povo.

O ponto de partida para a transformação das estruturas do Estado pós-colonial no continente africano deveria pautar na visão de Amílcar Cabral de uma democracia estatal do desenvolvimento, a qual é uma negação total do Estado neocolonial (NZONGOLA, 2017). Todavia, é oportuno lembrar que o mecanismo de institucionalização da democracia na Guiné-Bissau é um processo jovem que está em construção. Nesse caso, ele demanda um período necessário de tempo para a sua consolidação no país.

Além disso, exige instituições estatais sólidas com a capacidade de dar as respostas imediatas e necessárias aos desafios da democracia liberal na Guiné-Bissau. Na constatação de Eric Hobsbawm:

A democracia liberal, como qualquer outra forma de regime político, requer uma entidade política no interior da qual possa ser exercida, normalmente o tipo de Estado conhecido como Estado nacional. Não é aplicável a campos em que tal entidade não existia ou não pareça em processo de vir a existir (HOBSBAWM, 2007, p. 99).

Essa análise do Hobsbawm (2007) se aplica ao caso da Guiné-Bissau compreendido como um Estado jovem em processo de consolidação das suas estruturas administrativas. Em consequência disso, as elites dirigentes têm se deparado com enormes dificuldades em construir uma verdadeira nação, principalmente, em reduzir a dependência externa, a assimetria social e econômica. Sendo que no decurso dos anos entre 1990 e 1998, o crescimento do PIB ficou aproximado a 3,4%, ou seja, sucedeu uma redução da riqueza constituída (SANGREMAN, C; JÚNIOR, F S; ZEVERINO G. R; BARROS, M. J, 2016).

Assim, o crescimento econômico do país continua igual a diminuição, o Estado não tem sido capaz de reduzir as importações nem sequer incentivar as exportações. Dessa forma, no período da entrada na União Econômica e Monetária, o Banco Mundial estimava uma taxa de inflação na ordem de 2% com os ordenados regulares 48 a 85 euros por mês. “Já de 1987 a 1992 o endividamento externo do país cresceu de 473 milhões de dólares para 631 milhões devido à falta de retribuição dos valores emprestados” (SANGREMAN; JÚNIOR; ZEVERINO; BARROS, 2016, p. 12).

Com relação à inserção internacional em 1996 a Guiné-Bissau se tornou um dos principais membros precursores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa devido aos motivos históricos e culturais. As primeiras reuniões para a constituição dessa organização aconteceram

em Guiné-Bissau e contou com a ajuda do então executivo guineense (APOLONÁRIO DE CARVALHO, 2015).

Assim como mencionado anteriormente, no plano regional em 1997 a Guiné-Bissau entrou na União Econômica e Monetária do Oeste Africano, permitindo assim a maior inserção no mercado doméstico que possibilitou o estado guineense a ter uma moeda mais sólida e conduziu a política macroeconômica do país para o ambiente de harmonização, bem como a apreciação da política da entidade regional.

Com isso, consentiu menos soberania nacional para Guiné-Bissau com mais precisão e benefícios na administração financeira conjunta (APOLINARIO DE CARVALHO, 2015). Entretanto, o processo de integração regional continua a não ter os resultados desejados no que diz respeito a promoção do comércio entre os Estados. Esse processo continua sendo uma ilusão, o discurso e a prática não coadunam (SALICHS, 2015). Isso ocorre devido aos problemas estruturais de fragilidade do Estado e das suas instituições política, principalmente, de Defesa e de Segurança que se encontravam inoperantes, assim como fragmentados em consequência da perda da legitimidade de governar o país.

Dessa maneira, como resultado as elites dirigentes guineenses entraram em disputa pelo o poder e pela captura dos escassos recursos materiais, bem como financeiros do Estado. Sendo que em 1998, Nino Vieira passou a responsabilidade da venda de arma para os separatistas de Casamance para o Mané, o qual era o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Em seguida, foi instituído uma comissão parlamentar para investigar a participação de Ansumane Mané no tráfico de armas, porém antes do término da investigação Vieira decidiu demitir Mané do seu cargo de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas.

No entanto, Mané lançou uma ofensiva para assassinar o Vieira que foi frustrada. Essa ofensiva resultou no conflito político-militar denominado Guerra de Sete de Junho de 1998-9. (KOVSTED, 1999; RUDEBECK, 2001; FOUCHER, 2014; APOLINÁRIO DE CARVALHO, 2015). Durante esse período, as Forças Armadas da Guiné-Bissau entraram em uma ruptura institucional profunda. Em outras palavras, as estruturas de defesa e de segurança do país se dividiram em dois grupos. O grupo de Mané mobilizou cerca de 90% das tropas anteriormente sob o seu comando, pois sua rebelião foi amplamente apoiada por veteranos da guerra e jovens voluntários, particularmente, das áreas rurais.

Além do mais, por questão de estratégia devido à disputa territorial com o governo de Senegal, o Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC) concederam o apoio militar ao Mané para conter o avanço do Senegal na região por meio da Guiné-Bissau. Além de

tudo, o Governo de Portugal concedeu o apoio logístico e militar, por exemplo, um telefone satélite para a Junta Militar. Diante disso, Lisboa, juntamente com os países lusófonos, conseguiu abrir as portas do isolamento internacional imposto à Junta Militar (DRIFT, 1999).

Por outro lado, o grupo de Nino Vieira obteve a colaboração de Guiné-Conacri, Senegal e França. O Governo de Conacri enviou 400 efetivos militares e Dakar cerca de 2.000. (REFWORLD, 1999; SMALLARMSSURVEY, 2005). No decurso do conflito, Vieira enviou para Guiné-Conacri aproximadamente 300 combatentes para receber formação militar. Além disso, Vieira recebeu ainda o apoio logístico e militar da França. Durante os primeiros dias de fevereiro de 1999 ocorreu a maior explosão de violência em parte devido à nova artilharia francesa de 155 mm usada pelos militares apoiantes de Vieira (DRIFT, 1999).

O objetivo de Paris, Conacri e Dakar era proteger o seu importante aliado na região. Entretanto, devido a pressão da Comunidade Internacional, as Forças Armadas do Governo de Conacri e de Dakar abandonaram o território da Guiné-Bissau em 1999. Por sua vez, a França permaneceu em Guiné-Bissau até o final do conflito em maio de 1999. Ainda no decorrer do conflito, cerca de 500 soldados da imposição da paz da ECOWAS foram enviados para a Guiné-Bissau.

No entanto, devido à falta de recursos financeiros e meios materiais, a missão foi suspensa, porém o conflito continuava. Em consequência, a Guiné-Bissau viveu onze meses de conflito violento entre os dois grupos diferentes. A guerra só terminou com a derrota de Nino Vieira em 1999. Como resultado várias pessoas perderam a vida e a guerra devastou praticamente todas as infraestruturas precárias existentes no país, em especial a da defesa e da segurança do país.

A Guiné-Bissau pós-guerra civil de 1998-9 é um Estado débil institucionalmente e com falta de recursos financeiros. Segundo Foucher (2014), o tesouro do Estado estava vazio, a economia quase paralisada. O país entrou em um período de debilidade institucional profunda, o Estado perdeu o total controle da sua função e da proteção do seu território nacional. Os assuntos políticos, bem como econômicos do país se encontravam numa situação de degradação excessiva. Os parceiros internacionais estavam céticos sobre a capacidade do país de absorver ajuda (BORDONARO, 2009; BAPPAH, 2017).

As consequências da guerra civil geraram problemas profundos: a predominância da insegurança interna, a inoperância do sistema jurídico e a degradação das condições socioeconômicas da população em geral (GUINÉ-BISSAU, 2017). Diante disso, entre 1991 e 2001 se constatou que o índice de pobreza extrema subiu de 49,0% para 64,7%, nas áreas

interioranas os números retratavam 69,1% da população vivendo a baixo da pobreza extrema (SANGREMAN et al., 2016).

Na conjuntura da inserção internacional, de acordo com Apolinário de Carvalho (2015), a maior parte dos parceiros internacionais de cooperação e de desenvolvimento abandonaram a Guiné-Bissau, bem como retiraram as suas agências diplomáticas do território nacional. No que concerne a ajuda externa continua sendo um complemento natural dos recursos nacionais. Os números de ajuda externa atingiram 50% da receita do Estado (KOHNER, 2010; RUDEBECK, 2001).

No que se refere à reorganização da estrutura de defesa e de segurança, a reestruturação das Forças Armadas era a prioridade da nova administração do Estado da Guiné-Bissau após o conflito. Diante disso, o Governo da Guiné-Bissau apoiado pelos parceiros externos, em especial, as Nações Unidas desenvolveram um esforço conjunto de trabalho. O objetivo era reformar as Forças Armadas do país por meio do Programa de Reestruturação e Modernização (PDRRI) da estrutura de defesa e segurança.

A reforma pretendia desmobilizar e reintegrar um total de 3.929 militares e efetivos formados em Conacri para proteger o regime de Nino Vieira. Outro objetivo do programa foi a reinserção social econômica dos ex-combatentes de liberdade de pátria mais afetados com o conflito, tendo sido identificados 11.300 candidatos (UNDP, 2010). Neste contexto, foram estabelecidos os arranjos institucionais, legais e técnicos para o lançamento das operações.

Diante disso, tecnicamente, o PDRRI é projeto de transição de curta intervenção de três anos. O orçamento inicial do programa era de US\$ 19.611 950 e o valor estimado para a reintegração era de US\$ 9.902.439. No entanto, o atraso no envio do equipamento de assistência técnica contribuiu negativamente no desenvolvimento do trabalho operacional. Por fim, o processo de desmobilização e reintegração teve os resultados limitados e se restringiu ao retorno de ex-combatentes nas estruturas das Forças Armadas.

A taxa de regresso dos efetivos atingiu 45%. Em 2005, opondo-se à decisão do governo de 2000 de reduzir os soldados, ocorreu uma campanha que encorajava os militares a reentrar nas Forças Armadas, inclusive àqueles que haviam sido desmobilizados (UNDP, 2010). Em consequência as Forças Armadas da Guiné-Bissau continuam a se deparar com os problemas estruturais, inclusive as questões disfuncionais. Entre 2000-2003, a Guiné-Bissau foi governada por Kumba Yala.

Assim, o país retomou a normalidade institucional. Contudo, devido à falta de uma política nacional de defesa e de segurança, as Forças Armadas continuam interferindo nos

assuntos políticos para controlar o governo civil na Guiné-Bissau. Apesar de inicialmente a população se encontrar entusiasmada, ela crescia cada vez mais insatisfeita com a incapacidade do governo de atender às necessidades econômicas e expectativas sociais. Diante disso, para responder as demandas internas na qualidade de um pequeno Estado frágil e em processo de construção e dependente de ajuda externa, de acordo com Clapham (2000); Khadiagala, Lyons et al. (2001), em 2003, o então Presidente da Guiné-Bissau, Kumba Yala, solicitou apoio financeiro de US\$ 35 milhões a Lisboa para pagar as despesas do Estado.

Além de prometer ajuda financeira à Guiné-Bissau, Portugal anunciou o envio de 90.000 doses de vacina contra o sarampo, com o objetivo de conter o surto de doença no país (RELIEFWEB, 2003). Além disso, consoante Lundy (2011), o então governo da Guiné-Bissau solicitou uma ajuda de caráter humanitário de US\$ 2,4 milhões para financiar os projetos voltados para a erradicação de minas terrestres no país de 2005-2006. Nesse período, a ajuda externa diminuiu drasticamente depois que o FMI decidiu suspender um programa de redução de pobreza e crescimento de US\$ 14,2 milhões, além de US\$ 417 milhões em alívio da dívida. Tendo ainda a retirada do apoio de US\$ 5 milhões anuais dos holandeses (LUNDY, 2011).

Todavia, o Gabinete da ECOWAS de monitoramento do processo de paz concedeu a Guiné-Bissau um montante de US\$ 500.000 para liquidar salários de militares. Ainda no mesmo ano, o então governo da Guiné-Bissau assinou um contrato de três anos com a empresa australiana *Fusion Oil and Gas* para explorar petróleo e gás na zona conjunta que partilha com o Senegal. O país concedeu 43.900 da sua jurisdição marítima a *Fusion Oil and Gas*.

Ainda em dezembro de 2003, o então governo rubricou um novo acordo com a petrolífera britânica *Premier Oil* que se uniu à empresa norte-americana *Occidental Petroleum* para exploração de 250 milhões de barris de petróleo a partir de 2004 (LUNDY, 2011). Contudo, o governo foi derrubado pelo exército em setembro de 2003. Sendo que em outubro de 2004 um motim expôs novamente a fragilidade das estruturas políticas modernas ao mesmo tempo que polariza ainda mais a sociedade guineense em linhas étnicas (EMBALÓ, 2012).

Segundo Lundy (2011), o grupo reclamava o pagamento do salário da participação na missão de paz das Nações Unidas durante nove meses na Libéria. Eles reivindicavam uma quantia de US\$ 1,428 por soldado. Ainda nesse mesmo período, o governo sueco prometeu US\$ 1 milhão para apoiar a Transição política no país. O dinheiro foi canalizado através de um fundo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para atender às despesas orçamentárias do governo (LUNDY, 2011).

Ainda conforme Lundy (2011), a Guiné-Bissau recebeu no mesmo período da Holanda e de outros parceiros de cooperação e desenvolvimento uma ajuda de US \$ 2,7 milhões para pagar as despesas públicas. O país recebeu ainda durante esse período cerca de 51% de ajuda externa, porém as lideranças políticas não conseguiram aplicar os recursos recebidos devidamente na luta contra a pobreza e a construção das infraestruturas públicas devastadas pela guerra civil (HECKELMAN; KNACK, 2005).

É importante frisar que após essa insurreição das classes militarizadas, os parceiros externos, especialmente, as Nações Unidas vetaram a participação da Guiné-Bissau nas suas atividades diplomáticas, incluindo a suspensão de vários projetos de consolidação da paz no país. No contexto de Defesa, alguns Oficiais das Forças Armadas da Guiné-Bissau foram sancionados e impossibilitados de sair do país. O relacionamento da Guiné-Bissau com os seus parceiros internacionais voltou a se normalizar após a organização da eleição para o Presidente da República em 2005. Como resultado disso, Nino Vieira saiu vitorioso e conquistou 52,35% dos votos contados.

Diante disso, as lideranças políticas estavam totalmente dependentes do poderio das Forças Armadas³ para permanecerem no poder mesmo com o retorno de Vieira na presidência (RUDEBECK, 2001; ISSAT, 2019). De acordo com Vigh (2006), as interferências das classes militarizadas nos assuntos políticos produziram efeitos somente nas posições de poder, mas não em termos estruturais. Como já foi dito, devido à ausência de uma política nacional de defesa e segurança, as Forças Armadas mantinham controle estrito do Estado e dos seus recursos econômicos, não existindo mecanismos políticos que permitiam a sociedade participar nas decisões sobre a governação, como nos assuntos de Política Externa.

Em outras palavras, não houve um controle civil sobre as Forças Armadas durante esse período. O Governo se preocupava mais em manter o apoio dos militares para proteger o mandato do que resolver as questões estruturais do país, principalmente a política de redução pobreza e de desenvolvimento socioeconômico. O Estado guineense tem demonstrado cada vez mais desinteresse pelo problema que a população tem enfrentado, sobretudo em termos de legitimidade democrática. Posteriormente, no decurso de 2006 o país contou com a ajuda externa para cobrir mais de 90% das despesas do Estado e garantir a sua sobrevivência (HORTA, 2007).

³ Nos lugares onde as forças militares são relativamente grandes, centralizadas e hierárquicas, como acontece na maioria dos países, hoje em dia, a poliarquia é certamente impossível ao menos que os militares sejam suficientemente despolitizados para permitir um governo civil (DAHL, 2015, p. 64).

Na percepção de Bauman e Bordini (2014, p. 28), “o Estado em crise, em vez de ser provedor e garantidor do bem-estar público se tornou um parasita da população, preocupado apenas com a própria sobrevivência, exigindo cada vez mais e dando cada vez menos em troca”. O sistema político guineense apresenta altos índices de incoerência, apesar de ser considerado democrático. Além disso, a competitividade política é fracamente institucionalizada. Essa situação, em parte, tem diminuído a participação popular nos assuntos nacionais (OCDE, 2011). Na percepção de Charles Tilly (2013):

À democracia é um bem em si mesmo, na medida em que em alguma extensão ela oferece à população de determinado regime o poder coletivo de determinar seu próprio destino. Além disso, em boa parte dos casos, ela oferece melhores condições de vida, ao menos no que se refere às questões como acesso à educação, saúde e proteção social (TILLY, p. 20, 2013).

O caso em referência não se aplica à situação da Guiné-Bissau, pois as elites no poder têm procurado beneficiar do processo democrático para resolver os seus problemas pessoais em detrimento da população, principalmente, dos que residem nas áreas urbanas do país. Além do mais, a Constituição da República não prevê nenhum mecanismo de consulta e participação popular nos procedimentos de governação. A democracia africana é frequentemente baseada em um conjunto de instituições que tendem a concentrar poder no executivo. Um poder presidencial poderoso opera uma separação mínima dos poderes (VAN CRANENBURGH, 2012; CRAWFORD; LYNCH, 2012). Nesse sentido, democratizar o Estado também requer a descentralização ou a devolução do poder às autoridades regionais ou provinciais e locais. Os processos participativos requerem o envolvimento da sociedade civil no fortalecimento da governança democrática em nível local (NZONGOLA, 2017).

Nesse caso, ainda segundo Nzongola (2017) uma prática que pode aprofundar a democracia é a descentralização do orçamento participativo, uma prática inventada em Porto Alegre para permitir que os residentes determinem como alocar recursos municipais para suas necessidades econômicas, sociais e culturais. Segundo os dados de Freedom House (2018), a Guiné-Bissau é classificada como parcialmente livre no que tange os direitos civis e as participações políticas. A Carta Magna guineense pressupõe a liberdade de imprensa, todavia continua sendo restrita na prática e as classes de jornalistas seguem enfrentando ameaças, bem como intimidação.

No que diz respeito à lei de acesso a informação permanece não existindo mecanismos legais e eficazes para facilitar a obtenção do público as informações do país. Já os funcionários do governo não divulgam suas informações financeiras pessoais, conforme exigido pela

Constituição da República. O problema político e a perturbação parlamentar têm dificultado ainda mais a fiscalização das despesas do poder executivo nos últimos anos. Os serviços públicos seguem se agravando e os pagamentos irregulares dos servidores do setor público continuam sendo um problema. Além do mais, a violência e o assassinato continuam provocando graves problemas de segurança no país (FREEDOM HOUSE, 2018).

Ainda de acordo com Faye, Kanté e Toupane (2019) é necessária uma nova reforma na constituição para alcançar uma base governativa estável e duradoura. A fragilidade na Guiné-Bissau se manifesta em uma desconexão entre Estado e sociedade civil com fracas instituições, bem como uma falta de presença do Estado fora da capital, o que torna o Estado ilegítimo aos olhos de muitos dos seus cidadãos. Além disso, o envolvimento militar na política e nas esferas econômicas são fortes (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2017).

A insegurança doméstica que sinalizou a época passada segue afetando o país com quatro executivos num período temporário de cinco anos. As contrariedades seguem arruinando os objetivos de boa governança, assim como fundamentam à atenção dos parceiros internacionais de cooperação e desenvolvimento, preservando a Guiné-Bissau nos compromissos globais, especialmente, da ONU, UA, CPLP e ECOWAS (APOLINÁRIO DE CARVALHO, 2015).

Essas fraquezas institucionais se traduzem em uma fraca gestão financeira pública manifestada em um insuficiente controle, na execução dos programas e nas políticas governamentais. A administração pública é minada por uma grande burocracia, notadamente, a super-representação dos militares. Recentemente, o Estado gastou com o pagamento de salários dos funcionários do Ministério da Defesa 3,51 milhões de francos CFA, ou seja, US\$ 5,96 milhões (GUINEA-BISSAU, 2018b).

As despesas em equipamentos e infraestruturas não entraram nesses gastos. Já a economia continua vulnerável a choques adversos decorrentes de mudanças nos termos de troca ou a não realização de investimentos diretos (OCDE, 2011; INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2017; WORLD BANK GROUP, 2018). Para Sjögren, Oloo e Patel (2017), Chazan, Bayart (2000), Clapham (1996), Taylor (2004), Chabal (2016), Englebert *et al.* (2013), a principal causa para o fracasso da democracia na África está relacionada com a economia fraca na periferia do capitalismo global, nas profundas desigualdades sociais e políticas, bem como nas instituições estatais frágeis e na incapacidade de controlar por coalizões de elite partidos políticos faccionais sem uma base social sólida.

Além disso, acrescenta-se ao debate que a fragilidade do processo democrático no continente Africano, em parte, está relacionada com a incapacidade de muitos estados em

desenvolver um mecanismo de controle civil sobre as Forças Armadas. Assim, inibindo a sua participação na esfera da tomada de decisões de governos civis na África. As organizações das eleições a considerar em 2008 e 2009 também em 2012/2014 confirmou a prática de retorno à estabilidade, sem, contudo, propiciar a estabilidade política governativa duradora no cenário político guineense (GUINÉ-BISSAU, 2016).

Com isso, depois das revoluções das classes militarizadas de 2012, os parceiros internacionais de cooperação e de desenvolvimento apresentaram proposições para os problemas de insegurança no país, por exemplo, organização da nova eleição justa, livre e transparente. Em 2014 foram realizadas eleições gerais presidenciais e legislativas que resultaram na vitória do ex-ministro das Finanças, José Mário Vaz. É importante frisar que o presidente Vaz tentou manter um equilíbrio de poder entre os líderes políticos e militares. José Mário Vaz destituiu o António Injai do cargo de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas por meio de um decreto e nomeou o seu homem de confiança chamado Biaguê Nan Tan como Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas.

Biaguê Nan Tan conseguiu conter a interferência dos militares na política e foi capaz de controlar relativamente as divisões internas pelo poder dentro das estruturas das Forças Armadas da Guiné-Bissau. A presidência de José Mario Vaz durou cinco anos, finalizando em 2019. O governo de José Mario Vaz foi o único a terminar o mandato desde o início do processo da democratização na Guiné-Bissau. No entanto, o regime de Vaz não foi capaz de elaborar um Livro Branco para definir o papel das Forças Armadas no país.

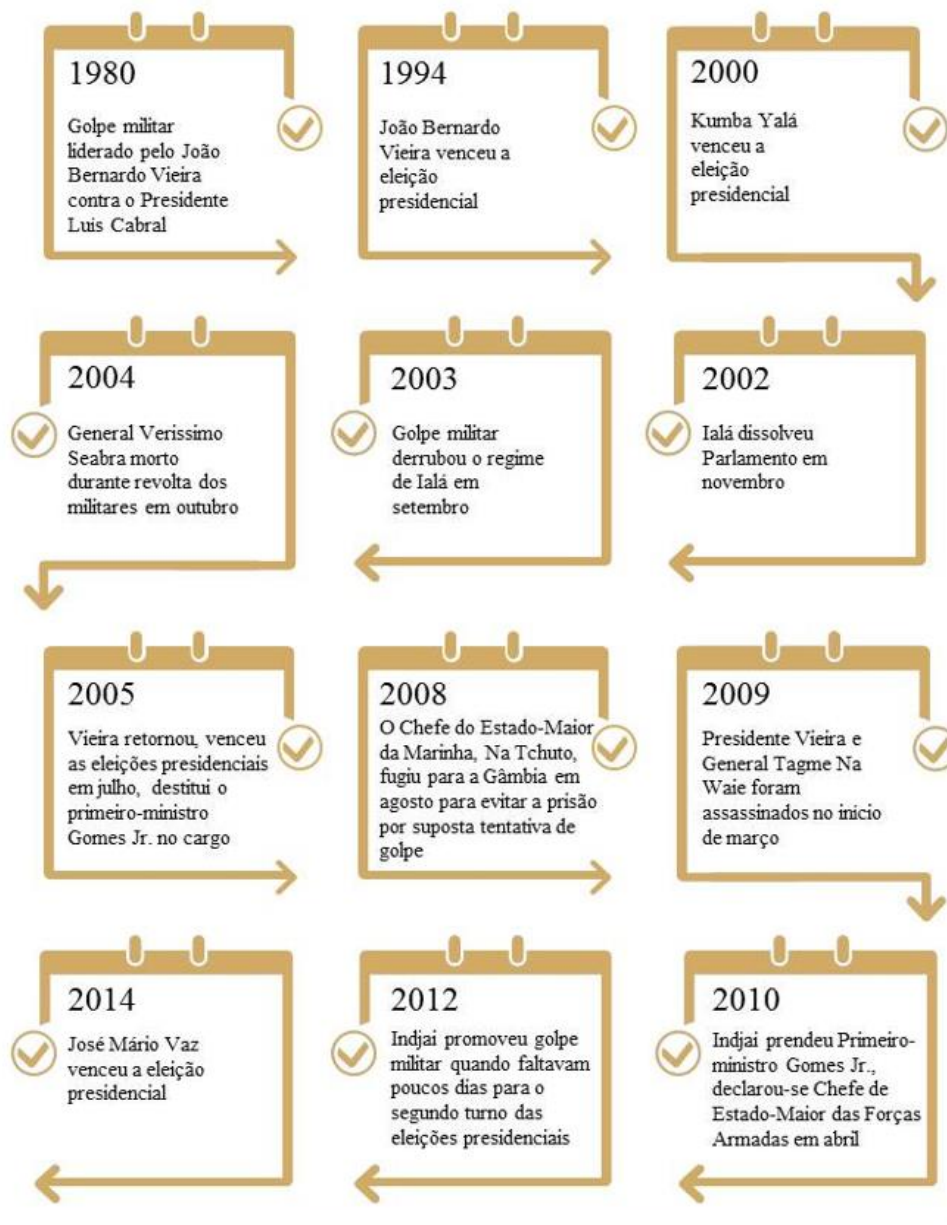
Contudo, este período de relativa estabilidade governativa não distanciou totalmente os militares da esfera do poder, pois continua existindo temores da interferência das Forças Armadas na política no país. Além do mais, as classes políticas guineenses não têm conseguido apresentar para a população propostas exequíveis e consistentes para a construção do Estado, bem como resolver os assuntos do desenvolvimento socioeconômico. O país tem tido enormes dificuldades para organizar as eleições internas sem os apoios dos parceiros internacionais.

De com Schröder (2008) cerca de 60% do orçamento do Estado continua ainda sendo financiado pela ajuda externa. Como foi evidenciado, segundo Mendes (2013), a dinâmica política da Guiné-Bissau como um Estado independente tem sido marcada por uma instabilidade política e militar, com constantes desafios à normalidade constitucional, assim como o aumento geral da insegurança desde o conflito de 1998-9.

Diante disso, os Golpes de Estado, os constantes assassinatos de lideranças políticas-militares e o desrespeito pelos direitos humanos se tornaram a regra. Segue abaixo o quadro

com os principais eventos políticos-militares ocorridos no país desde a sua independência até 2014.

Figura 2 - Principais eventos políticos-militares ocorridos no país desde a sua independência até 2014



Referências: Faye, Kanté e Toupane, 2019, adaptado e modificado pelo autor

Assim, é possível verificar que entre 1988 e 2013, a Guiné-Bissau teve dez primeiros-ministros eleitos sem terminar seus mandatos, quatro Chefes de Estado-Maior, os quais todos

foram demitidos por levantes das classes militarizadas e dois foram assassinados pelas Forças Armadas sem terminar seus mandatos, bem como três Presidentes interinos nomeados após revoluções militares (MENDES, 2013).

Nesse cenário de insegurança os processos de consolidação da democracia persistem constantemente adiados e seguem incompletos. Assim, como resultado as lideranças políticas transformaram o governo numa luta política de agenda pessoal em detrimento dos interesses da nação guineense. A Guiné-Bissau segue tendo enormes obstáculos para implementar uma estratégia governativa coerente e capaz de garantir uma base sólida para estabilidade política duradoura.

Em resumo, o capítulo procurou demonstrar que grande parte dos pequenos Estados do continente Africano ainda se deparam com os problemas estruturais de consolidação das instituições políticas, em especial, de defesa e de segurança. Além do mais, são estados jovens e em processo de construção. Apesar das semelhanças em várias situações, principalmente, quanto à vulnerabilidade interna, importa sublinhar que os problemas internos são de naturezas diferentes, pois os Estados procuram resolvê-los de acordo com os recursos disponíveis.

Já com relação à Inserção Internacional se verifica que não há uniformidade na forma de fazer Política Externa, porque cada Estado busca se inserir internacionalmente consoante as suas necessidades, às capacidades institucionais e os recursos disponíveis. No caso específico da Guiné-Bissau se identifica que a fragilidade do Estado foi um processo histórico devido à política colonial portuguesa na Guiné-Bissau e à incapacidade das elites governantes em construir o Estado, bem como melhorar a qualidade de vida da população.

Em consequência disso, a Guiné-Bissau tem tido enorme dificuldade de fazer uma política internacional eficiente, pois o Estado continua vulnerável internamente e tem se tornado cada vez mais refém das agências externas. Portanto, o capítulo buscou salientar que apesar da Guiné-Bissau ter feito a sua transição para a democracia liberal em termos formais, porém no aspecto qualitativo e substantivo os resultados continuam sendo muito limitados no âmbito do governo, na redistribuição dos recursos do Estado, na participação política, nos direitos civis e na liberdade individual.

Com isso, a instituição do Estado segue fragilizada e sem a capacidade de resolver os problemas de desenvolvimento socioeconômico, bem como da segurança interna. Além do mais, as classes dirigentes do país não têm conseguido conter as ingerências das classes militarizadas nos assuntos de natureza político. Além disso, as elites dirigentes não foram

capazes desenvolver uma política nacional de defesa e segurança para definir atuação das Forças Armadas.

Portanto, em consequência a isso, os militares guineenses continuam interferindo na política para destituir os Governos democraticamente eleito. Com isso, é com base nesse argumento que o próximo capítulo foi desenvolvido, com a finalidade de explicar como um pequeno Estado faz Política Externa, tendo a Guiné-Bissau como um modelo ou a exemplo a ser seguido.

3 RELAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU COM AS POTÊNCIAS CENTRAIS

Neste capítulo analisa-se como um país pequeno e em construção, frágil e dependente de ajuda externa tem se relacionado com os seus principais parceiros internacionais de cooperação e desenvolvimento no contexto de Defesa e Segurança, principalmente as potências centrais, como Portugal, França, Estados Unidos, China e a Rússia.

3.1 A RELAÇÃO ENTRE GUINÉ-BISSAU E PORTUGAL

Nessa primeira subseção do capítulo discorre sobre a relação entre Guiné-Bissau e Portugal. Sendo Portugal o parceiro mais importante em termos bilaterais, apesar de ser uma antiga potência colonial. No entanto, a presença portuguesa no país continua sendo bem acolhida pela sociedade guineense (ROQUE, 2009; BLACK, 2017). Ainda segundo Roque (2009) e Black (2017), após a independência os dois países continuam mantendo a cooperação.

Conforme Lee (2013), a Guiné-Bissau passou a privilegiar a sua relação diplomática com ex-metrópole. O objetivo dessa relação está pautado na busca dos recursos externos para garantir a sobrevivência, estabilidade política governativa no país. Além disso, se insere nos moldes da tradicional cooperação Norte-Sul baseada em condicionalidade política, restrições de mercado e extração dos recursos naturais do Sul para o norte. Assim, após a independência, grande parte das elites dirigentes guineenses tiveram a formação acadêmica em Portugal, pois a maioria ainda possuía imóveis e família em Lisboa (OLOLADE, 2005, FERNANDES, 2018).

Ainda em relação à formação técnica de recursos humanos, o governo da Guiné-Bissau tem solicitado o apoio de Portugal no sentido de formar os seus quadros de Forças Armadas e de Segurança. De acordo com Aranha (1994), em 1991/92, Lisboa concedeu 360 bolsas de estudos militares aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no sentido de qualificar seus quadros de Defesa, principalmente, os Altos Oficiais, os Sargentos e os Cadetes.

Na constatação de Black (2017), o foco dado a esses setores está relacionado à perspectiva dominante da construção de paz na Guiné-Bissau partilhada por Portugal e os seus aliados ocidentais. Ainda no que diz respeito à preocupação com o problema de segurança, Portugal tem centralizado o seu apoio para o setor de segurança e de defesa. Na percepção de Lisboa, a fragilidade do sistema de segurança no país pode favorecer a prática de crimes transnacionais, por exemplo, a emigração ilegal de Bissau para Portugal. Em outras palavras, a reforma desses

setores figura atualmente como a prioridade da Política Externa de Portugal para a Guiné-Bissau (ROQUE, 2009).

Em 2015, durante a mesa redonda organizada em Bruxelas, Portugal apoiou o então executivo a mobilizar os parceiros internacionais e os sensibilizar da importância de ajudar o país. Além disso, prometeu uma ajuda a Guiné-Bissau no valor de 40 milhões de euros. Contudo, por motivo da crise política em 2014 que culminou na queda do governo, Portugal decidiu unilateralmente suspender o apoio prometido. Ainda de acordo com Roque (2009), Lisboa em parceria com os tradicionais parceiros de cooperação e desenvolvimento nomeadamente CPLP que tiveram o papel preponderante na discussão sobre a reestruturação das estruturas militares no país e ajudaram na organização de vários debates internacionais para problematizar a estratégia da reforma na Guiné-Bissau.

Contudo, as tentativas das reformas propostas não obtiveram os efeitos almejados. Com isso, a desejada reforma segue sendo uma falsa realidade para os guineenses que há muito tempo aguardam o cumprimento da promessa. Isso ocorre devido à falta de recursos financeiros suficientes e a boa vontade política, bem como a constante crise interna. Além da preocupação com os problemas das reformas, a ajuda portuguesa no país continua sendo complementada pelo trabalho das ONGs portuguesas.

Essas ONGs concentram as suas atividades no melhoramento das necessidades básicas da população, contribuindo na criação de um ambiente favorável para a estabilidade interna (BLACK, 2017). É oportuno frisar que o apoio concedido à Guiné-Bissau é muito importante, apesar de se continuar tendo resultados menos significativos no contexto da instabilidade política, reforço da capacidade institucional, boa governação, a estratégia de redução de pobreza, bem como a reforma do setor de segurança e defesa.

Durante a guerra civil de 1998-9 na Guiné-Bissau a relação entre Lisboa e Bissau se fragilizou. Diante disso, o governo liderado por Nino Vieira decidiu romper relações diplomáticas com o governo português por ter interferido nos assuntos domésticos da Guiné-Bissau. Dessa forma, Portugal mantinha um relacionamento crítico em relação ao regime de Vieira no âmbito da Comunidade dos Estados da Língua Oficial - CPLP (DRIFT, 1999). Ainda segundo Drift (1999), a partir desse momento começou a ruptura diplomática entre os dois países e o regime de Vieira passou a receber o apoio da França, bem como dos países vizinhos, por exemplo, Senegal e Conacri.

Assim, a relação diplomática entre os dois países voltou a se estabelecer após um longo tempo de distanciamento e do conflito em que Vieira saiu derrotado pela Junta Militar. O

próprio Vieira acabou sendo exilado na Embaixada portuguesa na Guiné-Bissau, sendo em seguida transferido para Lisboa. Depois dessa ruptura diplomática, no que tange o comércio e o investimento, a Guiné-Bissau retomou a cooperação bilateral com Portugal. No decurso de 2015, as exportações de Portugal para os Países Africanos de Língua Portuguesa foram de 5,7%. O peso dos PALOP nas importações portuguesas foi de apenas 1,2 e 1,3%, respectivamente (FERNANDES, 2018).

No caso específico da Guiné-Bissau, as exportações de Portugal para o país aumentaram 14,8% em 2017, com uma balança comercial positiva de 83,7 milhões de euros. Diesel, gasolina foram os maiores produtos de exportação de Portugal para a Guiné-Bissau, representando 41,7% das exportações nesse período. A segunda maior categoria de exportação são os produtos agroalimentar, representando 26,4%, com em ênfase na cerveja, no vinho e em outras bebidas alcoólicas, incluindo o leite e seus derivados, as gorduras, os óleos, as carnes, os cereais, bem como os derivados de frutas e legumes (PLATAFORMA, 2018).

Além disso, devido ao interesse português no mercado guineense, segundo Plataforma (2018), um grupo de empresários de Portugal que operam na Guiné-Bissau criou uma associação comercial para proteger os seus interesses e facilitar a entrada de empresas portuguesa no país. Os empresários devem ver a Guiné-Bissau como um mercado com 300 milhões de consumidores, porque o país é membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

No que tange a ajuda econômica, na qualidade de um Estado frágil e em processo de construção e dependente de ajuda externa de acordo com Clapham (2000); Khadiagala, Lyons *et al.* (2001), o apoio de Portugal para Guiné-Bissau passou a se centralizar nas principais áreas tradicionais, como: educação, saúde e desenvolvimento sócio comunitário. Além disso, a ajuda se estende ao setor de formação dos quadros institucionais para a administração pública guineense, assim como a busca pela estabilidade política no país. Ademais, durante 2008-2010, 74% do financiamento português para o Estado da Guiné-Bissau foi utilizado para pagar os salários dos funcionários públicos (ROQUE, 2009).

Ainda de acordo com Roque (2009) e Black (2017), Portugal tem desenvolvido esforços para ajudar Guiné-Bissau a superar o período de declínio econômico e social, embora não tenha uma estratégia institucional específica de consolidação da paz. Ademais, Lisboa em colaboração com os outros Estados membros da (CPLP) teve um papel importante como mediador durante a guerra civil no país. Segundo Black (2017), Lisboa forneceu à Bissau

72.480.861 euros entre 2000 e 2006 para ajudar no orçamento do Estado e apoiou o país a organizar as eleições gerais em 2005.

O país europeu também tem condicionado o executivo guineense a reforçar a capacidade da sua instituição de justiça e de segurança, com a finalidade de combater a corrupção, a impunidade e o crime organizado. Dessa maneira, evidencia-se que ambos os países continuam a manter uma relação histórico-cultural. Assim, Lisboa tem tentado ajudar a Guiné-Bissau a encontrar a estabilidade governativa. Contudo, essa ajuda continua a provocar um impacto limitado para os desafios internos do país. Além do mais, persiste a tradição de condicionalidade política na relação dos dois países. Portanto, na próxima subseção do capítulo objetiva a análise da relação entre a França e a Guiné-Bissau.

3.2 A RELAÇÃO ENTRE À GUINÉ-BISSAU E A FRANÇA

O objetivo desta seção é investigar e explicar a relação entre a Guiné-Bissau e a França. É oportuno frisar que a França é uma ex-metrópole que mantém presença política, econômica e militar na costa ocidental da África. O foco dessa relação está inserido nos moldes de tradicional cooperação Norte-Sul apoiada em condicionalidade política, restrições de mercado e de extração dos recursos naturais do Sul para o Norte.

Segundo Drift (1999), existe na Guiné-Bissau um potencial atrativo para os investidores internacionais, especialmente, nos setores de turismo e petróleo. Conforme o teórico, esse fato ocorre apesar do país figurar na lista das nações menos desenvolvidas no globo, com poucos recursos naturais e financeiros. De acordo com Drift (1999), a relação dos dois países é de longa data e teve início durante o processo de definição das fronteiras entre as antigas potências coloniais na região da França-Portugal.

Nesse sentido, durante os períodos após a independência política, os dois países seguiram se relacionando normalmente. No decurso dos anos de 1990, a influência francesa tem aumentado notavelmente no território guineense. Diante dessa ingerência francesa, as perguntas que se fazem nessa tese são: qual era a relação entre à França e o regime de João Bernardo Vieira? Qual era a relação entre as empresas petrolíferas francesas e o então governo da Guiné-Bissau?

Na opinião de Drift (1999), Vieira mantinha uma relação bastante vantajosa com as empresas francesas chamadas TOTAL e ELF. As reservas de petróleo na região têm sido a causa do conflito entre o Senegal e a Guiné-Bissau ao longo de várias décadas. No decorrer dos anos

de 1997, a Guiné-Bissau entrou na zona da União Econômica Monetária da África Ocidental, ou seja, a zona Franco CFA, com o apoio da França.

Ainda no que tange à Política Externa francesa, durante o conflito civil de junho de 1998-9 a França interveio militarmente na guerra. Além disso, ela forneceu os armamentos para os militares que defendiam o governo de Vieira e contribuiu financeiramente com o apoio logístico, bem como financeiro para ajudar a força de manutenção de paz de ECOWAS na Guiné-Bissau (DRIFT, 1999).

Seguindo nessa linha de raciocínio, é importante deixar claro que essa atuação estratégica da França na região faz parte dos seus planos de inserção no continente africano em geral, buscando proteger os seus aliados políticos e maximizar os seus interesses nacionais (N'DIAYE; ELBADAWI; MUEGA, 2007; KLINGEBIEL, 2005; SIRADAG, 2014). O caso específico da Guiné-Bissau evidencia o desejo da França de salvaguardar o regime do seu amigo Vieira durante a guerra civil de 1998-9, potencializando os seus ganhos absolutos no país.

Nesse sentido, a França procurou inserir a Guiné-Bissau dentro da sua estratégia de Política Externa voltada para os valores culturais e para a expansão da língua francesa. Nos meados de 2004, ela abriu uma instituição de ensino de língua francesa em Bissau chamada Centro Cultural Francês. Essa instituição oferece os cursos de língua francesa, com a finalidade de facilitar o processo de integração regional. Além disso, as aulas são oferecidas para os setores estratégicos, como a formação dos funcionários da administração pública.

É oportuno frisar que essa entrada do país no bloco econômico permitiu que Paris exercesse maior controle sobre as atividades políticas e econômicas, assim como condicionasse o então executivo guineense a adotar políticas de mercado livre em seu próprio benefício. A partir desse momento, a influência e os investimentos franceses começaram a crescer significativamente no mercado do país.

Já com relação à ruptura e continuidade durante o golpe militar de 2012 na Guiné-Bissau, a França e grande parte da Comunidade Internacional, por exemplo, as Nações Unidas, a União Europeia, a União Africana, ECOWAS e CPLP suspenderam as suas relações diplomáticas com a Guiné-Bissau. Contudo, Paris continuava mantendo relação comercial com o país, bem como procurava proteger os seus interesses econômicos (FRANCE DIPLOMATIE, 2009).

Em 2018, as exportações francesas para a Guiné-Bissau representaram 3,3 milhões de euros (queda de 2,94% em relação ao ano anterior) e se referiam essencialmente a equipamentos mecânicos, eletrônicos e de informática 58%, produtos agroalimentares 18% e produtos metalúrgicos e metálicos 9% (FRANCE DIPLOMATIE, 2018). Ultimamente, o volume de

exportações de Paris para Bissau subiu para 3,35 milhões de Euros, já as importações para 2,61 milhões de Euros.

Todavia, a influência econômica francesa no país é restrita a 35% da atividade econômica das suas empresas petrolíferas, redes de telecomunicação Orange e outros setores vinculados aos serviços de hotelarias (FRANCE DIPLOMATIE, 2009). Já no que tange às políticas macroeconômicas dos Estados da África Ocidental, segundo Krosiak (2004), a França continua preservando os seus dividendos na região, especialmente, na Guiné-Bissau. Além disso, ela prossegue controlando a política monetária dos Estados na África Ocidental e a emissão da moeda comum desses países continua sendo de inteira responsabilidade do governo francês.

Recentemente, o governo da Guiné-Bissau e os seus pares da região têm procurado implementar uma nova moeda regional (ECO) para reduzir a interferência francesa na política econômica dos estados da África Ocidental. Contudo, o projeto se encontra ainda na sua fase embrionária de execução e implementação. Ademais, os governos franceses e guineenses continuam mantendo relações diplomáticas no contexto da saúde pública, pois a França é um dos principais financiadores do Fundo Global de Luta contra o HIV, tuberculose e malária no país.

Esse Fundo tem investido cerca de 12,5% dos recursos. Além disso, Paris concedia bolsas de estudos intitulada Bolsa de Cooperação Francesa durante vários anos para o governo da Guiné-Bissau (FRANCE DIPLOMATIE, 2009). Por fim, a França, como qualquer outra grande potência no continente africano, procura maximizar os seus ganhos econômicos, além de tudo isso conseguiu incorporar a Guiné-Bissau na sua zona de influência. Com isso, é a partir dessa relação de interesse econômico que a próxima seção procura analisar a relação entre a Guiné-Bissau e os Estados Unidos.

3.3 A RELAÇÃO ENTRE A GUINÉ-BISSAU E OS ESTADOS UNIDOS

Na presente seção buscou analisar a relação entre a Guiné-Bissau e os Estados Unidos. Assim, após a Guerra Fria se evidencia um enorme interesse externo nos recursos naturais e energéticos dos países africanos. Os recursos naturais dessas jovens nações são de extrema importância para os interesses geoestratégicos das potências mundiais. Esse interesse permite explicar a importância do continente na Política Internacional.

Assim, como já frisado a Guiné-Bissau continua mantendo uma relação bilateral com os Estados Unidos. O objetivo dessa relação é a busca pela estabilidade política governativa na

Guiné-Bissau. Além do mais, se enquadra nos padrões de tradicional cooperação Norte-Sul fundamentada em condicionalidade política, restrições de mercado e extração dos recursos naturais do Sul para o Norte. Dessa forma, Washington reconheceu a independência do país em 1974.

Nessa ocasião, inaugurou a sua representação diplomática em Bissau em 1976. Ultimamente, Washington tem procurado estabelecer uma relação diplomática, bem como econômica com o país no sentido de potencializar os seus ganhos. Além do mais, os Estados Unidos continua sendo um dos principais parceiros comerciais com o bloco regional ECOWAS, o qual o Estado guineense é integrante (GUINEA-BISSAU, 2018a).

Segundo Woodside (2007), a relação bilateral entre os dois países é constituída por vários elementos como: o comércio, o desenvolvimento social, a guerra ao terror e a segurança. Além disso, os Estados Unidos têm condicionado a Guiné-Bissau a reforçar as suas instituições democráticas e seguir os princípios americanos da democracia como o modelo ideal para a governação.

Conforme Woodside (2007) afirma que para conseguir maximizar os seus interesses geoestratégicos na África Ocidental, os Estados Unidos têm procurado manter as alianças com as lideranças políticas que outrora chamavam de corruptos, por não respeitarem os direitos humanos. Além disso, Washington tem ajudado a Organização da Sociedade Civil, bem como a Mídia guineense com os treinamentos e as ferramentas para verificar o poder arbitrário e o fortalecimento das bases da democracia no país (GUINEA-BISSAU, 2018a).

Esse apoio dos Estados Unidos é fundamental. Contudo, a promoção da democracia ou o fortalecimento do Estado por si só não resolve o problema da Guiné-Bissau a longo prazo e também não mitiga os problemas estruturais do país, principalmente, o combate aos crimes transnacionais. Nesse sentido, é fundamental que o estado guineense tenha a capacidade de funcionar efetivamente para reduzir a desigualdade social, combater a pobreza extrema que persiste penalizando a população guineense e buscar eliminar o alto índice do desemprego jovem no país.

No que tange a preocupação com a segurança, para Woodside (2007) e U.S. DEPARTMENT OF STATE (2016) os Estados Unidos continuam preocupados com o clima de insegurança doméstica vivenciado na Guiné-Bissau durante os últimos tempos. Na percepção do governo americano, a fragilidade do Estado guineense pode facilitar a penetração dos grupos terroristas no país e na região como um todo. Ainda de acordo com Woodside (2007), a preocupação com a segurança na região levou os Estados Unidos a adotar uma estratégia de

Política Externa em relação à Guiné-Bissau concentrada na busca de estabilidade governativa, no reforço da capacidade estatal, no fortalecimento do sistema judiciário, bem como nas reformas nos setores de segurança e defesa, com vistas a combater os crimes transnacionais na África Ocidental.

É importante sublinhar que, apesar de todos os problemas internos atravessados pelo país como o desmoronamento das instituições do Estado, a Guiné-Bissau nunca experimentou nenhum tipo de ataque terrorista, ao contrário dos Estados vizinhos, por exemplo, Nigéria e Mali. Ainda segundo Einarsdóttir (2007) e Lundy (2012), em razão de sucessivos golpes militares os Estados Unidos cortaram relações diplomáticas com Guiné-Bissau. Entretanto, os funcionários da Embaixada dos Estados Unidos ainda viajam regularmente à Bissau para tratar dos assuntos burocráticos e acompanhar a situação política no país.

Apesar disso, o Governo dos Estados Unidos continua mantendo interesse na Guiné-Bissau, apesar do país ser pequeno e se deparar com a insegurança doméstica. Já com relação ao comércio, a Guiné-Bissau continua mantendo a parceira comercial com os Estados Unidos. Esse país atingiu US\$ 4 milhões, recentemente, em volumes de importações de bens e serviços para os Estados Unidos (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2018).

Os principais produtos importados pela Guiné-Bissau foram: cereais, cimentos, livros, equipamentos médicos e óticos, máquinas elétricas, carne, legumes e óleos vegetais. A Guiné-Bissau exportou dos Estados Unidos frutas e castanhas comestíveis, sendo que os custos dessa transação foram somados em US\$ 194 mil (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2018). No que se refere a ajuda externa, os Estados Unidos continuam a oferecer apoio financeiro, bem como o auxílio para a construção das infraestruturas na área da saúde e da educação.

Além disso, concede bolsas de estudo para estudantes guineenses nas escolas técnicas dos Estados Unidos (EINARSDÓTTIR, 2007). Nos anos de 1986 anteriormente a Guerra Civil de 1998-9, os Estados Unidos financiaram vários projetos de escolas de língua inglesa na Guiné-Bissau. No domínio de Defesa e Segurança, a Guiné-Bissau recebe pouca assistência americana, mas participa de um programa no qual membros de suas Forças Armadas viajam para os Estados Unidos para treinamento militar.

Em consequência a isso e por causa da crise política-militar de 2003 na Guiné-Bissau, os Estados Unidos decidiram unilateralmente suspender US\$ 72.000 de ajuda externa. O recurso suspenso era destinado para pagar as despesas de dois policiais que deveriam começar seus

estudos nos Estados Unidos (IOL, 2003). Assim, percebe-se ao longo da seção que a principal preocupação dos Estados Unidos para com a Guiné-Bissau é centralizada na questão da segurança e de ganhos econômicos.

Além disso, os Estados Unidos têm condicionado a Guiné-Bissau a adotar os princípios da democracia liberal como o modelo de governação. Os Estados Unidos têm ajudado o país no sentido de fortalecer a sua instituição estatal para combater os crimes transnacionais na região. Com isso, tendo como base o pensamento de interesse estratégico é que a próxima seção procura explicar a relação entre a Guiné-Bissau e a Rússia.

3.4 A RELAÇÃO ENTRE A RÚSSIA E A GUINÉ-BISSAU

Nesta seção se analisa a relação entre Moscovo e Bissau. O relacionamento de cooperação, bem como de amizade entre a Guiné-Bissau e a Rússia começou desde os primórdios da luta de libertação nacional. O objetivo desse relacionamento está pautado na busca pela estabilidade política na Guiné-Bissau.

Além disso, esse relacionamento se integra nos modelos de tradicional cooperação das potências centrais e pequenos estados baseado na ajuda externa econômica-militar e na extração de recursos naturais dos pequenos estados para as potências centrais. Durante a Guerra-Fria, a colaboração da Antiga União das Repúblicas Socialistas (URSS) foi importante para a nação guineense se libertar do domínio colonial português, porque ela forneceu equipamentos militares, apoio logístico e formação no setor das Forças Armadas (SHUBIN, 2004; MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, DEZEMBRO 2012; TELEPNEVA, 2014).

Os materiais recebidos são: tanques antifibios PT-76, artilharia de foguetes, mísseis antiaéreos e uma dúzia de tanques T-34/85 (GLOBAL SECURITY, 2020). Em 1962, o movimento revolucionário pela independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde recebeu da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a quantia de US\$ 35.000 para a sua estratégia diplomática. Sendo que em 1963, o PAIGC voltou a conseguir US\$ 50.000. Ainda durante 1964, os guerrilheiros do PAIGC auferiram uma ajuda de 20 armamentos pesados e 10.000 unidades de fardamentos, bem como de medicamentos. No transcurso do mesmo ano, o PAIGC recebeu financiamento do Departamento do Partido Comunista da União Soviética no total de US\$ 70.000 ((TELEPNEVA, 2014).

Após a Guerra Fria, foram assinados acordos importantes em várias áreas econômicas de interesse dos dois países como: Pescas, Forças Armadas, Segurança, Educação, Agricultura, Saúde, Transportes e Aviação. O estabelecimento dessa cooperação foi o resultado de inúmeras consultas, assim como a análise das comissões mistas, por exemplo, a das pescas. Além disso, nesse período a Guiné-Bissau concedeu o seu território nacional para o uso da base aérea pela antiga União Soviética, a qual armazenava grandes quantidades de bombas de aviões, bombas de fragmentação e foguetes ar-terra (THE HALO TRUST, 2019).

Dessa maneira, entre os dois Estados sempre existiu e ainda persiste a vontade de fortificar o desenvolvimento da cooperação bilateral na esfera científica, técnica e cultural, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento econômico e social das duas nações. Todavia, o acordo não prosperou devido aos problemas internos desse país (MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, DEZEMBRO 2012).

De acordo com a teoria Khaleel (1999), Englebert, Dunn et al. (2013), o fim da Guerra Fria alterou significativamente as dinâmicas da relação entre Moscovo e os países Africanos. No caso específico da Guiné-Bissau, durante esse período a ajuda diminuiu drasticamente. O Estado guineense perdeu grande parte da sua fonte de financiamento externo. Por consequência disso, reduziu a sua capacidade de fornecer os serviços básicos e garantir segurança à população.

No que diz respeito à educação, devido a fragilidade do sistema do ensino da Guiné-Bissau, o país enviou para a Rússia 118 estudantes no período de 1999 a 2000. Desses estudantes enviados 74 voltaram no decurso de 2006 após a conclusão do curso. Já durante 2005 existia um déficit do executivo guineense com a Universidade de Amizade Moscovo na ordem de 279,310 dólares americanos equivalente aos períodos letivos de 2004 a 2006.

Essa pendência criou um transtorno entre os estudantes e o governo da Guiné-Bissau, dado que a mencionada Universidade recusaria a entrega do diploma aos estudantes guineenses enquanto a situação financeira não fosse regularizada (MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, DEZEMBRO 2012). No decurso do golpe de Estado de 2012, a Rússia decidiu manter a sua relação diplomática com a Guiné-Bissau.

Ela votou contra o embargo que o país sofreu da Comunidade Internacional durante a votação da resolução 2404 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2018). Ainda no decorrer dos meados de 2014, a Guiné-Bissau

assinou acordo de dois anos de pesca com a Rússia e o documento assinado previa a entrada das embarcações russas na zona exclusiva do país. Além disso, o tratado rubricado autorizava o descarregamento de 10% dos recursos capturados no Porto de Bissau para abastecer o Mercado Nacional.

Ademais, o acordo garantia o financiamento para a construção das infraestruturas industriais de processamento. No que diz respeito ao emprego, o navio russo é obrigado a empregar pelo menos 12 funcionários guineenses por um ordenado de 700 dólares americanos por mês e sem a renovação do contrato (GUINEA-BISSAU, 2017a). Com relação à segurança, conforme Shubin (2004), a Rússia tem se preocupado com os problemas de insegurança nos países africanos.

Dessa maneira, quanto maior a estabilidade no continente mais será a cooperação entre os Estados Africanos e a Rússia. Nesse cenário, em 2003 a Guiné-Bissau solicitou junto à Rússia equipamentos militares no valor de 50 milhões de dólares e o pedido foi enquadrado no quadro de reestruturação dos setores de defesa e segurança, bem como na formação dos efetivos. Além de tudo, é essencial estimular o engajamento e a contribuição do governo russo no processo da reforma, assim como dar o curso para quadros policiais nos setores de combate ao terrorismo, branqueio de capitais, narcotráfico e o crime organizado (MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, DEZEMBRO 2012).

Em consequência e devido à crise política-militar durante esse período o projeto de modernização das Forças Armadas foi suspenso e a ajuda financeira foi cancelada. Com isso, a Rússia, como qualquer grande potência no continente africano, procura maximizar os seus ganhos econômicos. Nesse sentido, a relação entre Bissau e Moscou continua sendo centralizada nos interesses nacionais dos dois países. Portanto, na próxima subseção analisa a relação entre a Guiné-Bissau e a China.

3.5 A RELAÇÃO ENTRE À GUINÉ-BISSAU E A CHINA

Na presente seção buscou explicar a relação entre Pequim e a Bissau, bem como os fatores que influenciam essa cooperação. A relação dos dois países sempre ocorreu de forma notável e com um progresso bastante otimista. Essa relação se desenvolveu desde o começo do período da luta pela independência nacional, momento no qual a República Popular da China recebeu na sua escola militar de Nanjing os primeiros contingentes dos dirigentes do movimento

revolucionário guineense (MEMORANDO DE COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2017).

Em outras palavras, o cerne dessa relação está enquadrado na busca pelo reforço da capacidade institucional do Estado da Guiné-Bissau. Além disso, se insere nos moldes de cooperação Sul-Sul baseada na relação comercial e extração de recursos naturais com o objetivo de possibilitar o progresso econômico entre os países. Em termos ideológicos, a Guiné-Bissau e a China partilham alguns princípios de política externa, por exemplo, a defesa de autodeterminação dos povos e a não interferência nos problemas domésticos de outras nações, sem deixar de lado a preocupação da China com os problemas de instabilidade política da Guiné-Bissau na ONU (MEMORANDO DE COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2017).

Segundo Woodside (2007) e Raimundo e Azevedo et al. (2011), a China contribuiu com armamentos, assim como os treinamentos durante o processo de independência da Guiné-Bissau. Além disso, fornece bolsas de estudos na Universidade chinesa para os estudantes da Guiné-Bissau. Contudo, após a independência política em 1974, a relação dos dois países sofreu congelamento devido à aproximação da Guiné-Bissau com Taiwan (MEMORANDO DE COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2017).

Durante o período de afastamento, é fundamental deixar claro que os dois países continuavam a se relacionar no domínio do comércio e da pesca. A relação dos dois países normalizou em abril de 1999 por vontade dos dois lados. Então passaram a centralizar o relacionamento nos seguintes setores: política, segurança regional, assuntos internacionais, economia e desenvolvimento, com a finalidade de estimular o desenvolvimento do país (MEMORANDO DE COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2017).

Ainda segundo Raimundo e Azevedo et al. (2011), a intenção da aproximação partida da China era fragilizar a relação de cooperação que o país mantinha com Taiwan. Além disso, Pequim procurou se aproximar mais da Guiné-Bissau para evacuar os recursos naturais. Atualmente, o comércio da China entre a Guiné-Bissau e outros países de língua portuguesa, como Cabo Verde, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe atingiu US\$ 75,91 milhões. Além disso, a China anunciou o investimento de US\$ 16,5 milhões para a construção de rodovias no país (MACAUHUB, 2018).

No que tange a importação, atualmente, as taxas de importações da Guiné-Bissau para a China foram estimadas em US\$ 33,1 milhões. O arroz continua sendo um dos principais produtos importados representando aproximadamente 15% do total dessas transações

internacional (OEC, 2017). Assim, corroborando a parte teórica, segundo Taylor (2004), Andreasson (2013), Brown e Harman (2013), o envolvimento chinês na África não alterou o lugar que o continente ocupa no concerto das nações, simplesmente adicionou um novo mercado significativo para esses jovens Estados em construção.

No transcurso de 2014, o governo da Guiné-Bissau assinou o acordo de pesca com a China, permitindo vários navios chineses operarem nas águas da Guiné-Bissau sob licenças de fretamento no valor de 100.000 mil euros. O objetivo desse acordo consiste em abastecimento do mercado interno de recursos pesqueiros e reforçar a capacidade das infraestruturas internas no domínio da pesca (HORTA, 2007). A partir dos anos 2000, os dois países reforçaram a cooperação e propuseram grandes projetos estratégicos de desenvolvimento, como a construção de infraestruturas, represa hidrelétrica no Rio Geba e Buba no Sul de Guiné-Bissau.

Além disso, a China financiou projetos de reconstrução das rodovias e pontes responsáveis por ligarem a capital Bissau e Farim, no norte do país. Sendo Pequim o patrocinador da construção de uma usina de biomassa no país (RAIMUNDO; AZEVEDO *et al.* 2011). Já em 2005 ofereceu ajuda financeira no valor de US\$ 4 milhões para cobrir as despesas do governo guineense. Além disso, doou à Guiné-Bissau 1.2 milhão para organizar a Cimeira de Chefe dos Estados dos países de CPLP no decorrer do mesmo ano (RAIMUNDO; AZEVEDO *et al.*, 2011).

No decurso de 2006, a China anunciou a construção de uma enorme represa na Guiné-Bissau localizada a 220 quilômetros da capital Bissau com um custo de US\$ 60 (MEMORANDO DE COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2017). Além do mais, a China concedeu 100 bolsas de estudos para estudantes guineenses no seu território para frequentarem as Universidades chinesas.

No mesmo período o governo da Guiné-Bissau solicitou ajuda financeira a China para assistência direta ao orçamento do Estado, incluindo uma doação de 4 milhões para ajudar o governo a pagar salários atrasados aos funcionários públicos e uma ajuda de US\$ 1,2 milhão para ajudar o país a sediar a cúpula de chefes de Estado da CPLP em Bissau em julho de 2005 (HORTA, 2007). A China tem ajudado a Guiné-Bissau a pagar as despesas da representação diplomática em Pequim, fornecendo à sua missão diplomática veículos e equipamento de escritório (HORTA, 2007).

De acordo com Raimundo e Azevedo *et al.* (2011), no que tange às relações comerciais Pequim investiu US\$ 60 milhões na economia doméstica. Ainda segundo os estudiosos, em 2007 a China ofereceu 30 mil toneladas de produtos alimentares, principalmente, arroz para

suprir as necessidades básicas da população e isentou 442 mercadorias provenientes da Guiné-Bissau de pagar imposto no mercado chinês, como uma política de incentivo à economia guineense.

Conforme Raimundo e Azevedo *et al.* (2011), Pequim tem contribuído com as despesas de aluguel e viaturas da representação diplomática da Guiné-Bissau no seu território devido aos problemas estruturais no setor de saúde no país. Além disso, a pedido do governo guineense, o executivo chinês disponibilizou US\$ 3.5 milhões para a reestruturação da instalação Hospitalar Regional de Cachungo e para a compra de insumos. Além do mais, a República Popular da China forneceu suprimentos e equipamentos médicos.

No que tange ao setor de segurança e defesa, em 2007 a China ofereceu equipamentos militares para reforçar a capacidade de patrulhamento da zona econômica exclusiva, bem como combater a pirataria marítima no país (RAIMUNDO e AZEVEDO *et al.*, 2011). Dessa forma, Pequim financiou a construção do Palácio de Justiça formado de quatro blocos centrais, do Supremo Tribunal, da Procuradoria-Geral da República, dos Tribunais de primeira Instância, do Tribunal de Relação, do Tribunal de Contas, do Tribunal Constitucional e outro para julgamentos judiciais. O total do custo do projeto foi orçado em US\$ 6,25 milhões (MEMORANDO DE COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2017).

Atualmente, a relação entre os dois países permite à Guiné-Bissau diversificar o seu leque de parceiros de cooperação e desenvolvimento. De acordo com Taylor *et al.* (2004), nessa busca de alternativas para conseguir os recursos escassos é fundamental realçar que a China concedeu vários tipos de apoio à Guiné-Bissau, como na construção de infraestruturas, por exemplo, o Estádio Nacional 24 de setembro, Assembleia Nacional Popular (ANP), Palácio de Governo, Hospital Militar, Sede de Governo e entre outros tipos de ajuda (RAIMUNDO; AZEVEDO *et al.*, 2011).

Recentemente, a Embaixada da China na Bissau doou remédios ao Estado Guineense, o valor da doação foi estimado em US\$ 12 milhões (MACAUHUB, 2018). De acordo com Taylor (2004) e Woodside *et al.* (2007), a vantagem da relação entre a China e os países africanos é a não interferência nos problemas domésticos. Diferentemente de grande parte dos tradicionais parceiros de cooperação e desenvolvimento da Guiné-Bissau, no decurso do golpe militar de abril de 2012 Pequim procurou não interferir.

Além disso, Pequim decidiu votar contra a sanção imposta à Guiné-Bissau durante a votação da resolução 2404 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2018). No entanto, não quer dizer que o relacionamento entre a

China e os países africanos, especialmente a Guiné-Bissau, não está pautado em ganhos econômicos. É importante deixar claro que esse parceiro internacional não apresenta condicionalidade política no momento da concessão do apoio financeiro, embora em contrapartida tenha recebido o aval das elites dirigentes para extrair os recursos naturais e energéticos no país.

No caso específico da Guiné-Bissau, o país tem se beneficiado dessa nova inserção internacional chinesa no continente africano, como na construção e melhoramento do sistema de serviços públicos devastados durante o conflito civil. Ademais, possibilita ao Estado guineense diversificar a sua estratégia de política externa. Em suma, a parceria entre os dois países tem permitido à Guiné-Bissau mudar os seus leques de parceiros de cooperação e de desenvolvimento. Dessa forma, possibilita ao governo guineense reforçar a sua capacidade institucional e melhorar as suas infraestruturas públicas. Com isso, na próxima subseção pretende realizar um estudo da relação entre a Guiné-Bissau com os seus parceiros internacionais, nomeadamente, Organizações Multilaterais.

3.6 A RELAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU COM ORGANISMOS MULTILATERAIS

Na presente subseção analisa-se como um país pequeno e em processo de construção, frágil e dependente de ajuda externa tem se relacionado com os seus principais parceiros internacionais, principalmente, Organizações Multilaterais, como União Europeia, União Africana, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

3.6.1 A relação entre a Guiné-Bissau e a União Europeia

A presente seção estuda e explica a relação entre a Guiné-Bissau e a União Europeia. Assim, buscar analisar os condicionantes que influenciam essa cooperação. É importante salientar que a União Europeia é um dos principais parceiros bilaterais de cooperação e desenvolvimento do país. O cerne dessa relação está pautado na busca pela estabilidade política governativa na Guiné-Bissau.

Além disso, se insere nos moldes da tradicional cooperação Norte-Sul baseada na condicionalidade política, nas restrições de mercado e na extração dos recursos naturais do Sul para o Norte. Segundo Hurt (2004), os legados da dominação colonial ainda são evidentes na

relação entre os países europeus e o continente africano. Entretanto, a Europa deve assumir as suas responsabilidades pelas consequências do seu passado colonial e cooperar reciprocamente com os países africanos em busca do desenvolvimento econômico sustentável.

A União Europeia abriu a sua representação diplomática na Guiné-Bissau após o conflito civil de 1998. Com isso, a UE começou a financiar projetos voltados para a busca da paz e da estabilidade no país, principalmente, no contexto de segurança e defesa. Isso ocorre por causa da fragilidade do Estado, bem como da precariedade das infraestruturas públicas. Assim, devido ao problema estrutural do Estado da Guiné-Bissau, por exemplo, a insegurança doméstica, a União Europeia continua preocupada com a situação política do país.

Dessa maneira, para o bloco Europeu, a Guiné-Bissau não tem a capacidade institucional de controlar afetivamente a sua área de jurisdição. Nesse caso, torna-se propensa aos crimes transnacionais que contribuem para fragilizar as instituições estatais e acirrar a disputa interna pelo poder do Estado. Além disso, a ameaça a segurança dos países vizinhos e o sistema internacional como um todo. Assim, como um pequeno Estado e em construção e dependente da ajuda externa para garantir a sobrevivência, a Guiné-Bissau tem recorrido o apoio da União Europeia para reforçar a sua capacidade institucional de Defesa e Segurança.

Nesse sentido, em 2015 a União Europeia financiou 620 mil euros para um projeto de 18 meses de duração na Guiné-Bissau. O objetivo dessa estratégia se enquadra na política de combate ao crime transnacional. O grupo foi formado pela Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) e das várias autoridades policiais do país, envolvendo a Polícia Judiciária, a Polícia de Ordem Pública, a Guarda Fiscal e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (RDP ÁFRICA, 2014).

É fundamental frisar que essas medidas por si só não vão resolver os problemas estruturais do país. Elas precisam ser acompanhadas de política pública voltada à redução de assimetrias econômicas, sociais, estabilidade política governativa e, sobretudo, construir as infraestruturas prisionais, bem como criar as normas efetivas para punir os perpetradores dos crimes. Já em termos de comércio bilateral, a Guiné-Bissau continua a exportar para o mercado europeu. Os principais produtos exportados pela Guiné-Bissau são a pesca e a madeira.

Os números de exportações são modestos se comparados com os outros países da sub-região, como o Senegal (EUROPEAN UNION, 2009). Dessa maneira, corroborando com Hurt (2004) e Fernandes (2017) no primeiro capítulo vale realçar que a política de exportação guineense para o mercado europeu tem sido marcada por várias medidas de restrição e de

condicionalidade política, por exemplo, a imposição de políticas de livre mercado, fortalecimento das instituições estatais e a exigência dos princípios da democracia liberal.

Em consequência disso, essas medidas restritivas impostas ao país têm contribuído para limitar a capacidade do país em desenvolver a sua política econômica, sobretudo comercializar os seus produtos no mercado Europeu. No caso específico do comércio, em especial, dos recursos pesqueiros, é a terceira maior fonte da receita para as contas públicas. Consequentemente, em 2012, a União Europeia suspendeu o acordo de pesca com a Guiné-Bissau devido ao golpe militar.

Além disso, o bloco europeu cortou relações diplomáticas com a Guiné-Bissau. Durante esse tempo, a Guiné-Bissau deixou de receber os auxílios financeiros que vinha recebendo da União Europeia. Em consequência a isso, o Estado perdeu a capacidade de pagar as suas despesas públicas e garantir os serviços básicos a população. Os gastos internos pagos com ajuda da União Europeia encolheram de 80,4%. Após um longo período de distanciamento, ambos retomarem as relações em 2014 depois da normalização política que culminou na realização das eleições gerais na Guiné-Bissau.

Desde então, o executivo guineense normalizou a relação comercial da Guiné-Bissau com um dos seus principais parceiros bilaterais e autorizou as embarcações da União Europeia a retomarem os seus trabalhos no país. Durante 2014-15, os barcos do bloco europeu fizeram captura de 17.983 toneladas de peixe por um valor total de 10,47 milhões de euros (GUINEA-BISSAU, 2017). Assim, recentemente a Guiné-Bissau e a União Europeia renovaram o acordo de pesca que permite as embarcações da Espanha, Itália, Grécia e Portugal pescarem no território marítimo do país.

O tratado previa o pagamento de 15,6 milhões de Euros anualmente no período de cinco anos, sendo 11,6 milhões canalizados para o pagamento das despesas do governo e os 4 milhões de Euros restantes utilizados para a reestruturação, bem como o melhoramento das infraestruturas do setor da pesca (MACAUHUB, 2018). Já com relação a ajuda externa, a União Europeia financiou o projeto de consolidação de paz e segurança na Guiné-Bissau no valor de 5,6 milhões de euros durante 2008 (EUROPEAN UNION, 2009).

Contudo, devido a recorrente situação de insegurança na Guiné-Bissau, o programa apresentou resultado limitado no plano interno. Ainda em 2015, a União Europeia anunciou uma ajuda de 160 milhões de euros durante a mesa redonda do plano estratégico nacional de desenvolvimento intitulado “Terra Ranka” em Bruxelas. Em consequência a isso, o bloco

Europeu decidiu suspender o seu apoio à Guiné-Bissau, por causa da queda do então governo em 2015.

Com isso, constata-se que a relação entre a Guiné-Bissau e a União Europeia continua centrada no protecionismo e condicionalidade política. Ultimamente, o bloco europeu tem concentrado a ajuda ao país na reforma do setor de segurança e defesa, com o objetivo de reforçar a capacidade do Estado guineense de combate aos crimes transnacionais, fundamentalmente, o tráfico de drogas, terrorismo e emigração ilegal. Portanto, é através dessa preocupação com a insegurança que a seção seguinte procurará investigar a relação entre a Guiné-Bissau e a União Africana.

3.6.2 A atuação da Guiné-Bissau junto à União Africana

Esta subseção procura analisar a atuação da Guiné-Bissau junto à União Africana (UA). O progresso de paz e da segurança no continente africano demanda a cooperação entre os Estados. Nesse sentido, o mecanismo de segurança coletiva continua sendo mais uma valia para alcançá-lo. Durante a Guerra Fria, os estados africanos procuraram proteger o continente e os territórios nacionais através da ideia da unificação e atuação coletiva (JORDAAN, 2016).

No entanto, foi a partir dessa preocupação com a segurança continental que a relação entre a Guiné-Bissau e a Organização da Unidade Africana (OUA) foi constituída durante muitos anos. O país integrou a Organização da Unidade Africana (OUA) em 1974 como qualquer estado membro. Dessa forma, a Guiné-Bissau participa das principais atividades da instituição e continua defendendo os princípios da Carta da OUA, com ênfase sobre o respeito à soberania nacional, bem como a não ingerência nos assuntos internos de outras nações.

Seguindo nessa perspectiva, após a independência política em 1974, a Guiné-Bissau tem se deparado com vários conflitos internos, golpes e várias tentativas que marcaram o cenário político do país. Em consequência disso gera um ambiente de insegurança doméstica que persiste suscitando a preocupação da União Africana (HERPOLSHEIMER; DORING, 2016). No decurso do conflito civil-militar de 1998-9 de acordo com Jordaan (2016), a Organização da Unidade Africana juntamente com os principais parceiros são eles ECOWAS, ONU, CPLP e autoridades guineenses diligenciaram os esforços no sentido de encontrar uma solução para colocar fim no conflito.

Contudo, a atuação da OUA foi limitada a organização que não dispunha dos meios financeiros e logísticos próprios para enviar uma força de manutenção da paz à Guiné-Bissau.

No decurso de ano de 2000, a Organização de Unidade Africana passou por grandes transformações, nomeadas pela sigla da Organização, a instituição passou a ser denominada de União Africana (UA). O objetivo dessa mudança está enquadrado na maior busca pela estabilidade política governativa nos países Africanos, em especial, no contexto de Defesa e Segurança. Além disso, o foco da organização se concentra nas questões de desenvolvimento socioeconômico no continente como um todo.

Diante disso, a Guiné-Bissau conta com uma representação diplomática permanente no seu território nacional. Em termos de objetivo político, o país continua defendendo os princípios da Carta da UA e trabalhando em parceria com a Organização em busca da paz e do desenvolvimento, com a finalidade de encontrar soluções pacíficas para os conflitos no continente Africano. No decurso dos últimos acontecimentos políticos e militares na Guiné-Bissau, a União Africana tem demonstrado a sua imensa apreensão com a permanência da crise política e institucional no país.

Na perspectiva da UA, a insegurança doméstica em qualquer Estado membro pode afetar a segurança da região e do continente como um todo. Devido a isso, a União Africana tem apelado às autoridades guineenses para procurarem uma saída democrática para colocar ponto final no impasse político e permitir um bom funcionamento da instituição política no país. Durante o golpe militar de abril de 2012, a UA suspendeu a Guiné-Bissau de todas as suas atividades políticas e diplomáticas, assim como exigiu o restabelecimento da ordem por mecanismos constitucionais (AFRICAN UNION, 2005).

A mesma declaração foi em seguida apoiada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e pela Comunidade dos Estados da África Ocidental. A União Africana aplicou sanção diretamente aos responsáveis militares que participaram do golpe. A suspensão da punição só foi levantada após dois anos depois da realização das eleições gerais em 2014, as quais permitiram ao país retomar a sua normalidade constitucional (AFRICAN UNION, 2005; HERPOLSHEIMER; DORING, 2016).

Entretanto, é importante frisar que esta medida decisória não foi cumprida por todas as partes. Portanto, o CEDEAO voltou atrás e continuou a estabelecer o contato com os líderes golpistas sancionados. Dessa maneira, entrou em confronto com os principais parceiros de cooperação da Guiné-Bissau, como a União Africana. A partir daquele momento, os líderes do governo de transição não obtiveram o apoio externo, perderam a legitimidade internacional de governar e de participar nos fóruns multilaterais globais (HERPOLSHEIMER; DORING, 2016).

Ainda de acordo com Herpolsheimer e Doring (2016), após a retomada da relação, o relacionamento entre a Guiné-Bissau e a União Africana ficou centralizado em observar os acontecimentos recentes, analisá-los em diferentes reuniões da cúpula e proferir as declarações públicas para demonstrar a sua posição perante os sucedidos. Ademais, a UA segue realçando a importância de intensificar os esforços no sentido de conseguir o apoio financeiro para permitir a continuação das missões da paz da Organização regional (CEDEAO) na Guiné-Bissau, depois do golpe de abril de 2012.

Além disso, a UA tem solicitado à Comunidade Internacional e as Nações Unidas que continuem apoiando o país em busca da estabilidade governativa duradoura. Com isso, constata que a relação entre a Guiné-Bissau e a União Africana é de longa data, desde os primeiros anos após a independência política. A UA tem desempenhado um papel fundamental na mediação para encontrar uma solução pacífica para a crise política institucional no país.

Contudo, devido a sua falta de capacidade política e financeira, bem como as suas ações continuam sendo limitadas para solucionar o principal problema do continente, principalmente, na Guiné-Bissau. Com isso, a crise tem persistido, os dirigentes políticos guineenses não foram capazes de encontrar uma solução concreta para o problema interno. Portanto, na próxima subseção pretende analisar a atuação da Guiné-Bissau junto às Nações Unidas.

3.6.3 A atuação da Guiné-Bissau junto às Nações Unidas

Nesta seção objetiva investigar e discorrer sobre a atuação da Guiné-Bissau junto às Nações Unidas. Segundo Apolinário de Carvalho (2015), a Guiné-Bissau ingressou na Organização das Nações Unidas como membro em 1974, sendo logo após a independência política.

Desde então, semelhante a um pequeno estado africano e em processo de construção consoante Thorhallsson (2011), Maihold, Villamar e Fernandes *et al.* (2017), a Guiné-Bissau passou a defender junto das Nações Unidas os princípios da autodeterminação dos povos e os ideais do Direito Internacional declarada na Carta das Nações Unidas, com destaque a obediência pela soberania nacional e a não interferência nos problemas domésticos de outros estados (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1984).

Além disso, a Guiné-Bissau conseguiu ainda ocupar a cadeira mais importante da sua história política como integrante não definitivo no Conselho de Segurança das Nações Unidas para um mandato de dois anos (1996-7). No processo da votação, a Guiné-Bissau obteve votos

correspondente a dois terços necessários para ocupar a vaga de membro não permanente. O país conseguiu articular o apoio de países como a Rússia Suécia, Holanda e de muitos estados Africanos, bem como da Comunidade dos Estados de Língua Oficial Portuguesa.

Ao longo do mandato, o então governo guineense votou a favor da Resolução 1076 (1996) no Conselho de Segurança sobre a situação política, militar e humanitária no Afeganistão. Todavia, esse êxito terminou de forma precipitada devido o conflito civil-militar de 1998-9 que o país se viu imbuído, o qual impactou fortemente o momento mais importante da diplomacia da Guiné-Bissau no domínio de política externa. (APOLINÁRIO DE CARVALHO, 2015; UNITED NATIONS, 1995).

Nessa sequência, a Guiné-Bissau tem reconhecido a importância das Nações Unidas no processo de busca pela paz global. Em termos de objetivos, a relação do país com a ONU está pautada na busca pela estabilidade política governativa na Guiné-Bissau. Conforme Thorhallsson (2011), a Guiné-Bissau tem defendido o seu compromisso de atuar junto da ONU no processo de construção da paz e da estabilidade internacional. Entretanto, o país tem manifestado o apoio sobre a reestruturação do Conselho de Segurança das Nações Unidas para torná-lo uma organização democrática em termos de representatividade e, por conseguinte, transformá-lo em um fórum importante dos pequenos estados africanos para debater os assuntos de segurança, bem como de desenvolvimento socioeconômico.

Dessa forma, após o conflito político-militar de 1998-9, a ONU resolveu instituir um gabinete para representar o Secretário Geral das Nações Unidas no país. O representante tem como principal objetivo intermediar no processo de consolidação da paz na Guiné-Bissau. Ainda de acordo com Apolinário de Carvalho (2015) e consoante frisa Bayart (1999); Clapham (1985), Chabal e Daloz (1999), a partir deste momento a Guiné-Bissau passou a ser monitorada pelas Nações Unidas por ser um estado dependente, sendo o representante residente no país obrigado a elaborar semestralmente um relatório ao Conselho de Segurança explicando a conjuntura política interna.

Diante disso, o Conselho de Segurança das Nações Unidas e executivo guineense têm concordado com a extensão da missão do Escritório de Construção da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) devido à constante instabilidade política nesse estado. Nesse sentido, continuam a apoiar e coordenar os trabalhos dos parceiros internacionais do país em vários setores, principalmente, na consolidação da paz e na construção das instituições democráticas para garantir o melhoramento da qualidade de vida da população (UNITED NATIONS, 2017; GUINEA-BISSAU, 2014; 2017).

Em 2002, essas iniciativas intensificaram a criação da comissão mista consultiva para a Guiné-Bissau, sendo criada sob amparo do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). O grupo da Guiné-Bissau era formado por cinco estados membros das Nações Unidas são eles: África do Sul, Brasil, Países Baixos, Portugal e a própria Guiné-Bissau. Os estados membros buscavam analisar os assuntos humanitários, as deficiências econômicas, reexaminar projetos relevantes de apoio, preparar recomendações para um programa de ajuda a longo prazo, dar conselhos sobre como assegurar que ajuda da Comunidade Internacional fosse adequada, coerente, bem coordenada e eficaz (CAVALCANTE, 2014).

Ainda conforme Cavalcante (2014), enquanto o governo guineense atuava ativamente nos objetivos do programa, como a implementação do Estado de direito e na estabilidade política, os doadores externos forneceriam o financiamento para o apoio emergencial, bem como a assistência técnica em vários setores. Segundo Roque (2009), a situação política e econômica da Guiné-Bissau permanece frágil e as perspectivas de melhoria continuam incertas, apesar desses esforços conjuntos. A dinâmica política interna tem sido marcada pela sucessiva interrupção da ordem constitucional, pois as estruturas estatais se encontravam inoperantes.

A Guiné-Bissau apresentava indicadores de redução de pobreza muito baixo, o país ocupava a posição de 177 no relatório do Banco Mundial. Devido essa fragilidade estrutural, em 2007 a Guiné-Bissau passou a integrar a agenda do Gabinete de Consolidação da paz da ONU (PBC), sendo esse um passo que ampliou a atenção dos parceiros internacionais sobre a fragilidade do Estado da Guiné-Bissau. Com isso, um ano depois o Gabinete de Consolidação da Paz e o executivo guineense apoiaram um novo programa para a construção da paz e desenvolvimento no país.

Entretanto, a Guiné-Bissau sofreu um novo golpe militar em 2010 e o então Primeiro-Ministro foi destituído do poder. Em consequência disso, as Nações Unidas condenaram o ato e decidiu aplicar sanções aos responsáveis pelo golpe. Os vários projetos de consolidação da paz, bem como o desenvolvimento em curso foram suspensos pelos parceiros internacionais. O governo da Guiné-Bissau estava desprovido de ajuda externa para assumir os seus compromissos de governação e garantir a sua sobrevivência.

Isso segundo Taylor (2010) tem contribuído para a crescente evidência da corrupção e do militarismo no país. As lideranças políticas limitaram a disputa por agendas próprias, bem como a captura dos poucos recursos do Estado em detrimento da população. Em 2012, as Nações Unidas voltaram a conceder nova ajuda financeira líquida de construção da paz na Guiné-Bissau, sendo o valor doado compreendido em aproximadamente US\$ 23,8 milhões.

Todavia, o valor do Fundo de Comissão de Consolidação da Paz à Guiné-Bissau é o mais baixo de todos os países dependentes da ajuda, representando apenas 7% do total desembolsado pelo Fundo que consistia em US\$ 339,4 milhões. No entanto, os resultados desses esforços foram insuficientes pelos objetivos traçados (CAVALCANTE, 2014). Em consequência disso, as instituições do Estado e as infraestruturas públicas deterioraram significativamente e o governo da Guiné-Bissau perdeu a capacidade de funcionar efetivamente em benefício da população.

Consoante a Guiné-Bissau (2017), após o golpe militar de 2012 as Nações Unidas suspenderam o fundo de consolidação da paz no valor de US\$ 16,8 milhões acordado em 2011 com o então governo guineense. No entanto, ao seguir o golpe a implementação dos programas de consolidação da paz foram suspensas, disponibilizando apenas ajudas emergenciais na ordem de US\$ 5 milhões em 2013 a fim de apoiar atividades essenciais que permitiam a restauração da ordem constitucional.

Segundo Wright (1999), Khadiagala e Lyons (2001), Taylor (2010) e Fernandes (2017), o governo não conseguia pagar os salários da função pública muito menos reforçar a capacidade do Estado em atender as demandas da população, especialmente nos setores tradicionais como a saúde, a educação e a segurança pública. Dessa maneira, após a eleição de 2014 para restabelecer a normalidade governativa, o novo executivo reafirmou a vontade de trabalhar com os parceiros internacionais, incluindo as agências das Nações Unidas para restaurar a paz e a estabilidade política no país.

O governo da Guiné-Bissau apresentou seu Programa de governação na Assembleia Nacional Popular, sendo aprovado por unanimidade. Nesse sentido, a ONU implementou um Comitê Estratégico de Avaliação para identificar as áreas prioritárias para receber apoio da UNIOGBIS, que se refletem na nova resolução do Conselho de Segurança- SCR 2203, ampliando o mandato da UNIOGBIS por mais um ano no país.

O plano apresentado pelo governo guineense tinha como a premissa básica: a restauração da governança, o fortalecimento das instituições do Estado em um modelo inclusivo, participativo, aberto ao diálogo democrático e respeitoso das diferenças de opinião e interesses dos grupos para garantir a paz social (GUINEA-BISSAU, 2017). Os dirigentes políticos guineenses acreditavam que esse projeto poderia contribuir para garantir estabilidade governativa, ajudar o Estado a retomar sua política macroeconômica e reduzir o alto nível de pobreza que tem aumentado significativa no país.

Contudo, o governo não conseguiu terminar o seu mandato e foi dissolvido pelo Presidente da República por alegar falta de transparência na administração dos recursos públicos e corrupção ativa devido as turbulências da política interna. Nesse mesmo ano, a Guiné-Bissau tirou a nota 20,7 considerada a mais baixa do indicador de governança global do setor público do Banco Mundial (WORLD BANK, 2016). Apesar disso, a UNIOGBIS continua trabalhando em parceria com o estado da Guiné-Bissau em busca pela paz e pela estabilidade política.

Nessa continuidade, as Nações Unidas têm concedido a ajuda técnica e financeira para a implementação de política de paridade de gênero na Guiné-Bissau que considera o papel das mulheres como fundamental para o diálogo entre as classes políticas guineenses (UNITED NATIONS, 2017). Diante disso, recentemente, as Nações Unidas doaram 7,8 milhões de dólares à Guiné-Bissau, estando o objetivo do financiamento concentrado nas seguintes áreas: ajuda ao consenso entre os dirigentes políticos guineenses, encorajamento da esfera da mídia a ter uma maior participação no processo de consolidação da paz, apoio ao fortalecimento do sistema judiciário, ajuda a jovens a participarem no processo de consolidação da paz e do desenvolvimento.

Por fim, se concentra em estimular a juventude e os adolescentes que residem nas zonas rurais do país a participarem do processo da construção da paz na Guiné-Bissau (UNITED NATIONS, 2017). É fundamental enfatizar que os problemas estruturais persistem no país e a sociedade guineense continua a se deparar com a instabilidade política crônica, apesar do apoio das Nações Unidas ter sido importante para o processo de estabilização política nesse estado.

Os dirigentes guineenses têm tido enorme dificuldade para construir o estado e consolidar as suas estruturas administrativas em benefício da nação. Além disso, as Nações Unidas têm condicionado os dirigentes guineenses a concentrarem os esforços na reforma do setor de segurança, bem como da defesa para combater o tráfico de drogas e o crime organizado. Nesse sentido, todos os recursos financeiros que foram concedidos à Guiné-Bissau ultimamente foram canalizados para os projetos voltados para a luta contra o crime organizado e transnacional.

Dessa maneira, foi criado um plano estratégico de assistência ao executivo guineense. O programa conta com a participação das Nações Unidas e a sua agência de combate à droga UNDOC (UNIOGBIS, 2018a). Além disso, houve a participação do governo guineense na elaboração e na execução do programa. O Estado da Guiné-Bissau tem demonstrado a sua preocupação com o aumento no crime organizado no seu território e tem reafirmado a sua

contribuição no combate aos crimes transnacionais no país, assim como na região como um todo, apesar da sua fragilidade institucional.

É fundamental frisar que a questão da droga e do crime organizado são importantes, todavia não podem ser colocados acima dos problemas emergenciais. Com isso, constata-se que mesmo com o apoio externo recebido pela Guiné-Bissau durante esse período, o país continua a se deparar com problemas multidimensionais, por exemplo, a consolidação da paz e o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, concentrar a estratégia da reforma numa determinada área pode condicionar os resultados desejados, pois a reforma precisa perpassar a todos os setores do estado guineense.

Além de tudo, a questão da insegurança interna merece uma análise mais detalhada e abrangente para chegar à causalidade. Por fim, percebe-se que as Nações Unidas continuam sendo um ator importante, desempenhando um papel fundamental no processo de consolidação da paz na Guiné-Bissau. Todavia, a sua atuação no país segue sendo limitada, os problemas crônicos do país persistem, principalmente, a insegurança interna.

Contudo, ultimamente, a sua estratégia se limita à reforma no setor de segurança e defesa. Conforme Cavalcante (2014), desde o conflito político-militar de 1998-9 as abordagens das Nações Unidas para a construção da paz na Guiné-Bissau centraram nos assuntos políticos e diplomáticos, iniciativas envolvendo intervenientes relevantes em Nova Iorque e Bissau, através de fóruns diplomáticos e escritórios políticos no campo. Com isso, a Guiné-Bissau segue trabalhando em parceria com a ONU na busca pela paz e pela estabilidade política.

Além disso, a Guiné-Bissau segue defendendo os princípios destacados na Carta das Nações Unidas, pois são orientações fundamentais para a atuação eficiente de um pequeno estado em processo de construção. Portanto, a próxima seção tem o objetivo de discorrer sobre a participação da Guiné-Bissau junto ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional.

3.7 A ATUAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU JUNTO AO BANCO MUNDIAL E FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Esta seção busca analisar e discorrer sobre a respectiva atuação da Guiné-Bissau junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM). Assim, para compreender essa relação é fundamental retornar à parte teórica da presente tese. Segundo Clapham (1996), Englebert e Dunn *et al.* (2013), o fim da Guerra Fria teve consequências econômicas perversas para as jovens nações africanas.

Ainda conforme os mesmos teóricos, essas jovens nações africanas como consequências perderam grande parte da ajuda externa e foram obrigadas a aderir às instituições financeiras internacionais para compensar as perdas, bem como responder aos desafios internos. Em consequência a isso, foram condicionadas politicamente a seguir o modelo econômico baseado na economia do mercado e fazer a transição para a democracia liberal, pois caso contrário sofreriam sanções econômicas.

No caso específico da Guiné-Bissau para resolver o problema de recessão econômica durante os anos 1980, o país teve que recorrer aos empréstimos do FMI e BM. O executivo guineense recebeu US\$ 15 milhões para reestruturação do país e mais US\$ 6 milhões para o projeto de assistência técnica (WORLD BANK, 1995). Conforme, Khadiagala, Lyons (2001) e Taylor (2010), antes de receber os recursos financeiros, o estado da Guiné-Bissau era obrigado a assumir os compromissos de fazer reformas.

Em outras palavras, em termos de objetivo, o relacionamento entre a Guiné-Bissau e Instituições Financeiras Internacionais está pautado no apoio financeiro, na concessão de empréstimos financeiros em troca da condicionalidade política. Segundo Apolinário de Carvalho (2015, p. 118), “condicionante levou o país a adotar as medidas de liberalização da economia, colocando-a sob a “tutela” do FMI. Em 1987 foram assinados os acordos entre a Guiné-Bissau e o FMI e BM que se traduziram no Programa de Ajustamento Estrutural”.

Dessa forma, para essas Instituições Financeiras Internacionais seria a única maneira de reestruturar o Estado da Guiné-Bissau e dinamizar a sua política macroeconômica. Nesse sentido, a Guiné-Bissau renunciou a ideia de implantar o modelo socialista de governo e adotou o sistema capitalista, em especial, a democracia liberal. No decurso de 1989 para aprofundar o projeto de Ajustamento Estrutural foi aprovado um novo crédito para a Guiné-Bissau no valor de US\$ 23,4 milhões. Além disso, a Guiné-Bissau foi obrigado a cortar 15% dos seus quadros de funcionários públicos (WORLD BANK, 1995).

Nessa sequência, as elites dirigentes guineenses deram seguimento ao projeto de reestruturação do Estado para adequá-lo ao modelo liberal de governo e fizeram mudanças pontuais na Carta Magna do país. Entretanto, os esforços empregados entre o governo da Guiné-Bissau e as Instituições Financeiras Internacionais (BM-FMI) não trouxeram grandes mudanças no contexto da governabilidade, pois os problemas estruturais do Estado persistiram após a reforma.

Conforme Apolinário de Carvalho (2015), essa imposição política contribuiu para a desvalorização da moeda nacional, pois diminuiu radicalmente as políticas macroeconômicas

do país e, conseqüentemente, impactou as suas estruturas administrativas, limitando a sua capacidade de sobrevivência e de fazer a Política Externa. Além do mais, o elevado endividamento pendente que representava quase três vezes o PIB continuava a ameaçar a efetividade do projeto de Ajustamento Estrutural (WORLD BANK, 1995).

Com base no relatório do Banco Mundial (1995), a taxa de inflação estava em 60%, o Estado reduziu a capacidade de diminuir o déficit fiscal e de controlar o crédito. Assim, exceto as ajudas externas, o déficit fiscal representava cerca de 44% do PIB e o déficit em conta corrente estava quase 46% do Produto Interno Bruto. Todavia, corroborando com Taylor (2010) é importante frisar que as elites dirigentes guineenses são as maiores beneficiadas pela reforma imposta pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, beneficiando-se dos recursos recebidos, aumentando as suas redes de patrimonialismo, enriquecendo às custas do Estado e em detrimento das políticas desenvolvimentistas.

Desde então, conforme Clapham (1996), Khadiagala e Lyons (2001), Englebert (2013), Ninjara (2013), a Guiné-Bissau vem usando os recursos financeiros do BM e FMI para resolver os seus problemas domésticos. Nesse sentido, essas Instituições Financeiras Internacionais reforçaram sua relação com o país, pois passaram a centralizar as suas estratégias de ajuda nos seguintes setores: governança, modernização da administração pública, estabilidade macroeconômica, crescimento econômico, infraestruturas, nos projetos vinculados à redução de pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população (APOLINÁRIO DE CARVALHO, 2015).

Na constatação de Caetano (2013), as reformas em vez de reduzir as assimetrias econômicas e a pobreza extrema têm contribuído para aumentar a disputa político-militar pelo acesso aos escassos recursos financeiros. Os indicadores socioeconômicos no país têm piorado significativamente. Os dados econômicos apontam que a pobreza e a desigualdade permanecem altas, ficando na escala de 61.7 (WORLD BANK, 2019).

Na qualidade de um pequeno estado africano e em construção, com o elevado nível de dependência externa e atuação internacional limitada conforme refere Wright (1999) Khadiagala e Lyons (2001), Taylor (2010), a Guiné-Bissau segue trabalhando em busca de parcerias estratégicas com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional para garantir a sua sobrevivência e tentar reduzir suas vulnerabilidades internas. Nesse contexto, consoante Caramés, Fisas e Sanz (2019), em 2004 o executivo guineense pediu um empréstimo ao Banco Mundial.

O Banco Mundial concedeu um empréstimo de US\$ 13 milhões ao país dos quais 5 milhões foram destinados para o plano de desmobilização e reestruturação das estruturas das Forças Armadas no país. No final de 2004, o BM analisou os objetivos de um empréstimo apresentado pela Guiné-Bissau de US\$ 25 milhões aprovado em 2001 para a reabilitação da economia do país, incluindo a introdução de um programa de desmobilização e a implementação de um Programa Nacional de Reconciliação e Reconstrução (NRRP).

Após o conflito civil-militar de 1998-9, a política macroeconômica do executivo guineense passou a ser apoiada pelo projeto de amparo emergencial do FMI e a Guiné-Bissau recebeu a soma de 2,8 milhões de dólares em 2008. O projeto tinha como missão ajudar o país a restabelecer a estabilidade financeira, administrativa, bem como a captação dos recursos financeiros para apoiar o investimento externo. No que tange ao Banco Mundial, este concedeu à Guiné-Bissau 1,3 milhões de dólares para reestruturar as infraestruturas devastadas pela guerra.

Além do mais, desembolsou 20 milhões de dólares para reestruturação do setor da eletricidade e da edificação da reserva de água no principal hospital do país. O programa abarca ainda a reabilitação da cadeia de fornecimento de água numa amplitude de 36 km, assim como a renovação das estradas numa ampliação de 20 km (CORREIA, 2008). Já com relação a ruptura, o FMI e BM suspenderam 57% do apoio orçamental à Guiné-Bissau devido ao golpe militar de abril de 2012.

O capital financiado nos projetos de redução de pobreza foi congelado. Nesse caso, os parceiros internacionais da Guiné-Bissau que são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional exigiram a constituição de um governo legitimamente eleito pelo povo como uma condição necessária para voltar a negociar os acordos econômicos com o país. No decurso desse período, o país atravessou um momento crítico de isolamento internacional e se deparava, também, com a falta de recursos financeiros para atender a sua demanda interna.

Ainda nesse tempo, o Estado guineense recorreu ao empréstimo de 22,8 milhões de euros do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) para pagar salários atrasados aos funcionários públicos (LINDNER, 2014). Assim, após a realização das eleições gerais em 2014, a relação entre a Guiné-Bissau, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional normalizaram (WORLD BANK, 2014). Diante disso, o executivo guineense solicitou o apoio do BM no sentido de apoiar o projeto de estratégia nacional de desenvolvimento (Terra *Ranka*).

A resposta do Banco Mundial foi logo de imediato, decidindo financiar o programa através dos fundos internacional para o desenvolvimento no valor de USD 42 milhões.

Entretanto, o Banco Mundial resolveu unilateralmente cancelar o apoio anunciado, por causa de uma nova crise política institucional no país e a demissão do então governo guineense. Com base nisso, essas Instituições Financeiras Internacionais continuam apontando a instabilidade governativa como sendo o principal entrave para implementação dos projetos que visam melhorar as estruturas políticas do Estado, especialmente, as políticas da redução da pobreza (WORLD BANK, 2014).

Contudo, segundo o relatório do FMI, o Produto Interno Bruto cresceu para 4,8% recentemente, apesar da instabilidade política crônica e da suspensão da ajuda externa (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2017). Ainda de acordo com Correia (2008), o FMI tem apontado os vestígios de progresso na economia guineense. Todavia, ele admite que o país sobrevive e continua a pagar as dívidas externas. Assim, para retomar a parte teórica da tese, concordando com Thomas (2013), a Guiné-Bissau continua sendo refém da imposição política do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, pois o país continua a receber ajuda em troca de condicionalidade.

Dessa maneira, em conformidade com Taylor (2010), os dados que têm sido apresentados sobre a atividade econômica da Guiné-Bissau continuam distante da realidade que o país tem passado ultimamente. Em outras palavras, não reflete o cotidiano da população guineense. Dessa forma, segundo os dados do próprio Banco Mundial, 69% seguem vivendo abaixo da pobreza extrema.

A Guiné-Bissau, na qualidade de um pequeno Estado e em processo de construção e dependente dos apoios externos conforme se referem Clapham (1996), Khadiagala (2001), Lyons (2001), Englebert e Dunn (2013), Ninjara (2013), Beswick (2013), Fernandes (2017) o BM facilitou recentemente os créditos no valor de aproximadamente de US\$ 90 milhões para apoiar a Guiné-Bissau, reforçar a sua política de construção de infraestruturas e de redução da pobreza. (WORLD BANK, 2017).

Além disso, o programa visa ajudar a Guiné-Bissau a reestruturar o seu sistema judiciário para combater o crime organizado. Ademais, a ajuda permite que o país tenha um maior controle e fiscalização dos recursos públicos do Estado. No que tange ao contexto regional, o Banco Mundial desembolsou 52,6 milhões de Euros para o plano de desenvolvimento regional no setor de eletricidade. A finalidade do projeto é melhorar a capacidade do Estado guineense de fornecer energia, como nos países vizinhos, especialmente, a Gâmbia e Mali (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

Em suma, além da preocupação com a política econômica, essas Instituições Financeiras Internacionais têm concentrado os esforços no sentido de melhorar as condições de vida da população. Contudo, os resultados almejados continuam sendo muito limitados no plano interno. Com isso, a pobreza extrema tende a aumentar significativamente no país. A política econômica continua estagnada, com pouca margem para o crescimento desejado. Portanto, é com base nessa discussão que a próxima seção busca analisar e explicar a atuação da Guiné-Bissau junto à Organização Mundial do Comércio.

3.7.1 A atuação da Guiné-Bissau junto da Organização Mundial do Comércio

Na presente seção pretende analisar e explicar a inserção de um pequeno Estado em construção junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa instituição multilateral tem como missão facilitar a implementação dos acordos comerciais e a negociação entre os seus estados membros.

Em 1995, a Guiné-Bissau se tornou oficialmente um dos integrantes da Organização Mundial do Comércio. A Guiné-Bissau, como os seus pares da África Ocidental, são signatários dos acordos comerciais com a OMC. O objetivo da atuação da Guiné-Bissau está pautado na busca de maior inserção econômica, sobretudo no contexto de transação internacional. Ainda no que diz respeito ao comércio externo, o mecanismo da aprovação para a definição da política comercial continua sendo centralizado na responsabilidade do Estado guineense (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2018).

Já devido às consequências do conflito político-militar de 1998-9, a política macroeconômica do país continua limitada, bem como pouco diferenciada. A Guiné-Bissau segue tendo problema na fiscalização aduaneira e no controle das suas fronteiras. Além disso, o país carece de diretrizes que regulamentem o comércio internamente, bem como internacionalmente.

O investimento nas infraestruturas não tem sido uma prioridade dos governantes e as estruturas administrativas permanecem obsoletas para a prática de comércio internacional (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2018). De acordo com os indicadores de Doing Business do Banco Mundial, a Guiné-Bissau apresentou um pouco de melhoria, ficando na posição 172 no total de 190 países. Com base nesses dados a Guiné-Bissau cresceu cinco lugares comparando com os dados dos anos de 2016, pois durante 2007 e 2011 o país figurava entre as três últimas posições.

O investimento privado no país permanece abaixo do potencial e o ambiente de negócio prossegue precário devido à falta das infraestruturas básicas. Além do mais, a burocracia, assim como a restrição na concessão de crédito continuam sendo um dos principais problemas para a prática de atividade econômica (DOING BUSINESS, 2017). O país continua a depender da exportação de castanha de caju como a única fonte de sobrevivência econômica, o processo de produção nacional permanece sendo artesanal e 70,6% dos produtos produzidos no país são exportados sem o processamento.

Em 2015, o superávit comercial atingiu 82,2% de lucro para a economia nacional, sendo superior os 69,2% em 2011. Com relação à importação, Portugal permanece sendo o primeiro seguido da China e do Senegal. (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2019). A Guiné-Bissau se mantém dependente das importações para responder a sua demanda doméstica. Há um déficit de fornecimento dos serviços básicos, como a energia elétrica, por exemplo, que o Estado guineense tem conseguido fornecer apenas na capital, Bissau.

Em consequência disso, essa precariedade interna limita a capacidade do país de atrair os investimentos externos e o desenvolvimento socioeconômico (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2019). Além disso, como demonstra Khadiagala e Lyons (2001) tem restringido a autonomia do Estado da Guiné-Bissau em reformular a sua política econômica doméstica. Contudo o país não tem conseguido maximizar os seus ganhos econômicos como integrante, apesar de ser membro do bloco regional.

Além disso, a carência nas estruturas básicas cria custos financeiros adicionais para os investidores internacionais. Dessa forma, gera o distanciamento do país dos principais centros comerciais da região. Assim, o comércio internacional do país permanece difícil de compreender devido ao papel que o setor informal da economia ocupa na dinâmica econômica interna (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2018). No que tange ao plano internacional, a Guiné-Bissau geralmente apoia o posicionamento dos países da África, Caribe e do Pacífico (ACP) sobre o assunto voltado ao fortalecimento das atividades econômicas e cooperação técnica.

Contudo, corroborando com os autores Clapham (1996), Hurt (2004) e Englebort *et al.* (2015), a Guiné-Bissau e os estados africanos continuam negociando individualmente a sua tarifa comercial com a Organização Mundial do Comércio, embora as políticas comerciais do bloco regional continuem sendo separadas (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2018). Essa falta de harmonização política entre os Estados da África Ocidental condiciona a atuação deles

na organização. Além disso, tem impedido as nações africanas de aumentarem a sua participação nas atividades da Organização Mundial do Comércio.

A Guiné-Bissau figura na lista dos Estados membros considerados “Membros Inativos” da OMC, ou seja, os integrantes cujas contribuições financeiras para os custos da instituição continuam atrasadas. Diante disso, foi negado ao país o direito de participar no treinamento e receber a assistência técnica da organização, por causa da dívida (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2018). Com isso, verifica que a Guiné-Bissau continua a se deparar com a falta de infraestruturas adequadas para acompanhar os desafios, os quais o comércio internacional coloca aos pequenos estados em construção.

Além de tudo, isso evidencia que a recorrente instabilidade política tende a limitar a capacidade do Estado para a realização do comércio internacional e para atrair os investimentos externos. Portanto, diante do problema estrutural exposto nesta seção no próximo buscou fazer um estudo sobre o relacionamento entre a Guiné-Bissau e os países vizinhos.

3.7.2 A relação entre a Guiné-Bissau e os países vizinhos

Esta subseção tem como principal objetivo estudar, bem como explicar a relação entre a Guiné-Bissau e os países vizinhos. É importante frisar que para compreender essa relação é necessário voltar para o período do império de Mali. Segundo Lopes (2011) e Sangreman *et al.* (2018), a atual região denominada África Ocidental fazia parte do antigo império Mali e Kaabu⁴.

Esse último império engloba a região que é atualmente denominada Senegal Gambia e Guiné-Bissau. Ainda segundo Green (2016), o colonialismo europeu durante o século XV separou as classes sociais que habitavam essa região, bem como definiu as atuais fronteiras terrestres que produziram fragmentações entre a Guiné-Bissau portuguesa e a Casamance (Senegal). Com isso, passemos para o próximo que discorre sobre a relação entre Guiné-Bissau e Senegal.

⁴ O Império de Kaabu “durou setecentos anos e começou como um Estado vassalo do famoso Império de Mali, fundado pelo lendário rei guerreiro mandinga, Sundiata Keita, no século XIII” (MENDY,2011, p.16)

3.7.2.1 Senegal

Esta seção tem como principal objetivo analisar e explicar a relação entre a Guiné-Bissau e o Senegal. No passado, o espaço territorial senegalês servia de apoio logístico à população guineense e às Forças Revolucionárias durante o processo de luta armada pela independência, o qual perdurou onze anos.

O relacionamento entre os dois países é comprovado através dos laços culturais compartilhados pelo Tratado de Amizade e de Cooperação firmado em 12 de novembro de 1973 e figura promulgado no Boletim Oficial Nº 1/ 75 de 4 de janeiro (MEMORANDUM, 2015). Atualmente, o cerne dessa relação está pautado no contexto de ECOWAS na busca pela estabilidade política governativa, acordos comerciais e respostas aos desafios comuns de Defesa e Segurança na África Ocidental.

Após a independência, o governo do Senegal foi um dos primeiros no continente africano a reconhecer a soberania do Estado guineense. Logo em seguida, encaminhou uma comissão para acompanhar as comemorações da independência. Com isso, mais tarde foram assinados os tratados de cooperação nas esferas econômicas, técnicas e científicas, cultural e social (MEMORANDUM, 2015).

Ainda durante o conflito entre o Senegal e o movimento separatista na região de Casamance (MFDC), em 1992, foi delegada à Guiné-Bissau missão de mediadora do acordo de paz entre as partes em litígios (FOUCHER, 2013). Segundo Ololade (2005), a relação entre os dois países piorou após a descoberta de um depósito de petróleo em 1970, do qual grande parte se localizava na área em disputa. Por seu turno, devido ao recorrente confronto, em 1990, o executivo guineense apresentou uma reclamação contra o governo senegalês junto ao Tribunal Internacional de Justiça em Haia, Holanda, como pertencente ao espaço em conflito.

Os dois países viram na extração desses recursos a oportunidade de equilibrar as suas contas públicas e o pagamento das suas dívidas externas. Desde então, a contenda para o controle desse território passou a ser colocada na agenda de segurança nacional dos Estados. Por essa razão, a disputa territorial continua sendo um dos principais problemas na região e, conseqüentemente, afeta a relação entre os Estados. Nesse caso contribui para fragilizar as políticas econômicas e crises migratórias. Além disso, propicia a prática de crimes transnacionais na região (MASSEY, 2004).

No que diz respeito à pesca marítima, os dois países assinaram acordos bilaterais e desde 1978 o documento permite a criação de uma zona comum de gestão conjunta. Além disso,

possibilita o compartilhamento dos recursos pesqueiros através de uma entidade de coordenação conjunta (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2018). Ainda de acordo com Olalade (2004), durante os anos de 1990, a incerteza na relação dos estados membros aumentou depois do conflito secessionista persistir na região de Casamance, região sul do Senegal. O grupo insurgente segue reclamando a independência da região, a qual considera colonizada pelo governo de Dacar.

Diante desse cenário, a Guiné-Bissau procurava constantemente garantir ao executivo senegalês que não concedia ajuda à organização emancipadora. Contudo, o governo do Senegal não acreditava e viu as semelhanças com o Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde- PAIGC o nascimento do movimento separatista (MASSEY, 2004). Ainda de acordo com Olalade (2005), defrontando a contestação popular por motivo de crescente colapso da economia, o então Presidente (Vieira) não teve outra saída e teve que recorrer ao apoio do Senegal para manter a sobrevivência do seu regime, com o intuito de resistir politicamente à pressão doméstica.

Por outro lado, Dacar se aproveitou da crise interna na Guiné-Bissau para retificar o antigo acordo e aumentar a sua influência na dinâmica política do país. O tratado firmado compeliu o governo guineense a renunciar de todas as suas exigências contra o executivo senegalês no Tribunal Internacional de Justiça. Além de tudo, Dacar obrigou Vieira a conceder ao governo senegalês autorização para explorar os recursos naturais disponíveis no território em disputa (MASSEY, 2004).

Diante disso, recentemente, o então Presidente da República, José Mário Vaz, retomou a negociação com o governo de Senegal. Em consequência a isso e devido à persistência da crise política no país, o processo se encontra suspenso e sem nenhuma data prevista para recomeçar. No que tange à segurança e defesa, os tratados assinados autorizaram operações conjuntas contra o movimento separatista nas áreas fronteiriças. Além disso, deram ao exército senegalês a permissão de ultrapassar até sete quilômetros do espaço territorial guineense para perseguir o grupo insurgente que mantinha base de retaguarda no território da Guiné-Bissau (OLOLADE, 2005).

Ainda de acordo com Ololade (2005), em 2005 os dois países fizeram operação conjunta contra o MFDC para resgatar quatro turistas francesas sequestrados pelo movimento separatista. Em 1998, o regime da Guiné-Bissau, no âmbito do mesmo tratado, capturou os líderes rebeldes em Bissau e os transferiu para Dacar. Para Ololade (2005), a chancela do acordo

por parte do regime de Vieira foi gratificada por Dacar e Paris através de uma ajuda conjunta que permitiu a entrada da Guiné-Bissau na zona econômica monetária.

Nesse sentido, a Guiné-Bissau passou a ser o primeiro membro não francófono a entrar na organização. A partir daquele momento, o então governo liderado por Vieira começou a se distanciar da sua relação com Portugal e procurava se aproximar mais da França (MASSEY, 2004; OLOLADE, 2005). Seguindo nessa linha de raciocínio, em decorrência dessa proximidade político- militar com o executivo senegalês, em janeiro de 1998 de acordo com Massey (2004), o MFDC acusou o regime de Vieira de conceder apoio militar ao Senegal.

Contudo, coincidentemente, o governo senegalês declarou suspeitas de que o governo guineense não estava cumprindo o combinado existente. Diante do cenário de hesitação em torno regional, as perguntas que a tese faz são: qual era a relação que o então regime de Vieira mantinha com o executivo senegalês? Por que o Senegal decidiu intervir militarmente no assunto interno da Guiné-Bissau?

Na constatação de Rudebeck (2001) e Ololade (2005), em 1998 a Guiné-Bissau entrou em crise pouco tempo antes da assinatura do tratado com o executivo senegalês. O regime de Vieira com dificuldades retornou mais uma vez solicitando o apoio do seu aliado regional, o Senegal. Dacar para responder o pedido do seu aliado estratégico enviou prontamente para Bissau uma força militar de 1.500 efetivos para proteger o regime do seu amigo e, a partir desse momento, a guerra passou a ser regionalizada.

Ainda segundo Ololade (2005) e Kohl (2013), as tropas senegalesas foram encarregadas de fazer patrulhas na capital, o que claramente apontava sinais da intervenção de Senegal na Guiné-Bissau. Assim, demonstrava que o governo de Dacar estava disposto a fazer esforços substanciais para manter o então Presidente no poder que era considerado fundamental para combater o movimento separatista em Casamance. Em consequência disso, essa participação externa fez com que a guerra demorasse mais tempo e resultasse na perda da vida de milhares de pessoas (FOUCHER, 2013).

A dinâmica da política interna mudou significativamente depois da queda do regime de Vieira. Os pequenos comerciantes e empresários senegaleses começaram a intensificar as suas atividades econômicas no país (FOUCHER, 2013). Devido às consequências da guerra, a Guiné-Bissau passou a depender do porto marítimo e aeroporto internacional de Dakar para dar conta das suas necessidades econômicas. No contexto da educação, as universidades e centros de formação profissional senegaleses se beneficiavam significativamente das taxas pagas pelos estudantes guineenses.

Ademais, algumas empresas na Guiné-Bissau são filiais das instituições com a representação em Dakar, sendo as mais notáveis empresas as de telefonia, Orange e Sonatel (FOUCHER, 2013). Ainda de acordo com Foucher (2013), o governo senegalês continua concedendo à Guiné-Bissau vários profissionais técnicos para trabalhar nas empresas de telecomunicações, tecnologia de informação e gestão de petróleo. No que tange ao comércio, na percepção de Foucher (2013) a economia senegalesa depende muito do mercado guineense para a comercialização dos seus produtos.

Dessa forma, dentre 1995 a 2008 o PIB da Guiné-Bissau permaneceu mais ou menos estático, com um aumento intermediário anualmente de 0,03%. Entretanto, no mesmo período a economia senegalesa aumentou 4,9% em média anual. Na compreensão de Foucher (2013), enquanto a Guiné-Bissau segue se deparando com a insegurança doméstica, o governo do Senegal procura se beneficiar da situação e exercer a sua influência na política interna.

Na decorrência do golpe militar de abril de 2012, devido ao isolamento internacional que o governo da Guiné-Bissau tem sofrido, o executivo do Senegal se apresentou como um “*big brother*” em defesa do país no cenário externo e invocando aos parceiros para ajudarem a Guiné-Bissau. Além disso, o governo senegalês tem colocado à disposição o avião pessoal do Presidente da República, oferecendo carona aos dirigentes guineenses para participarem em conferências internacionais.

Em 2011 teve lugar em Dacar um encontro entre a Comissão Mista em que foi rubricado um acordo verbal incluindo as seguintes atividades a melhorar em um período de dois anos, ou seja, até 2013: Defesa e Segurança, Cooperação Judiciária, Cooperação Administrativa, Migrações, Relações comerciais, Cooperação aduaneira, Transportes Terrestres, Aéreos, Agricultura, Pesca e entre outras (MEMORANDUM, 2015). No que tange ao resultado fica impossível a execução dos acordos selados, por causa da frequente instabilidade política no país.

O relacionamento com o executivo de Senegal desde o início não apresenta a eficiência necessária, em virtude da fraca participação de certas repartições escolhidas no que se refere às estratégias traçadas para desenvolver os propósitos recomendados. Além disso, a interferência do Senegal na guerra civil de 1998-9 da Guiné-Bissau continua tendo impacto negativo na relação dos dois países. (MEMORANDUM, 2015). Em 2014 os dois Estados assinaram o protocolo de pesca, sendo que o tratado prevê a emissão de licenças de pesca industrial seja feita mediante ao pagamento prévio de uma contribuição para o Fundo de Gestão dos Recursos Pesqueiros.

Nesse caso, as contribuições no fundo variam entre 2,5 milhões de FCFA consoante a capacidade e tamanho do navio (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2018). Por fim, constata que além da relação histórica os dois países continuam mantendo o conflito territorial. Já o problema na região de Casamance continua sendo o cerne da relação entre a Guiné-Bissau e o Senegal durante o período pós-colonial. Com isso, o executivo senegalês tem procurado aumentar a sua interferência no assunto interno da Guiné-Bissau devido à recorrente instabilidade política no país.

3.7.2.2 Guiné-Conacri

Nesta seção explica a relação da Guiné-Bissau e Guiné-Conacri. Como já foi abordado anteriormente, à semelhança do Senegal, a relação entre Bissau e Conacri é baseada nos laços históricos, bem como nos vínculos culturais muito fortes (LOPES, 2011; GREEN 2016). No atual contexto, o cerne dessa relação está pautado no contexto de ECOWAS na busca pela estabilidade política governativa, acordos comerciais e respostas aos desafios comuns de Defesa e Segurança na África Ocidental.

De acordo com Lopes (2011) e Apolinário de Carvalho (2015) durante o processo de luta armada contra o regime português a vizinha República Guiné-Conacri desempenhou um papel fundamental no que diz respeito ao apoio logístico, financeiro e militar para o Partido Africano pela Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Além disso, concedia o seu espaço terrestre para a retaguarda, bem como para a transição dos equipamentos bélicos.

Na percepção de Forrest (2016), essa ajuda permitia ao partido ter maior capacidade de ação diplomática e mobilização dos recursos internacionais durante a guerra de libertação nacional. Em outras palavras, a independência nacional foi conquistada graças ao apoio que a vizinha Conakry oferecia para o PAIGC. Já com relação à disputa territorial, a fronteira marítima entre os dois países foi delimitada diante de uma rivalidade entre a França e Portugal durante o período colonial em 1886 (PIRES, 2012).

Segundo Ololade (2005), a ausência de uma definição precisa do espaço territorial tem gerado frequentes conflitos na região. Consequentemente, contribuem para propagar os crimes transnacionais e fragilizar o comércio entre Estados. Contudo, vale lembrar que entre a Guiné-Bissau e Conacri não se verificou um confronto declarado igual ao de Senegal. Após a independência da Guiné-Bissau, os dois países intensificaram a sua relação de cooperação e amizade.

Portanto, em 1998, durante o conflito civil-militar de 07 de junho a vizinha Guiné-Conacri interveio militarmente no conflito, enviando uma força militar com 500 efetivos para proteger o regime do seu aliado Nino Vieira (EINARSDÓTTIR, 2007; FOUCHER, 2013). O objetivo da intervenção militar de Conacri na Guiné-Bissau era proteger o regime de Nino Vieira, amigo do então Presidente de Guiné-Conacri. Além da interferência, o então Governo de Guiné-Conacri recebeu e concedeu a formação para aproximadamente 300 combatentes enviados pelo o regime de Nino Vieira.

Além de intervir, o então governo de Conacri ofereceu o apoio logístico para a formação dos recém recrutados soldados com a finalidade de combater o movimento revolucionário e salvaguardar a administração de Vieira. A partir desse episódio, o relacionamento de ambos deteriorou até a formação do novo governo legítimo na Guiné-Bissau em 2000. Depois do conflito civil-militar os dois Estados retomaram os seus laços históricos de cooperação e amizade, principalmente, no setor da economia.

É oportuno lembrar que a economia da Guiné-Conacri depende fortemente do mercado da Guiné-Bissau. Grande parte dos produtos fabricados nesse país são comercializados na Guiné-Bissau. O comércio guineense está completamente dominado pelos 54% dos comerciantes de Guiné-Conacri (RFI, 2017). Em suma, verifica que a relação entre a Guiné-Conacri e a Guiné-Bissau é de longa data, pois teve início no período colonial, ou seja, ainda no contexto da luta pela independência.

Todavia, a cooperação entre ambos teve um momento de ruptura durante a guerra civil-militar em 1998. Com isso, após o conflito os dois países voltaram a manter relação, sobretudo, econômica. Com base nisso, passemos para o item seguinte com a discussão sobre a relação da Guiné-Bissau com a Gâmbia.

3.7.2.3 Gâmbia

Nesta seção analisa e explica a relação da Guiné-Bissau e Gâmbia. Em comparação com outros estados vizinhos, as duas nações continuam mantendo relações de cooperação amigáveis e fraternais. Posteriormente, ela é reforçada, principalmente, por dois países membros da União Africana e Comunidade dos Estados da África Ocidental.

Isso ocorre para dar continuidade ao estabelecendo da cooperação política, econômica, técnica, social e cultural, com a finalidade de garantir um bem-estar das duas nações (MEMORANDUM DE COOPERAÇÃO GUINÉ-BISSAU/GÂMBIA, 2016). Com isso,

durante os anos de 1930, ainda no período colonial, havia uma onda de emigração da população da Guiné-Bissau para a Gâmbia, principalmente, das etnias Manjacos. Essas etnias iam em busca de melhor condição de trabalho e de cultivo de amendoim (GREEN, 2016; MASSEY, 2016).

No decurso do processo da luta armada pela independência nacional esse país vizinho era um parceiro fundamental, pois concedia recursos financeiros para a Organização da Unidade Africana (OUA). Sendo através desse apoio que a instituição continental conseguia aumentar em 50% a ajuda material e financeira para o movimento revolucionário pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde- PAIGC (MASSEY, 2016). Ainda segundo Massey (2016), além de apoiar a OUA, a Gâmbia financiava diretamente o PAIGC, dando suporte com recursos financeiros para a construção da estrutura hospitalar de solidariedade em Boke, localizado na região sul da Guiné-Bissau.

Além disso, oferecia treinamento militar e equipamentos para os soldados do partido. A Gâmbia tinha uma importância estratégica fundamental para os guerrilheiros do PAIGC. Assim, a semelhança de Conacri e os guerrilheiros do PAIGC eram que utilizavam o território gambiano para a passagem de armamentos, alimentos e medicamentos, além de receber os refugiados da guerra, bem como os feridos durante o combate (MASSEY, 2016). Dessa forma, após a independência da Guiné-Bissau em 1974, a intenção de aprofundamento do relacionamento foi a todo o momento expressada entre os dois Estados, por meio de diversas ações de cooperação (MEMORANDUM DE COOPERAÇÃO GUINÉ-BISSAU/GÂMBIA, 2016).

A Gâmbia foi uma das primeiras nações do mundo a reconhecer diplomaticamente a Guiné-Bissau como um estado independente. Sendo este o verdadeiro encadeamento de uma relação de vasto período entre os dois países. Entre 1977 e 1978, os dois países fizeram várias visitas presidenciais, bem como afirmaram uma série de acordos de cooperação ministerial, principalmente, no setor da agricultura, pecuária e silvicultura (MASSEY, 2016). Ainda Segundo Ceesay (2016), a tentativa de rebelião interna de 1981 na Gâmbia provocou uma forte mudança nas relações diplomáticas entre Bissau e Banjul.

O então Presidente de Gâmbia, Dawda Jawara, era considerado aliado político de Senegal. Nesse sentido, o então governo senegalês decidiu intervir militarmente para proteger o regime do seu amigo. Por outro lado, os golpistas solicitaram publicamente a ajuda do executivo guineense para defrontar os exércitos senegaleses. Entretanto, o Estado guineense se limitou a

uma neutralidade no conflito, por sua vez demorou para contestar a declaração dos rebeldes, ocasionando desconfiança no país vizinho sobre a imparcialidade da Guiné-Bissau.

Além de tudo, os revoltosos fugiram para a Guiné-Bissau quando Banjul solicitava a extradição desses insurgentes. Com isso, o executivo guineense negou a extradição. Desde então, a relação diplomática entre os dois países piorou significativamente. Em consequência disso, ambos congelaram os seus laços históricos de relacionamento, pois só voltaram a cooperar integralmente durante os períodos de 1990 quando foi aberta a primeira representação diplomática gambiana na capital Bissau (CEESAY, 2016).

Ainda segundo Ceesay (2016), durante a guerra civil de junho de 1998-9 na Guiné-Bissau, em oposição ao Senegal e à Guiné-Conacri que optaram por uma intervenção militar, Gâmbia procurou a via diplomática para a resolução do conflito. Dessa forma, teve um papel importante na mediação e na busca da paz regional. O executivo gambiano patrocinou o acordo de Banjul de 1998 no seu território nacional. Contudo, as partes em conflito acabaram por não respeitar o dito tratado assinado em Banjul e resolveram voltar para o conflito que só terminou em 1999.

No que tange ao conflito, é importante frisar que além da busca pela paz e estabilidade regional, a Gâmbia também tinha os seus objetivos nacionais em jogo, como a proteção dos seus milhões de cidadãos os quais viviam no país. Esses cidadãos em grande parte eram comerciantes e compradores do principal produto produzido na Guiné-Bissau, a castanha de caju (CEESAY, 2016). Além disso, 23% da exportação dos produtos primários produzidos nesse país vizinho são comercializados no mercado interno guineense (TRALAC TRADE LAW CENTRE, 2018).

Durante 2005 em Banjul, capital da Gâmbia, foram assinados significativos tratados de cooperação nas esferas da Segurança, Defesa, Migração, Informação de Estado, Agricultura, Comércio e Alfândega, Justiça, Turismo, transportes, Segurança Social e Câmara de Comércio Indústria e Agricultura. Todavia, os acordos assinados são finalizados com as seguintes declarações:

Nada ou quase nada foi feito para a sua implementação e controle. Sendo o desconhecimento total por parte do Ministério dos negócios estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades de alguns Protocolos de Acordos Sectoriais celebrados entre as Partes, o que dificulta seriamente o seguimento e a avaliação dos mesmos (MEMORANDUM DE COOPERAÇÃO GUINÉ-BISSAU/GÂMBIA, 2016).

Nesse caso, evidencia a falta de capacidade institucional e de coordenação entre os principais setores responsáveis pela elaboração, bem como pela execução das diretrizes da

Política Externa do país. Em consequência a isso, a Guiné-Bissau perdeu a oportunidade de fortalecer os seus laços de amizade e fraternidade com o executivo gambiano. Já em 2008 foi efetuado em Banjul o III encontro da Comissão Mista de Cooperação entre os dois países devido à necessidade de renovar e fortificar os vínculos assinados em 2005. No final da reunião foi rubricado um documento pelos Primeiros Ministros de ambos Estados, no qual foram agendadas inúmeras iniciativas de cooperação, incluindo Educação, Pescas, Juventude e Desportos (MEMORANDUM DE COOPERAÇÃO GUINÉ-BISSAU/GÂMBIA, 2016).

No mesmo ano, o Presidente da República, João Bernardo Vieira, fez uma visita à Gâmbia. O motivo do deslocamento estava relacionado ao aprofundamento da cooperação que os dois países vinham mantendo. No sentido inverso, em 2008 com o mesmo propósito, o Presidente da Gâmbia, Yahya Jammeh, deslocou-se à Bissau. Nessa ocasião foram assinados dois acordos de Cooperação: no setor de Pesca e de Energia. No entanto, as constantes perturbações políticas na Guiné-Bissau resultou no falecimento de João Bernardo Vieira e arruinaram todos os trabalhos feitos (MEMORANDUM DE COOPERAÇÃO GUINÉ-BISSAU/GÂMBIA, 2016).

No que diz respeito aos problemas de crimes transnacionais, estes continuam sendo os principais empecilhos para a política comercial, porque conforme Jackson e Rosberg (1982), Ayooob (1995) e Englebert (2009) são Estados com as instituições políticas em processo de consolidação, as quais se deparam com a falta de capacidade para controlar efetivamente os seus territórios nacionais.

Segundo Ceesay (2016), as fronteiras são porosas, as políticas de fiscalização continuam precárias e os criminosos se aproveitam dessa fragilidade estrutural, bem como regional para impulsionar as suas práticas criminosas dentro dos Estados (CEESAY, 2016). Com isso, as relações entre a Guiné-Bissau e a Gâmbia continuam sendo históricas, assim como culturais. Com base em O'brien (1991), Kacowicz (1998), N'diaye (2007), Elbadawi, Muega (2007), Dunn (2008), Valsecchi (2011) a fragilidade política institucional permanece como o principal obstáculo aos Estados membros da África Ocidental.

Dessa maneira, verifica-se ao longo do capítulo que a insegurança interna e a fragilidade do Estado são compreendidas como o principal obstáculo enfrentado, ultimamente, pelo país. Com isso, os sucessivos governos têm tido dificuldades em consolidar as instituições políticas capazes de responder às necessidades básicas da população. Conforme Clapham (1996), Taylor (2004) e Englebert *et al.* (2015), a Guiné-Bissau segue como um estado frágil e em processo de construção e dependente de ajuda externa para garantir a sua sobrevivência.

Em consequência disso, a sua estratégia de política externa tem sido bastante limitada, bem como condicionada por seus parceiros de cooperação e desenvolvimento. Assim, é diante desse problema estrutural do estado guineense que a abordagem do próximo capítulo será feita. Portanto, procura-se analisar as dinâmicas das políticas internas, especialmente, no contexto de segurança e defesa.

4 POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA DA GUINÉ-BISSAU

O presente capítulo estuda e explica a política de Defesa e de Segurança da Guiné-Bissau durante o regime autoritário. Dessa maneira, pretende analisar a Política Defesa Nacional, bem como buscar compreender os principais condicionantes que influenciam as dinâmicas de Defesa e Segurança internacional do país.

4.1 POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA DURANTE REGIME AUTORITÁRIO

Nessa primeira subseção do capítulo discorre sobre a política de Defesa e Segurança durante o regime autoritário na Guiné-Bissau. Esse país está em processo de construção e consolidação das instituições administrativas é altamente dependente da agricultura de subsistência, da exportação de castanha de caju e de assistência externa, que normalmente responde por aproximadamente 80% do seu orçamento (INDEX OF ECONOMIC FREEDOM, 2019). No que se refere a fragmentação social, Papeis representa 17%, Balanta 30%, Manjacos 14%, Fula 20%, Mandinga 13% e entre outros subgrupos. Já com relação a religião a sociedade está dividida nos seguintes grupos: muçulmanos 45,1%, cristãos 22% e animistas⁵14,9% e outros 17,9%.

É oportuno frisar que essa diversidade cultural continua desempenhando uma função importante no processo de construção do Estado guineense e na sua dinâmica de política interna (INTERNATIONAL MONETARY FUNDO, 2017). É importante ressaltar também que as Forças Armadas da Guiné-Bissau são uma exceção na região subsaariana da África. Os soldados constituídos pelo PAIGC foram os únicos que conduziram a luta armada contra o regime colonial português (UNIOGBIS, 2018b).

A PAIGC foi a primeira instituição criada durante o seguimento da luta pela independência, ou seja, ela antecede o processo de formação do Estado guineense, sendo um instrumento político do regime até o transcurso da democratização no país (EMBALÓ, 2012; REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2016). As Forças Armadas Revolucionária do Povo (FARP), foram constituídas em 1964 e compreendeu o resultado das deliberações tomadas no

⁵ A crença de que seres espirituais pessoais são forças espirituais impessoais que têm poder sobre os assuntos humanos e, conseqüentemente, os seres humanos devem descobrir que seres e forças os influenciam para determinar a ação futura e, frequentemente, manipular seu poder (RHEENEN, 1991, p. 20).

Congresso de Cassacá⁶ para suceder as tropas irregulares que operavam na guerra colonial contra o regime português.

No decurso do regime autoritário guineense, as Forças Armadas são reputadas como aparato de libertação nacional a disposição do Estado na defesa do país. Assim, a prerrogativa de defesa da Guiné-Bissau é da competência exclusiva das Forças Armadas. A preocupação com as ameaças estava pautada no inimigo externo. Além do mais, eles têm atribuição de participar no processo de segurança doméstica, que deveria ser da competência da polícia civil.

No que tange as competências, conforme o Constituição da República de 1984 (artigo-20):

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo FARP, instrumento de libertação nacional ao serviço do Povo, são instituição primordial de defesa da Nação. Incumbem-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial, e colaborar estreitamente com os serviços nacionais específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública. É dever cívico e de honra dos membros das FARP participar ativamente nas tarefas da Reconstrução Nacional” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA 1984, p. 9).

Nesse período, constata-se que tanto as Forças Armadas quanto a estrutura de Segurança Nacional trabalhavam em prol da proteção do regime. No entanto, não havia uma distinção clara sobre atuação dessas instituições integrantes do Estado. Além disso, o país não tinha uma política nacional de defesa e segurança. O Ministério da Defesa Nacional era composta das seguintes instituições: o Estado-Maior General das Forças Armadas, Exército Nacional, Marinha de Guerra e Força Aérea. Além disso, existe as instituições de comando como: Conselho de Chefe de Estado-Maior, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e os líderes de todas os ramos das Forças Armadas.

Além disso, abrange o Supremo Tribunal Militar, Chefe de Centro de Informações e Segurança Militar. O Ministério do Interior era composto das subsequentes estruturas: Polícia de Ordem Pública, Agente de Segurança do Estado, Polícia Judiciária, Serviços de Migração, Polícia Marítima, Polícia Fiscal, Polícia Florestal e o Agente de Fiscalização Marítima (POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL, PROPOSTA, 2017). Nesse caso, o Presidente da República é o Comandante Chefe das Forças, ficando com a prerrogativa de designar e destituir os órgãos de comando mediante a consulta de todos os Chefes de ramo das Forças Armadas.

⁶Localiza-se na parte Sul da Guiné-Bissau, sendo a zona onde o PAIGC. Começou a desenvolver as estruturas políticas e militares para combater o regime colonial português no país.

No que diz respeito ao orçamento, em 1983, as despesas com as Forças Armadas chegavam aproximadamente 7,92% do PIB, enquanto o seu valor mais baixo foi de 0,68 em 1997 (INDEX MUNDI, 2015). Relativamente ao alistamento militar, o país tinha uma política de serviço militar que obrigava alistamento a partir de dezoito anos de idade. Nos primeiros anos seguintes a independência, as instituições das Forças Armadas foram os primeiros a serem reestruturados para se assemelhar com a nova tarefa de Defesa Nacional encarregado pelo Estado (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2016).

Assim, por ser uma instituição com excesso de efetivos sem o mínimo de qualificação, sobretudo a inexistência de recursos materiais modernos, a reforma pretendia modernizar e profissionalizar as Forças Armadas. Todavia, por falta de condições materiais e políticas, sobretudo a ausência de uma política nacional de defesa nacional de segurança, o projeto não foi capaz de dar as respostas necessárias aos principais desafios do país no contexto de Defesa. Dessa forma, as falhas do processo de reformulação tiveram consequências cujas repercussões até então impactam no processo de transformação dessa organização (GUINEA-BISSAU, 2018).

Com relação as capacidades vários efetivos de Defesa e de Segurança receberam pouco treinamento militar, sendo que em diversos casos não tinham formação acadêmica adequada para assumirem as funções para as quais foram incumbidas (KOHL, 2014). De acordo com Embaló (2012), as classes militarizadas guineenses não foram realmente transformadas da guerrilha politizada para as Forças Armadas capazes de cumprir seus deveres militares, bem como dispostas a cooperar com a sociedade civil e as autoridades políticas.

Naquele período, os ex-comandantes militares dominaram praticamente todas as estruturas administrativas do Estado (OCDE, 2007, 2011; KOHL, 2014; GUINEA-BISSAU, 2018a). Além disso, é oportuno frisar que durante esse período a política externa da Guiné-Bissau passou a ser concentrada na responsabilidade das elites militares do regime autoritário. O regime de partido único se consolidou no poder por meio do apoio das Forças Armadas. Ele utilizava o pretexto de segurança da nação para fortalecer as suas ações repressivas contra a sociedade civil e os opositores do regime.

No decurso do regime autoritário, eles iniciaram as execuções aos opositores do regime com a participação dos elementos de forças de Defesa e Segurança. A oposição política era efetivamente proibida na Guiné-Bissau, por essa razão a mídia e a sociedade civil operavam sob fortes restrições. (BORDONARO, 2009; KOHL, 2014). Por outro lado, o regime impossibilitou a consolidação e a autonomia da instância judiciário. Dessa forma, o judiciário

foi figurado como uma adenda do poder político até o término do regime autoritário em 1991 (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2016).

Desde então, a impunidade foi institucionalizada e se tornou a norma no funcionamento regular de instituições públicas, bem como privadas com clara inércia dos órgãos de fiscalização, das instituições de monitoramento e controle (EMBALÓ, 2012; GUINEA-BISSAU, 2018a). Segundo Embaló (2012), o regime exemplificava o entrelaçamento entre as Forças Armadas e da esfera civil. Essa congruência de separação de poder tem propiciado as classes militarizadas condições necessárias para interferirem nos assuntos políticos e proteger os seus desejos.

Ainda conforme Embaló (2012) todos os líderes militares da administração se consideravam políticos. Assim, como resultado contribuíram para o aprofundamento da impunidade do Estado, a divisão social e a política no país. Sendo dos muitos episódios que nunca foram fechados o que aconteceu em 17 de outubro de 1985 tem sua importância, pois essa data se destaca por ser o momento no qual a Segurança do Estado surpreendeu um suposto golpe em construção.

A resposta do regime para esse suposto golpe foi julgar e sentenciar os envolvidos, incluindo o vice-presidente do Conselho de Estado, Paulo Correia, bem como o Procurador-Geral, Viriato Pã (EMBALÓ, 2012). Desde então, o regime não hesitava em eliminar seus supostos inimigos políticos. Em seguida, o Presidente promoveu seus aliados aos cargos da chefia nas estruturas das Forças Armadas, levando a tensões entre os veteranos da guerra de libertação nacional e o novo quadro de soldados de carreira.

Esse evento contribuiu para o acirramento da disputa interna pelo poder dentro do PAIGC e no próprio governo (FORREST, 1992). Na constatação de Embaló (2012) e Mendes (2013), depois da tentativa do golpe do Estado centralizou ainda mais o poder, pois o Presidente passou a ser Chefe do Conselho de Estado que é um órgão controlado pelo Presidente, por civis e militares. Essa fase foi caracterizada por personalização crescente do poder as custas da tomada de decisão partidária.

No que se refere a liderança, é importante lembrar que apesar dos problemas estruturais de governação supracitados, especialmente, o problema de segurança interna, o regime desfrutava de uma relativa estabilidade política e mantinha o controle condicional sobre as estruturas de Defesa e Segurança, condicionando assim qualquer tipo de interferência dessas instituições em assuntos de natureza política. Assim, corroborando com Englebert e Dunn *et al.*

(2013) o apoio externo, principalmente, militar concedido pela Rússia e pela Cuba ajudaram o regime autoritário a ter o maior controle da sua fronteira.

No contexto internacional, em 1975, as Forças Armadas foram usadas para proteger o então regime de Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) durante a intervenção estrangeira, especialmente, da África do Sul nos assuntos internos daquele país. Além do mais, o então governo guineense viabilizou a sua área de jurisdição nacional para a passagem e abastecimento das aeronaves que transportavam as Forças de Defesa da Cuba para Angola (APOLINÁRIO DE CARVALHO, 2015).

No que diz respeito a criação de documentos normativos, a responsabilidade da formulação de política de Defesa e Segurança Nacional durante o regime autoritário era do Partido-Estado que compreendia no Partido Africano pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC), através do seu Ministério da Defesa Nacional e Ministério do Interior. Nesse caso, a última decisão pertencia ao Presidente da República. Ele era o comandante-superior das Forças Armadas.

Entretanto, em consequência do problema estrutural da consolidação das instituições do Estado, o regime autoritário não conseguiu definir uma política nacional de Defesa e Segurança Nacional durante os seus vinte anos de governação. A Guiné-Bissau se tornou, como um pequeno Estado dependente durante a década de 1980, um dos países mais dependentes da ajuda no mundo. A ajuda externa constituía 50% do PIB e 134,4% do investimento interno.

O alto grau de dependência do governo guineense em relação à ajuda externa é revelado por estatísticas que mostram que ainda durante meados da década de 1980, o apoio internacional financiou mais de 90% do investimento do governo em desenvolvimento rural. A ajuda total dobrou de U\$ 63 milhões em 1985 para U\$ 129 em 1988. Todavia, por causa da fragilidade do Estado e das suas instituições, o então regime não conseguia aplicar efetivamente os recursos recebidos para desenvolver o país, como modernizar o seu setor de Defesa e Segurança (BOBIASH, 1992).

Por outro lado, segundo Ayittey (2019) a ajuda externa em seu usual caráter bilateral tem feito pouco para promover um crescimento econômico de longo prazo, mas contribui no crescimento da burocracia governamental. O caso da Guiné-Bissau mostra que o apoio internacional continua tendo impacto limitado quer no processo de desenvolvimento econômico quer no de procedimento do reforço da capacidade burocrática do Estado. As elites dirigentes apropriaram dos fundos auferidos dos parceiros internacionais para proteger o regime e perpetuarem no poder à custa do Estado e da população.

Como já havia sido referido, segundo Englebert (2013) *et al.*, Bayart (2000), Chabal e Daloz (1999) após a Guerra Fria, mais precisamente depois do colapso da antiga União Soviética, a Guiné-Bissau como a maior parte dos pequenos Estados Africanos sofreram mudanças profundas nos seus sistemas políticos. No que se refere a Guiné-Bissau, o Estado perdeu grande parte dos recursos financeiros, bem como dos materiais recebidos do então bloco socialista para atender as suas demandas domésticas.

Desde então, as contrariedades econômicas e políticas começaram a ameaçar o próprio regime, assim como o seu aparato de Defesa e Segurança. O regime de Vieira renunciou a doutrina marxista do Estado e migrou para o capitalismo. Os governantes viram o modelo capitalista como um mecanismo de controlar o poder e os recursos do Estado (OLOLADE, 2005). No contexto da Defesa, de acordo com Forrest (1992) a condicionalidade imposta pelas Instituições Financeiras Internacionais pesou o orçamento das Forças Armadas, os gastos militares foram reduzidos de 3,6% do PIB em 1993 para 2,8% em 1995.

O tamanho do exército foi reduzido de 12.000 homens em 1991 para 7.000 e uma correção a fraude destituiu 700 efetivos inexistentes da folha de pagamento. Além do mais, obrigaram o regime a separar as competências constitucionais entre as Forças Armadas e o agente de Segurança doméstica. Desde aquele momento, as lideranças políticas guineenses tornaram os princípios democráticos e de livre mercado em um dos principais instrumento de inserção internacional para obter os ganhos econômicos, bem como se consolidaram no poder. Contudo, essa estratégia não mudou o quadro político e econômico interno, pois os resultados foram limitados.

Em resumo, percebe-se ao longo do desenvolvimento dessa subseção que as lideranças do regime de partido único se consolidaram no poder por meio de apoio das Forças Armadas. Ela utilizava o pretexto de segurança da nação para fortalecer as suas ações repressivas contra a sociedade civil e opositores políticos. Sendo que naquela época, o aparelho do Estado se encontrava militarizado, as estruturas de Defesa e Segurança foram centralizadas para proteger os interesses do regime.

Em consequência a isso, os líderes do regime não conseguiram cumprir com um dos seus principais objetivos que é a construção da nação guineense. Além disso, não foram capazes de resolver os problemas sociais e econômicos do país. Em termos normativos, o então regime não foi capaz de elaborar uma política nacional de defesa e segurança da Guiné-Bissau. Com isso, na próxima subseção objetiva a análise e a explicação da atual política de Defesa e de Segurança da Guiné-Bissau.

4.2 POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Nesse tópico a análise e a explicação será concentrada nos problemas da Defesa Nacional de Guiné-Bissau durante o período pós-democrático. O Ministério de Defesa nacional da Guiné-Bissau são compostas das seguintes instituições: o Estado-Maior General das Forças Armadas, Exército Nacional, Marinha e Força Aérea (POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL, PROPOSTA, 2017).

Além disso, comporta outras instituições de comando como: Conselho de Chefe de Estado-Maior, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Vice Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e os líderes de todas as instâncias das Forças Armadas. Ainda existe o Supremo Tribunal Militar, Chefe do Centro de Informações e Segurança Militar e o Instituto da Defesa Nacional (IND), que foi criado em 2012 para encorajar a comunicação entre os civis e os militares (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU ANOTADA, 2019).

Além do mais, têm uma parte do comando formado por o Estado-Maior General das Forças Armadas, geralmente dirigido por um Chefe militar indicado pelo Presidente da República. Como já foi dito, a atual estrutura das Forças Armadas da Guiné-Bissau é o fruto de um prolongado e complicado processo de luta armada de libertação nacional dirigido pelo o PAIGC durante o período colonial. Assim, do mesmo modo é o resultado das orientações acompanhadas nos primeiros períodos após a independência. (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2016).

Essa instituição teria o objetivo de atender as necessidades da Guiné-Bissau no período após a Guerra-Fria. No contexto pós-democrático as Forças Armadas passaram a cumprir as seguintes tarefas constitucionais (artigo 20-21):

É dever fundamental do Estado salvaguardar, por todas as formas, as conquistas do povo e, em particular, a ordem democrática constitucionalmente instituída. A defesa da Nação deve se organizar com base na participação activa e na adesão consciente das populações. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública. É dever cívico e de honra dos membros das FARP participar activamente nas tarefas da reconstrução nacional. As FARP obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei. As FARP são apartidárias e os seus elementos, no activo, não podem exercer qualquer actividade política (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1996, p.8).

No entanto, verifica-se que mesmo após a transição para a democracia liberal, as Forças Armadas da Guiné-Bissau continuam tendo a competência constitucionais de participar nas missões de segurança doméstica, as quais deveriam ser de responsabilidade dos agentes da polícia civil do país. Entretanto, as missões das Forças Armadas devem ser pautadas nas ameaças externas. No contexto da interferência interna, as atuações dos militares precisam ser restringidas aos casos específicos e temporário, por exemplo, nas situações de catástrofes naturais. No que tange aos números de efetivos, as estruturas das Forças Armadas são compostas de 4.493 militares no ativo, dos quais 1.869 são oficiais, 604 suboficiais, 1.108 sargentos e 867 soldados.

Essa segmentação dos agentes por hierarquia comprova a alteração da pirâmide desta instância na Guiné-Bissau considerando a dimensão na qual os praças são a classe que comumente precisaria se predispor perante os mais efetivos (GLOBAL SECURITY, 2019). Além do mais, as Forças Armadas tinham 17 generais e almirantes, ao contrário dos 37 presentes na atualidade, enquanto nos anos de 1990 dispunha apenas de um. (ISSAT, 2019; UNIOGBIS, 2018a).

As Forças Armadas gastam 10 milhões de dólares por ano, mais de 10% do PIB em um país onde o caju é o principal produto de exportação e a média das pessoas vivem com menos de dois dólares por dia (REUTERS, 2012). Em 2005, as despesas de defesa constituem aproximadamente 3% do PIB, colocando a Guiné-Bissau na posição 38º dos países que mais gastos fazem com as Forças Armadas (TURYINSKAYA, 2012). No decurso de 2015, a Guiné-Bissau gastou US\$ 0,02 bilhões com as despesas com as Forças Armadas, um declínio de 20,65% em relação a 2014.

Durante 2014, o orçamento militar de defesa da Guiné-Bissau foi de US\$ 0,02 bilhões, uma queda de 1,11 % em correlação a 2013. O custo de defesa da Guiné-Bissau em 2013 foi de US\$ 0,02 bilhões, uma redução de 11,35% em comparação a 2012. No período de 2012, o gasto de defesa foi de US\$ 0, 02 bilhões, um acréscimo de 39,79 em relação e 2011 (MACROTRENDS, 2020). Sendo que o salário base mais alto é de um General e equivale a 560.000 FCFA por mês (US\$ 950), colocando-os na mesma faixa salarial que o Primeiro-Ministro, enquanto o salário do Coronel é de 370.000 - US\$ 630 (UNIOGBIS, 2018a).

Em 1997 a Guiné-Bissau tinha um total de 17.869 funcionários públicos e agentes do Estado. Entre eles 2.567 pertenciam às Forças Armadas, ou seja, 14%. Desde então, tem havido um aumento na força de trabalho total no serviço público, situando-se em 2000 em cerca de 26.112 indivíduos. Dentre esses indivíduos 55% representam as forças da defesa nacional. Em

consequência a isso, após a independência, o principal desafio que o Estado da Guiné-Bissau tem enfrentando no domínio da defesa e da segurança internacional é a manutenção de uma estrutura das Forças Armadas incompatível com os seus recursos econômicas disponíveis.

Assim, como consequência, a Guiné-Bissau não tem conseguido investir nos projetos de redução de pobreza extrema e construção de infraestruturas públicas. No que tange o investimento no setor da defesa grande parte dos recursos financeiros que a Guiné-Bissau tem recebido dos doadores internacionais continuam sendo gastos no pagamento dos salários dos efetivos militares. Diante disso, recentemente, ela gastou 3,2% com as despesas das Forças Armadas e Segurança (FREEDOM HOUSE, 2018).

Em 1997 o setor social composto pela educação e saúde foi o responsável por 22% das despesas operacionais, as quais caíram para 17%. Em 2003, os gastos com o pagamento dos salários dos efetivos das Forças Armadas aumentaram de 8% para 26% e cresceu 70% (WORLD BANK GROUP, 2018). No que se refere à média de idade em 2008 os números apontavam para 55% dos efetivos tinham mais de 40 anos, mas durante 2016 vários efetivos possuíam mais de oitenta anos (WORLD BANK GROUP, 2018).

A falta de efetivação da norma do “Serviço Militar Obrigatório” e a inexistência de um alistamento estruturado acarretam em maiores parcelas de envelhecimento dessa instituição. Entretanto, são feitas por meio de disputas por controle aos espaços decisórios (AFRICAN UNION, 2005; EMBALÓ, 2012; UNIOGBIS, 2018b). Em consequência a isso, durante o período democrático, o serviço militar deixou de ser obrigatório, sendo o último feito em 1992. Dessa maneira, recentemente, o Presidente da República, José Mário Vaz, decidiu promulgar uma nova legislação sobre a obrigatoriedade do serviço militar na Guiné-Bissau.

Segundo Vamain (2010) e Kohl (2013) grande parte dos soldados guineense não são profissionais. Portanto, pertencem a uma burocracia organizacional diferente do profissionalismo burocrático, cujos integrantes não têm nem competências intelectuais nem consciência profissional da função que desempenham. Em consequência a isso, desde a independência as lideranças políticas não foram capazes de construir uma única escola militar para fornecer os militares uma formação de qualidade para atender as necessidades do país (VAMAIN, 2010).

Dessa forma, após o conflito civil de 1998-9 maior parte desses elementos permaneceram dentro das estruturas das Forças Armadas sem nenhuma qualificação (VAMAIN, 2010; KOHL, 2014). Conforme Vigh (2006) grande parte dos efetivos desse segmento eram desempregados e não tinham perspectiva de encontrar um emprego, bem como acreditavam que o uniforme

militar os ajuda conseguir meios de sustentar as suas famílias. De acordo com Embaló (2012), a esmagadora maioria deles residem em Bissau.

Ainda em 2009 foram registrados que a maioria vive nas guarnições, porém se recusam a dar entrada na aposentaria. Devido à pressão contínua da parte dos veteranos da guerra colonial foram incluídos dentro das estruturas das Forças Armadas. Por outro lado, é uma instituição que tem se deparado com as contrariedades da fragmentação e de desequilíbrios étnicos dentro da sua estrutura. Um exemplo disso é a etnia Balanta composta por 25% da população, os quais estão na sua maioria nas estruturas de Defesa. Em consequência a isso, essa assimetria étnica tem ocasionado disputas pelo poder entre diferentes classes (EMBALÓ, 2012; UNIOGBIS, 2018b).

O último levantamento feito recentemente apontava em torno de 5.000 soldados. Os países vizinhos como a Guiné e o Senegal contêm números inferiores nessa instituição, pois possuem melhores condições. O primeiro apresenta por volta de 0,75 por mil habitante enquanto o segundo possui em torno de um por mil habitante (UNIOGBIS, 2018b). Esses dados evidencia a dificuldade que a Guiné-Bissau tem tido ao longo dos tempos para reestruturar a sua estrutura de Defesa Nacional para torná-la moderna e com a maior capacidade de defender os interesses estratégicos do país no plano internacional, como também participar nas missões de manutenção da paz no nível global, principalmente, no seu entorno estratégico, onde as práticas de crimes transnacionais tem contribuído para ameaçar a segurança do país.

Em termos de capacidades, as estruturas continuam sofrendo deterioração constante desde o início da independência, o declínio das infraestruturas e a fuga de muitos funcionários capacitados após a guerra civil (ISSAT, 2019). A capacidade de manutenção de grande parte dos equipamentos militares é questionada, a Força Aérea é ineficaz, porque quase não possui aeronaves que possam ser reparadas (DEFENCEWEB, 2019). Segue abaixo um quadro com a lista dos modelos de armamentos:

Figura 3 - Equipamentos Militares das Forças Armadas da Guiné-Bissau

FORÇAS MILITARES	EQUIPAMENTOS
Exército	PT-76 10: T-34 Reconhecimento 10: BRDM 10-2 APC 35-BTR-40/60 18: BTR-152(tipo chinês 56). Artilharia 18: D-30/ M-1938 8: D-44 85 mm, Argamassa 8: 82 mm M-43 8: 120 mm M-1943. Rifle sem recuo M-20 75 mm Lançador de foguetes RPG-7 Knout 73 mm M-20 89 mm Super-bazuca Míssil anti-tanque AT-3 Sagger Arma de defesa aérea 16: ZSU-23-2 23 mm 10: S-60 57 mm 6: M- 1939 37 mm Míssil de defesa aérea AS-7 Grail.
Forças Aérea	Dois aviões de combate: Mig-17(não reparável) e dois Helicópteros de transporte: AS 319 Alouette 31: AS 341 Gazelle.
Marinha	Dois Barcos de patrulha/ ataque (canhão/ míssil/ OPV/ IPV): Classe Alfeite (facilidade de manutenção incerta): dois Lançamentos rápidos da classe Cacine e uma embarcação de patrulha de tipo Peterson: LCM.

Fonte: Kruger; Martin, 2013, adaptado e modificado pelo autor

Assim, o quadro acima pode auxiliar na compreensão sobre o assunto da fragilidade da instituição de defesa e segurança do Estado da Guiné-Bissau e dos problemas estruturais que o país tem enfrentando na sua organização militar. Em consequência a isso, a falta de modernização das Forças Armadas tem limitado o a capacidade do Estado de proteger o seu território de possíveis ameaças externas, em especial, salvaguardar a sua zona econômica exclusiva e combater a prática de pirataria marítima, a qual tem sido comum no seu entorno estratégico. Como resultado, consoante Global Security (2019), os materiais fornecidos pelos soviéticos continuam envelhecendo e partindo, nada veio para substituí-los. As Forças Armadas da Guiné-Bissau tornaram-se, com o tempo, pouco mais que um grupo de homens uniformizados armados com armas leves.

No que tange a formulação da estratégia nacional da Defesa, o Ministério da Defesa Nacional, o Estado-Maior General das Forças Armadas, Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho Superior Militar, Conselho de Chefes do Estado-Maior, Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Vice Chefe de Estado-Maior e os Chefes de todos os ramos, inclusive o Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Força Aérea perante a responsabilidade da Assembleia Nacional Popular, principalmente, do Presidente da República, são os principais encarregados pela criação e efetivação da política nacional da Defesa Nacional (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1996).

Em consequência a isso, após o abandono do sistema socialista de governo para o modelo capitalista de democracia liberal, a Constituição da Guiné-Bissau continua conferindo ao Presidente da República o poder supremo sobre as Forças Armadas. Em outras palavras, ele é

o Chefe-Superior das Forças Armadas, elegendo e destituindo o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas mediante a consulta de todos os Chefes de ramo das Forças Armadas. Já com relação a coordenação, o Estado-Maior das Forças Armadas, tem a obrigação de cuidar dos assuntos estratégico operacional da defesa nacional, em situação de guerra ou de estado de exceção que desempenha também a função de supervisão operacional das Forças Armadas de Segurança, estas sejam utilizadas na sua subordinação.

Devido à fragilidade do Estado também da ausência da governabilidade em consequência de crises políticas e militares, os sucessivos governos não têm conseguido elaborar efetivamente uma estratégia política para identificar às prioridades da Guiné-Bissau no domínio da Defesa Nacional. Durante o período democrático havia uma expectativa sobre a nova forma de atuação das Forças Armadas no processo de consolidação do Estado e das suas instituições administrativas, sobretudo do seu distanciamento nos assuntos de natureza política.

Contudo, a esperança em torno do novo papel das Forças Armadas na Guiné-Bissau democrática teve consequências menos desejadas. Essa estrutura fundamental do Estado não conseguiu se distanciar da esfera do poder político e do seu controle. Segundo Kohl (2014) e Apolinário de Carvalho (2015) essa lógica intervencionista se transformou no principal obstáculo à transformação das Forças Armadas numa entidade republicana. É importante frisar que a maior parte desses antigos guerrilheiros foram abandonados pelo Estado, o qual não concedeu a eles uma condição digna para reformar a construção de moradias públicas, pagamento de pensões de aposentadoria honesta e condizente com a função desempenhada durante o processo da guerra de libertação nacional.

Conforme o Documento Estratégico (2016), apesar dos problemas estruturais de fragilidade nessa corporação militar guineense, as Forças Armadas, principalmente, o exército tem participado nos trabalhos domésticos de amparo aos civis, por exemplo, nos assuntos de caráter humanitário, reestruturações de infraestruturas públicas e controle de desastres naturais. Além disso, uma estrutura da marinha tem participado nos processos da preservação do imenso espaço territorial da Guiné-Bissau, sobretudo a Zona Econômica Exclusiva em parceria com *West Africa Coast Initiative*.

Sendo que a estrutura da Força Aérea, com o objetivo de proteger o espaço aéreo da Guiné-Bissau, tem trabalhado em reciprocidade com os agentes da marinha na busca e salvamento no espaço marítimo do país (DOCUMENTO ESTRATÉGICO, 2016). No que tange o plano internacional, a Guiné-Bissau é membro da ONU que preza uma maior relevância para

os problemas globais de Segurança, a participação nas missões da paz, bem como a resposta dos conflitos, o amparo, a importância e a atuação das Nações Unidas.

Nessa perspectiva, é uma aspiração da Guiné-Bissau e das Forças Armadas a presença em ações humanitárias e tarefas de ajuda a paz favoráveis a segurança, bem como a preservação do sistema internacional (POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL, PROPOSTA, 2017). No que se refere a União Africana, a Guiné-Bissau almeja se envolver nas operações de paz da União Africana que declara ser o alicerce fundamental da sua estratégia de Defesa e Segurança.

Já com relação aos desafios regionais de segurança, como membro pleno de ECOWAS, a Guiné-Bissau se empenha para reestruturar a sua capacidade de Defesa para a atuação nas missões de paz do bloco regional (POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL, PROPOSTA, 2017). Diante desse panorama, em 2003 a Guiné-Bissau participou com 650 soldados nas operações conjuntas de imposição da paz das Nações Unidas, União Africana e Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Libéria.

Contudo, a atual estrutura de Defesa do país se depara com a falta de capacidade materiais e de pessoal qualificado para o cumprimento dos desafios da paz no contexto regional, assim como internacional. Além disso, a Guiné-Bissau tem participado nos encontros regionais de ECOWAS para debater os mecanismos de segurança na região, por exemplo, as ameaças transnacionais. Nesse sentido, em 2010, o então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, General Antônio Injai, participou na sessão 28ª de trabalho de Comitê de Chefes de Defesa da ECOWAS para analisar a situação política e de segurança no país (UNIOGBIS, 2010).

No que tange a atuação da Guiné-Bissau junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os oficiais das Forças Armadas do país têm participado nas operações da organização. Em 2004, a Guiné-Bissau enviou vinte e um efetivos Chefes das Forças Armadas para participar na quinta edição do evento na província de Bengo, Angola (AGÊNCIA ANGOLA PRESS, 2004). Conforme já dito, devido à fragilidade do Estado e a falta de uma política econômica sustentável, as classes militarizadas guineense tem feito do crime organizado um mecanismo de sobrevivência.

Segundo Vamain (2010) e Embaló (2012), o envolvimento na prática de crime organizado fizeram das Forças Armadas uma das principais ameaças para a sociedade e o Estado de direito democrático no país. Assim, no próximo capítulo será retomado o assunto com mais detalhes. Em resumo, ao longo do desenvolvimento da subseção buscou evidenciar que a atual estrutura

de Defesa da Guiné-Bissau é a consequência da guerra colonial travada contra o regime colonial.

Dessa maneira, é uma estrutura que ainda continua sendo dominada pelos antigos combatentes e soldados com pouca formação superior na área. Entretanto, durante o período democrático as lideranças políticas do país não têm conseguido transformar as estruturas de Defesa numa verdadeira instituição republicana com a capacidade de defender o país das ameaças externas. Com isso, por consequência as Forças Armadas têm sido em parte, um dos importantes fatores das ameaças do governo e da estabilidade política duradoura na Guiné-Bissau. Portanto, na próxima seção será discutida a dinâmica de Segurança Nacional da Guiné-Bissau após a Guerra-Fria.

5 DINÂMICA DE SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU APÓS O PERÍODO DA GUERRA-FRIA

O presente capítulo estuda as respostas de Guiné-Bissau à agenda securitária das chamadas novas ameaças. Dessa forma, objetiva analisar a política de combate ao tráfico de drogas⁷, ao tráfico humano, ao tráfico de armas, à pirataria marítima e à cibercrimes. Por fim, far-se-á uma análise sobre o processo da reforma no setor de Defesa e Segurança na Guiné-Bissau.

5.1 POLÍTICA DE COMBATE AO TRÁFICO DE DROGA

A subseção procura analisar a política de combate ao tráfico de droga na Guiné-Bissau. Conforme Madeira, Laurent e Roque (2011), o tráfico de droga começou a ser um problema agudo a partir de 2005. Entretanto, não quer dizer que é um fenômeno novo no país. Assim, semelhante a outros lugares do globo, o tráfico de drogas é uma antiga atividade econômica na África Ocidental⁸.

Conforme Wacd (2019), vários países viveram experiências semelhantes em diferentes fases do seu caminho de desenvolvimento institucional, como regiões da Europa, Américas, Ásia e o Caribe. De acordo com Andrés (2008), o problema do tráfico de drogas na África Ocidental tem sido uma das principais causas da insegurança que afeta o processo de construção do Estado na região. Diante disso, segundo Clapham (2000), Bayart (1999) e Englebert (2013) *at al*, as consequências das políticas de Ajustamento Estrutural imposta pelo BM e FMI orientaram ainda mais a elite político-militar para uma dependência dos fluxos dos recursos não domésticos.

Em consequência disso, verifica a contribuição para a fragilidade política da Guiné-Bissau. Com isso, ao longo do tempo propiciou o aparecimento de uma série de redes de crimes transnacionais e internacionais nomeadas por narcotraficantes de América Latina (KOHNER, 2010; UNODC, 2014; MASSEY, 2016; WORLD BANK GROUP, 2018). Em 2008, o Escritório

⁷ Nessa tese, o tráfico de droga refere-se especialmente a comercialização de cocaína.

⁸ A África não é produtora de drogas e era tradicionalmente apenas uma rota de tráfico muito marginal. Entre 1998 e 2003, os Estados Africanos fazem apreensões em média em algo como 0,6 toneladas de drogas, uma proporção insignificante para a escala global. Desde 2004, no entanto, quando os traficantes latino-americanos começaram enviar as drogas para Europa via África, a situação de tráfico inverteu drasticamente (MADEIRA; LAURENT; ROQUE; 2011).

das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) salienta que o impacto do tráfico internacional de droga na Guiné-Bissau se tornou cada vez mais visível (MASSEY, 2016).

Sendo por esse motivo a dificuldade de introduzir as drogas no continente Europeu, principalmente, na Espanha via Marrocos. Nesse caso, desde que o território da Guiné-Bissau foi transformado numa das principais rotas de tráfico internacional de drogas, as lideranças políticas não foram capazes de elaborar e implementar uma política nacional específica de combate ao tráfico de drogas. Dessa forma, na Guiné-Bissau os criminosos têm intensificado as suas práticas ilícitas, por causa da sua fragilidade institucional, das fronteiras porosas e da capacidade limitada de combater os crimes transnacionais organizados (BORDANARO, 2006; KOHNERT, 2010; UNODC, 2011a; UNODC, 2014; ELLIS, O'REGAN, 2014; SAW, 2015 2009; GBERIE, 2016; MALLINDER, 2018).

Contudo, é importante realçar que essa operação de levar os produtos narcóticos para o continente Europeu e para outra parte do mundo não se limita apenas ao espaço territorial da Guiné-Bissau. Consoante O'brien (1991), Kacowicz (1998), N'diaye (2007), Valsecchi (2011) e Siradag *et al.* (2014) esse é um assunto transversal quase a todos os Estados da África Ocidental devido aos problemas estruturais da fragilidade institucional. Sendo por essa razão que os grupos criminosos têm procurado se beneficiar dessa vulnerabilidade para cometerem os crimes.

Com isso, em busca de uma resposta efetiva para reprimir a criminalidade no país, em 2005 uma delegação da Guiné-Bissau participou da Mesa Redonda para África sobre Crime e Drogas em Abuja, Nigéria, com a finalidade de traçar uma estratégia conjunta de combate aos crimes transnacionais (GUARDIAN, 2016). Ainda conforme *The Guardian* (2016), no ano seguinte a Guiné-Bissau participou no novo Workshop regional sobre a elaboração das respostas aos comitês dos Estados Unidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o combate à criminalidade na África Ocidental, em Dakar, Senegal (UNODC, 2011b; MADEIRA; LAURENT; ROQUE; 2011; MALLINDER, 2018).

Diante disso, para reprimir as ações dos traficantes, foi identificado pistas de aviões clandestinas no território da Guiné-Bissau por vários órgãos de fiscalização nacional. Já em resposta às ações dos criminosos, o Estado guineense ordenou o estacionamento de um contingente de artilharia antiaérea no arquipélago de Bijagós que se localiza a 50 km da sua costa (UNODC, 2011b). Assim, em 2009, o Secretário Geral das Nações Unidas fez o apelo à Comunidade Internacional no sentido de apoiar os Estados membros da região no combate aos crimes transnacionais vinculados as drogas.

Dessa maneira, salienta a importância crítica do fortalecimento da capacidade dos Estados da sub-região e mobilização dos recursos para ajudar os países a confrontarem às ameaças nos contextos domésticos e transnacionais (UNODC, 2018). Diante desse problema, a ECOWAS estabeleceu um plano regional de combate ao crime organizado na região. O programa objetiva ajudar os Estados a reforçar as capacidades das instâncias de aplicação da lei, fortificar as instituições políticas e auxiliar nas operações conjunta de inteligência no sentido de reprimir o tráfico de drogas em toda África Ocidental.

Nesse sentido, a ECOWAS ficou responsável pelo recrutamento dos funcionários e por arcar com as despesas financeira, ao passo que a UNODC se responsabilizou pela formação técnica dos profissionais de segurança (UNODC, 2018). Além disso, o Estado guineense adotou o plano sub-regional sobre o tráfico de drogas e o crime organizado durante a Cimeira da Praia em 2008. Ainda nesse ano, o estado guineense participou desse mesmo encontro realizado na capital da Nigéria, Abuja (MADEIRA; LAURENT; ROQUE; 2011).

Entretanto, corroborando O'brien (1991), Kacowicz (1998), N'diaye (2007), Valsecchi (2011) e Siradag (2014) *et al.*, a tentativa de incrementar as estratégias acima referidas continua apresentando um resultado limitado devido a fraca capacidade institucional do Estado, sobretudo o constante ambiente de insegurança e ausência de governação no contexto interno.

Apesar disso, o governo da Guiné-Bissau em parceria com a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), UNODC, o Departamento de Manutenção da Paz das Nações Unidas no país (UNIOGBIS) e o Departamento de Assuntos Políticos da Secretária, bem como do Escritório da ONU para a África Ocidental lançaram um programa em conjunto para construir parcerias nacionais e regionais, assim como capacitar a aplicação da lei nas áreas de interdição de drogas, forense, inteligência, gestão de fronteiras, lavagem de dinheiro e justiça criminal (MADEIRA; LAURENT; ROQUE; 2011).

Todavia, essas iniciativas continuam ainda sendo arquitetadas no contexto discursivo. Já com relação à praticabilidade as ações permanecem sem grandes alterações. Em consequência disso, concordando com O'brien (1991), Kacowicz (1998), N'diaye (2007), Valsecchi (2011) e Siradag *et al.* (2014) a Guiné-Bissau como vários Estados da região continuam a sofrer com as práticas de crimes transnacionais, especialmente, o tráfico internacional de drogas.

Conforme Mallinder (2019), os casos da Guiné-Bissau são provavelmente um indicador do desenvolvimento mais amplo na economia política de drogas na África Ocidental. Em outras palavras, pode ser descrito como o conjunto de transações realizadas ao longo do tempo por um

grupo de elite frequentemente competidores com a finalidade de assegurar a facilitação, a sustentabilidade e a segurança de um conjunto de atividade ilícitas (KOHNER, 2010).

Na verdade, o objetivo de alguns grupos políticos-militares envolvidos com o comércio internacional de drogas era continuar controlando as movimentações de recursos provenientes de tráfico a partir do qual eles e os seus cooperantes conseguem obter os ganhos econômicos. Ainda de acordo com Mallinder (2019), essa relação nunca foi estática: era uma rede de proteção que evoluiu ao longo do tempo, dependendo da necessidade e do desdobramento política na Guiné-Bissau.

Essa rede de proteção se dá através de uma aliança entre os empresários, os quais funcionavam como um canal de ligação entre os traficantes e certas lideranças políticos-militares. Eles compram o apoio político e militar em vários conflitos dentro dessas classes, sendo essa a causa dos recursos econômicos para fornecer os apoios aos traficantes (MALLINDER, 2019). No entanto, Mallinder (2019) reconhecem que a participação das Forças Armadas no comércio de narcóticos ocorreu relativamente tarde.

Em consequência disso, esse envolvimento no tráfico internacional de drogas tem desviado essa estrutura integrante do Estado da sua função de defender o país das ameaças externas que passou a representar uma ameaça a sociedade como um todo e a ruinar a credibilidade dessa instituição de Defesa Nacional (REUTERS, 2012; HORTA, 2019). Conforme Madeira, Laurent e Roque (2011), os piores efeitos colaterais do tráfico de drogas são a sua relação com os líderes políticos ou oficiais militares para desacreditar seus adversários, resultando em acusações recíprocas de envolvimento na comercialização das drogas.

Em consequência a esse fato verifica a exacerbação das tensões sociopolíticas e o descrédito dos dirigentes. Com isso, o tráfico de drogas nos mercados nacionais é uma atividade criminosa que poderia desempenhar, futuramente, um papel importante como o de minar a estabilidade do Estado da Guiné-Bissau e da região como um todo (MADEIRA; LAURENT; ROQUE; 2011; UNODC, 2019a). De acordo com Madeira, Laurent e Roque (2011), as drogas apreendidas pelos policiais têm sido confiscadas por certos grupos das Forças Armadas e logo após a apreensão desaparecem sem explicação prévia.

Além disso, vários oficiais militares e cidadãos estrangeiros presos por participação no tráfico de drogas têm sido libertados sem se apresentarem à justiça. Diante dessa situação, muitos funcionários públicos, principalmente, os vinculados ao Ministério de Interior, Polícia Judiciária, Procuradoria Geral da República e da Justiça têm recebido ameaças de morte devido

à ligação deles com suas investigações sobre apreensões de drogas (MADEIRA; LAURENT; ROQUE; 2011). As Forças Armadas da Guiné-Bissau continuam a manter o controle militar sobre o poder civil.

Em consequência disso, esse vínculo tem permitido a essa instituição estabelecer o relacionamento com os grupos criminosos denominados narcotraficantes. Nesse sentido, segundo Saw (2015), o golpe militar de 2010 teve implicações importantes para o tráfico de drogas na Guiné-Bissau. Assim, em 2010 os Estados Unidos, a União Europeia e as Organizações Internacionais, como o UNODC e a INTERPOL haviam concluído que a quantidade de cocaína traficada pela Guiné-Bissau estava aumentando vertiginosamente (MASSEY, 2016).

Além disso como mencionado, o golpe militar levou ao desengajamento dos parceiros externos no país. De acordo com Saw (2015), a retirada foi um erro, pois reduziu ainda mais a supervisão externa sobre as ações dos militares. Assim, a Bissau se tornou um lugar de envolvimento aberto com os traficantes de drogas e das exibições de riquezas ostentosas. Com isso, durante 2011 foram presos cerca de 34.000 kg de cocaína, 22.000 kg de maconha e 58 traficantes foram apresentados para a justiça de Bissau com base no relatório da UNODC (MADEIRA; LAURENT; ROQUE; 2011).

Durante esse período, o dinheiro do tráfico de drogas parece ter se infiltrado em grande parte pela elite dirigente de Bissau, incluindo várias chefias das estruturas das Forças Armadas que controlam o negócio ilícito (MALLINDER; 2019). Em consequência disso, conforme Clapham (1985), Chabal e Daloz (1999) e Bayart (1999), as autoridades da Guiné-Bissau começaram a sofrer pressão crescente da comunidade internacional, incluindo das Nações Unidas e da União Europeia. Elas obrigaram o governo guineense a implementar uma estratégia para ajudar no combate aos crimes.

Dessa forma, o executivo da Guiné-Bissau declarou publicamente um programa de luta contra o tráfico de drogas no país para responder a imposição externa. Sendo que em junho de 2011, o Primeiro-Ministro chamado Carlos Gomes Jr. chegou a assinar uma declaração para lutar contra o tráfico de drogas e o crime organizado, embora persistia a dúvida sobre a capacidade do Estado para implementar o plano anunciado (SAW, 2015).

Entretanto, apesar da aplicação das medidas mais duras para combater a criminalidade no país, como já foi dito anteriormente, de acordo com O'Brien (1991), Kacowicz (1998), Bayart (1999), Clapham (2000), Reno (2004), N'diaye (2007), Valsecchi (2011), Englebert (2013) e Siradag *et al.* (2014), por motivo da capacidade limitada do Estado, sobretudo das

estruturas de Defesa e Segurança do país, a Guiné-Bissau continua a deparar com enormes problemas para radicar à prática da comercialização de narcóticos no seu território nacional, principalmente, o uso do dinheiro do tráfico de drogas para os fins políticos. Em consequência a isso, devido ao golpe militar de 2012, o programa anunciado pelo o executivo de Gomes não chegou a ser efetivado.

Como resultado, o Estado da Guiné-Bissau continua sem ter uma política nacional específica de combate ao tráfico internacional de drogas. Diante disso, para suprimir a ausência da uma estratégia de luta contra drogas e reforçar a capacidade de enfrentamento ao crime organizado, segundo Global Initiative (2018), a Guiné-Bissau tem recorrido ao apoio da Unidade Transnacional de Crime no país instituída por órgãos da ONU e pela Interpol para enfrentar o tráfico internacional no seu espaço territorial. Isso ocorre, por causa do problema histórico da fragilidade estrutural, principalmente, das instituições repressivas do Estado.

De acordo com Wacd (2019), o dinheiro das drogas tem sido utilizado para financiar a campanha eleitoral de vários partidos políticos na Guiné-Bissau. Os traficantes se conectam facilmente com as pessoas influentes e são capazes de estabelecer, bem como de operar em redes informais. Dessa maneira, permite a prática dos crimes e evita a detenção dos infratores pelos agentes de segurança pública (WACD, 2019). Após o golpe de Estado de abril de 2012, o tráfico de drogas teria se tornado a principal atividade econômica de várias elites militar do país.

As Nações Unidas relatam que as aeronaves pequenas carregadas de drogas aterrissam em Bissau depois de seis meses após o golpe, sendo vinte e seis delas pertencentes aos altos oficiais das Forças Armadas do país colocados na lista dos chefes das drogas do Tesouro dos Estados Unidos (WACD, 2019) É importante lembrar que a motivação do golpe de 2012 estava, em parte, relacionada com o controle efetivo sobre o tráfico de drogas e dos recursos financeiros resultantes dessa prática ilícita.

Consoante Mallinder (2018), o tráfico de drogas aumentou substancialmente na sequência do golpe. Assim, vários efetivos das Forças Armadas têm utilizado uma pista de pouso secreta para traficar as drogas no país. A comercialização de narcóticos era um fluxo significativo de fundos, sem o qual as redes de patronagem dentro da elite militar poderiam não ser efetivamente mantidas. Os militares exerceram todas outras formas de oposição ou parceria, tornando-se protetores e traficantes (SAW, 2015).

Em 2013, o ex-chefe da Marinha guineense Bubo Na Tchuto ⁹foi detido em uma operação secreta da Agência Antidrogas dos Estados Unidos (DEA). Conforme Mallinder (2018) e Nossiter (2019), agentes dos Estados Unidos se apresentaram como membros do grupo rebelde colombiano FARC para negociar drogas com as lideranças militares da Guiné-Bissau e capturá-los em seguida. No decorrer do processo negocial Na Tchuto reclamava receber US\$ 1 milhão ¹⁰ por tonelada de cocaína introduzida no país. As drogas seriam armazenadas em esconderijo subterrâneo (MALLINDER, 2018; NOSSITER, 2019).

Além disso, com base em Nossiter (2010) durante o encontro entre o Na Tchuto e os traficantes colombianos as duas partes concordaram em trocar várias quantidades de drogas com os armamentos pesados de guerra. O objetivo da FARC era a compra de armas, incluindo mísseis para abater os helicópteros americanos na Colômbia. Além disso, durante a operação de captura de Bubo Na Tchuto não havia qualquer cooperação entre os agentes de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau com a equipe dos Estados Unidos (NOSSITER, 2010). Conforme Massey (2016), os Estados Unidos alegavam que a Guiné-Bissau apresentava uma série de ameaças transnacionais.

Essas ameaças transnacionais não estavam ligadas apenas ao tráfico de drogas, mas também eram o resultado das atividades relacionadas ao contrabando de armas, à venda ilícita de madeira, ao tráfico de seres humanos e ao financiamento do terrorismo. No entanto, há poucas evidências que liga o dinheiro do tráfico de drogas com o financiamento das redes do terrorismo na Guiné-Bissau. Assim, como já foi frisado anteriormente, o país não tem registrado nenhuma incidência relacionada com os ataques terroristas no seu território, apesar do risco.

Contudo, devido aos problemas estruturais acima supracitados ligados à fraqueza das instituições de Defesa e Segurança, o território da Guiné-Bissau continua sendo usado para o comércio internacional de drogas, apesar dessa interferência dos Estados Unidos. Após esse período, várias autoridades guineenses têm sido acusadas pela comunidade internacional de participação na comercialização de narcóticos. Segundo *The Guardian* (2019), as evidências têm mostrado que grande quantidade das drogas ainda continua chegando no território da Guiné-Bissau após 2013 e sempre que uma crise política acontece os problemas aumentam.

⁹ O então Chefe da Marina guineense é combatente da guerra de libertação da Guiné-Bissau contra o regime colonial português nas décadas de 1960-1970, com a qual ingressou aos 14 anos- foi preso por agentes norte-americanos no alto mar da África Ocidental em 2 de abril, juntamente com vários outros suspeitos de tráfico (NOSSITER, 2010).

¹⁰ Em 2013, o então Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon estimava que o valor de tráfico internacional de drogas que passava na região para a Europa e outros lugares do mundo correspondia US\$ 1,5 bilhão, mais do que o orçamento geral de alguns Estados na África Ocidental (GBERIE, 2016).

De acordo com O'Regan Thompson (2013), as aeronaves suspeitas continuam chegando à Guiné-Bissau após a prisão de NaTchuto. Com base nisso, recentemente, o executivo da Guiné-Bissau apreendeu 789 kg de cocaína como resultado da operação *Carapau*¹¹ liderada pela Unidade Transnacional do Crime (TCU) e pela Polícia Judiciária da Guiné-Bissau.

Conforme o relatório de UNODC (2019), o governo da Guiné-Bissau mostrou compromisso e liderança na condução bem-sucedida desta operação, bem como na aceleração da incineração das drogas apreendidas que ocorreu na presença do Primeiro-Ministro, do Ministro do Interior, do Diretor Geral da Polícia Judiciária, do Gabinete Integrado de Construção da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau, do Coordenador Residente da ONU, da UNODC e dos representantes diplomáticos de vários países.

Dessa maneira, uma equipe da Interpol enviada à Guiné-Bissau ajudou as autoridades guineenses a investigar uma das maiores apreensões de drogas no país. Os suspeitos são originários da Colômbia, Guiné-Bissau e Mali. A equipe também teve a participação da Polícia Federal do Brasil e da Polícia Nacional da Colômbia (INTERPOL, 2019). Sendo que durante 2014-2015 foram presos quinze cidadãos guineenses e estrangeiros por tráfico de drogas, tendo 13,5 kg de cocaína interceptados (THE GUARDIAN, 2016).

Já com relação à procura doméstica, de acordo com Massey (2016), o consumo interno tem aumentado significativamente, tendo evidências de que a dependência de drogas está se tornando um problema nos arredores de Bissau. Esse fato se verifica, porque alguns cidadãos, principalmente, as classes jovens se tornam viciados em pedra forte e barata, ou seja, uma versão do crack. Em suma, constata que a fragilidade institucional do Estado da Guiné-Bissau continua sendo um dos principais desafios no combate ao crime organizado no país, principalmente, o tráfico internacional de drogas.

Dessa maneira, os traficantes de drogas têm se beneficiado da incapacidade da estrutura de Defesa e Segurança para praticarem os crimes no país. Por outro lado, verifica que o dinheiro da comercialização de narcóticos tem sido utilizado na ação dos criminosos com a finalidade de corromper os funcionários burocráticos do Estado, como alguns oficiais militares e policiais. Contudo, a Guiné-Bissau tem tido uma atuação importante no combate ao crime organizado, como o tráfico de drogas no seu território.

¹¹ A droga foi encontrada no fundo falso de um caminhão carregado com peixe congelado conhecido como *Carapau* (UNODC, 2019).

5.2 POLÍTICA DE COMBATE AO TRÁFICO HUMANO

Nessa subseção realiza uma análise da política de combate ao tráfico humano¹² na Guiné-Bissau. De acordo com Niass (2003), na África Ocidental as atividades relacionadas ao tráfico humano, especialmente, de crianças têm crescido muito. De acordo com a Interpol, 216 crianças foram vítimas recentemente de tráfico na África Ocidental (INTER PRESS SERVICE, 2019).

Com base nisso, vários fatores têm contribuído para o aumento desse negócio criminoso, inclusive a pobreza e a vulnerabilidade interna dos Estados têm estimulado à prática do tráfico humano na África Ocidental. Por outro lado, os conflitos armados na região têm sido a causa do deslocamento forçado de milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida (NIASS, 2003). Entretanto, segundo Einarsdóttir, Geirsson, Gunnlaugsson (2010), o tráfico humano é reconhecido como uma prática mundial.

Esse fato é referido com frequência como uma forma de escravidão moderna e tem atraído atenção entre o público em geral, a mídia, as ONGs e os governos. A África, em particular, a África Ocidental não é exceção. Sendo que no contexto regional um grande número de adolescentes e de crianças tem migrado para outras regiões em busca de uma vida melhor. No caso da Guiné-Bissau ocorre por causa de ciclos de violência político-militar, os quais têm marcado a dinâmica política do país. Assim, como resultado se contribui para minar a estrutura de segurança, pois tem gerado um clima de insegurança doméstica e expansão de criminalidade, principalmente, o tráfico de pessoas.

Segundo O'brien (1991), Kacowicz (1998), Bayart (1999), Clapham (2000), Reno (2004), N'diaye (2007), Valsecchi (2011), Englebort (2013) e Siradag *et al.* (2014), as lideranças políticas da Guiné-Bissau não conseguiram estabelecer uma estratégia nacional de Defesa e Segurança para combater os crimes de tráfico humano, por causa da fragilidade do Estado, bem como da fraca governabilidade do país.

De acordo com o relatório de Human Rights (2010), desde a independência política em 1974 até os anos de 2010, a Guiné-Bissau não tinha nenhuma legislação específica contra o tráfico humano. De acordo com Niass (2003), essa ação criminosa tem afetado os seguintes grupos: crianças, mulheres e migrantes que são obrigados a deixar o país em busca de

¹² Conforme Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, o tráfico humano é definido como: o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio da ameaça ou uso de força ou outros meios de coação, de rapto, de fraude, de decepção, de abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração. (ANDRÉS, 2008)

sobrevivência nos países vizinhos. Nesse caso, várias crianças têm frequentado escolas corânicas lideradas por professores religiosos conhecidos como marabus e muitos mestres forçam as crianças a fazerem o trabalho escravo, assim como se prostituir nas ruas do Senegal (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Contudo, há evidências de que um número considerável de crianças da Guiné-Bissau vive nas ruas de Dakar e outras grandes cidades no Senegal. Elas vivem em condições vulneráveis. Além disso, sua saúde física e psicológica, assim como o bem-estar permanecem em risco. Dessa maneira, elas nas ruas ficam expostas à criminalidade, abuso sexual, maus-tratos e doenças infecciosas (EINARSDÓTTIR; GEIRSSON; GUNNLAUGSSON, 2010).

De acordo com Einarsdóttir, Geirsson e Gunnlaugsson (2010), a prática de enviar crianças para Senegal e a Gâmbia para educação religiosa é baseada nos valores religiosos, culturais, assim como fatores históricos. Além do mais, outro determinante importante está relacionado com o precário sistema educacional no país. Ainda no que tange a prostituição, as redes senegalesas de tráfico têm recrutados crianças da Guiné-Bissau com a promessa de serem modelos ou jogadores de futebol, mas acabam sendo sujeitadas ao tráfico sexual.

Na maioria dos casos, os cidadãos franceses e donos de estabelecimento de hospedagem na Guiné-Bissau, especialmente, nas ilhas dos Bijagós usam intermediários locais para explorar as vítimas. Os proprietários dos hotéis oferecem empregos e apoio à comunidade local, exercendo influência e assim impedindo as vítimas de denunciar os casos para as autoridades da Guiné-Bissau (REFWORLD, 2018; US DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Ainda de acordo com Einarsdóttir, Geirsson e Gunnlaugsson (2010), durante 2006 as autoridades policiais da Guiné-Bissau conseguiram resgatar mais de 200 crianças na sua fronteira com o Senegal, as vítimas estavam sendo levadas em decorrência do tráfico humano para o país vizinho. Os criminosos tentaram contornar os postos de controle fronteiriços com os adolescentes para o Senegal. As crianças presas tinham entre 12 e 16 anos de idade. Diante desses acontecimentos, a Guiné-Bissau instituiu a primeira lei sobre o tráfico humano chamada Lei Pública 12/2011 que criminalizava o tráfico humano e sexual.

Essa lei prescreve penas de três a quinze anos de prisão, bem como o confisco de qualquer produto do crime. Todavia, devido à capacidade limitada do Estado em implementar efetivamente as normas, os problemas têm persistido e o Estado guineense tem tido enormes dificuldades para eliminar essa atividade criminosa no seu espaço territorial. Segundo U.S. Department of State (2017) e Ecoi.Net (2019), a Guiné-Bissau não tem cumprido totalmente as

normas mínimas para erradicar o tráfico de pessoas, assim como não tem evitado esforços significativos para o fazer.

No entanto, isso tem ocorrido, apesar da Guiné-Bissau ter promulgado uma lei anti-tráfico e adotar um plano de ação nacional em 2011. É oportuno lembrar que a lei por si só não é uma condição suficiente para combater o tráfico humano no plano doméstico e regional. Dessa maneira, os dispositivos regimentais necessitam serem acompanhados de políticas públicas eficientes, principalmente, de redução de pobreza extrema e fortalecimento das estruturas de Defesa e Segurança para oferecer amparo aos cidadãos nos Estados.

Em consequência disso, como já foi referido, por causa da debilidade institucional segundo Clapham (1985), Chabal e Daloz (1999), Bayart *et al.* (1999), o Estado da Guiné-Bissau não tem conseguido desenvolver uma política nacional de Defesa e Segurança para oferecer proteção adequada às vítimas de tráfico. Dessa maneira, o Estado da Guiné-Bissau não tem realizado as atividades de prevenção nem implementou seu plano de ação nacional em 2015 para combater o tráfico humano no seu território.

Além disso, o governo da Guiné-Bissau não tem fornecido treinamento especializado para os agentes de segurança e do judiciário na investigação, sendo que no julgamento de crimes de tráfico humano algumas autoridades policiais e judiciais continuam desconhecendo a lei de combate ao tráfico de pessoas instituído em 2011 (U.S. Department of State, 2017). Ademais, a estrutura de segurança da Guiné-Bissau continua a deparar com a falta de condições para investigar os casos de tráfico humano fora da capital Bissau (2015).

Além disso, alguns efetivos de segurança pública e guardas de fronteiras têm sido subornados pelos traficantes de crianças, bem como as autoridades guineenses teriam encerrado investigações para proteger os criminosos. Já durante 2011, o governo da Guiné-Bissau investigou vinte e dois casos de tráfico humano, mas não processou ou condenou nenhum suspeito por delitos. Além do mais, nenhum funcionário envolvido com o contrabando de crianças foi julgado.

No entanto, a corrupção e a cumplicidade de certos agentes de segurança no crime continuam a preocupar, inibindo as ações dos efetivos de segurança nacional no combate ao tráfico humano (REFWORLD, 2018; US DEPARTMENT OF STATE, 2017). Entretanto, devido à capacidade limitada da estrutura de Segurança, a Guiné-Bissau tem feito bastante esforço no sentido de encontrar parceria importante para melhorar a sua política de luta contra o tráfico humano. O Estado guineense tem recorrido aos serviços das ONGs para atender as demandas das vítimas de tráfico humano.

Dessa maneira, recentemente, o executivo da Guiné-Bissau contribuiu com US\$ 8.890 mil para os custos dessas instituições que cuidavam de 156 crianças vítimas de trabalho forçado no Senegal (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017). Além disso, o governo se juntou a ONGs com o intuito de aumentar a conscientização sobre os riscos da pedofilia, do trabalho forçado entre comunidades transfronteiriças e do tráfico sexual infantil na indústria do turismo.

Nesse sentido, o país foi atualizado para o nível dois da lista de observação sobre o combate ao tráfico humano no mundo. Essas conquistas incluíram também o empenho que as autoridades guineenses têm feito para combater o tráfico humano no seu espaço territorial durante 2015. Durante esse período, a polícia judiciária iniciou uma investigação sobre o trabalho infantil, a qual não conseguiu terminar o caso. Ainda no mesmo ano, os agentes de segurança em colaboração com as ONGs interceptaram vinte e duas crianças na fronteira entre a Guiné-Bissau e Senegal. No decurso da operação, a polícia não conseguiu efetuar a prisão dos criminosos (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Dessa forma, segundo O'brien (1991), Kacowicz (1998), N'diaye (2007), Valsecchi (2011) e Siradag *et al.* (2014), a ECOWAS tem diligenciado esforços no sentido de reforçar a capacidade dos Estados para combater o fenômeno do tráfico humano na região através da criação do Plano de Ação de 2002-2003, as quais posteriormente foram seguidas por outras estratégias, como o Plano de Ação de 2008-2011. Isso ocorreu por causa dos problemas estruturais da fragilidade dos Estados na África Ocidental, principalmente, a falta de uma política regional eficaz de combate ao tráfico humano.

O Plano de ação de 2002-2003 foi oficialmente aprovado na 35ª Cimeira Ordinária da ECOWAS dos Chefes de Estado e de Governo, juntamente com uma declaração política sobre o compromisso de combate ao tráfico humano na região (NIASS, 2003; UNODC, 2014; SOUR, 2015). No caso específico da Guiné-Bissau, as autoridades guineenses têm procurado parceria estratégica com a ECOWAS e alguns parceiros internacionais para suprimir essa atividade criminosa a nível nacional devido à deficiência do sistema de Defesa e Segurança para reprimir o crime organizado no país, principalmente, o tráfico de seres humanos.

Consoante Niass (2003) e Sour (2015), a cooperação bilateral e multilateral continua sendo imprescindível para inibir o tráfico humano na África Ocidental. Diante disso, a Guiné-Bissau recorreu ao apoio da Organização Internacional para Migrações (OIM) para reforçar a sua capacidade de combate ao tráfico humano. Nesse sentido, a OIM concedeu o apoio em equipamentos e forneceu especialistas em matéria de segurança com o objetivo de oferecer o

treinamento aos agentes de Segurança, ajudar o poder judiciário na elaboração das leis, bem como em procedimentos contra o tráfico humano de forma geral.

Por outro lado, o Estado da Guiné-Bissau concedeu as instalações para o treinamento dos Policiais, Juízes e vários responsáveis do Governo e da Sociedade Civil (ECOINET 2019). Assim, recentemente, o então executivo da Guiné-Bissau elaborou novas emendas para reforçar o combate ao tráfico humano, empenhando-se em harmonizar os documentos normativos nacionais com as leis internacionais relativas ao assunto. Todavia, devido a constante situação de insegurança e a falta de continuidade do governo, o documento permanece sem grande avanço no contexto da elaboração e da aplicação da lei (ECOINET, 2019).

Além do mais, ultimamente, devido à preocupação com o assunto sobre o tráfico humano no país e da fragilidade da instituição de Defesa e Segurança, o então Presidente da República, José Mario Vaz, fez o pedido à Comunidade Internacional no sentido de ajudar o país a reforçar a sua capacidade de repressão as atividades criminosas no território nacional (ECOINET 2019). Portanto, percebe que o maior problema do tráfico humano na Guiné-Bissau está relacionado com a capacidade limitada das instituições de Defesa e Segurança pública em proteger o país e os cidadãos das ameaças, especialmente, transnacional. Com isso, o Estado guineense tem tido enormes dificuldades em aplicar efetivamente a lei de combate ao tráfico humano no seu território.

5.3 POLÍTICA DE COMBATE AO TRÁFICO DE ARMAS

A subseção busca explicar a política de combate ao tráfico de armas¹³ na Guiné-Bissau. Segundo Andrés (2008), é uma atividade antiga na África Ocidental que existia desde os primórdios da década de 1970. Assim, inicialmente, eles se manifestaram sob a forma de indivíduos ou grupos. Essas operações acabaram assumindo proporções preocupantes quando começaram a colocar em causa a segurança dos cidadãos e dos Estados.

Dessa forma, reforça a parte teórica da tese. Segundo Kacowicz *et al.* (1998), a África Ocidental, é uma das regiões mais instáveis do continente e do mundo. O aumento da proliferação das armas ligeiras e de pequeno calibre na região aprofunda a tendência das pessoas a recorrerem à violência como meio de resolução de litígios (GIABA,2013). Diante disso, a

¹³ O tráfico ilegal de armas de fogo gera vastas somas de dinheiro direta e indiretamente com os números anual estimado de US\$ 53 milhos. Esse comércio inflige custos humanos imensuráveis em todo o mundo (ANDRÉS, 2008; GIABA, 2013).

proliferação¹⁴ de armas intensifica o potencial de violência e conflitos violentos na sub-região, por extensão ameaça retardar o processo de desenvolvimento, causa a destruição humana e física em grande escala, graves infrações aos direitos humanos e uma atmosfera crônica de insegurança na África Ocidental (ANDRÉS, 2008; GIABA, 2013).

De acordo com O'Brien (1991), Kacowicz (1998), N'diaye (2007), Andrés (2008), Valsecchi (2011) e Siradag *et al.* (2014), as causas do comércio ilícito de armas de pequenos portes são de vários fatores, abrangendo as fronteiras porosas entre os Estados da região e a existência de grandes extensões do território não governado ou não monitorizado. Esses desafios são compostos pela fraca capacidade dos Estados em aplicar a lei e pelas transações econômicas que permitem a fácil movimentação de dinheiro nas fronteiras da África Ocidental.

No caso da Guiné-Bissau, a consequência da guerra civil de 1998-1999 foi o aumento da comercialização de armas pequenas para as atividades criminosas. Segundo Saw (2015), a própria guerra civil tinha relação com o tráfico de armas, porque as classes dirigentes usaram a oportunidade de que tinham no momento para vender os armamentos para o grupo separatista de Casamance e suprir a falta de financiamento externo. Vale ressaltar que nesse momento o país se encontrava economicamente vulnerável.

As lideranças políticos-militares necessitavam de dinheiro para atender os seus desejos pessoais e viram no tráfico de armamentos uma das formas de garantir a sobrevivência e proteger a rede de clientelismo que dominava o aparelho do Estado durante esse período no país. Em consequência disso, o comércio ilegal de armas de pequeno porte tem afetado fortemente a política de segurança pública da Guiné-Bissau. Além disso, tem aumentado a onda de assalto a mão armada no território nacional. Com isso, a taxa estimada de posse de armas ilícitas para cada cem pessoas na Guiné-Bissau é de 1,62 em 2007.

Ainda segundo Lpers e Marcus (2019), os dados de armas ilícitas detidas em 2007 são de 25.000. A maior parte das armas de pequeno porte traficadas no país são eventualmente usadas por combatentes de liberdade da pátria durante a guerra colonial contra o regime português. Como já foi referido, a grande parte desses armamentos foram conseguidos através do apoio externo que a Guiné-Bissau recebia durante o contexto da Guerra Fria.

Além disso, conforme Lpers e Marcus (2019), os dados da Alfândega relativos à Guiné-Bissau constataam que o país importou durante 2011 armas ligeiras e munições na quantia de US\$ 71,125 mil. No que tange a exportação, a soma total da operação foi orçado em US\$ 4,296

¹⁴ Estima-se que existam 8 milhões de armas ligeiras e de pequeno calibre nas mãos de agentes estatais e não estatais na sub-região (GIABA, 2013).

mil em 2004. As políticas de importações de armas de fogo e munições são controladas pela lei de controle de transferência da Guiné-Bissau. Em consequência disso, os sucessivos governos não têm conseguido elaborar um instrumento normativo atualizado capaz de regulamentar o uso de arma de fogo no país devido a fraca governação e sucessivas crises política-militar no país.

De acordo com Andrés (2008), o documento que regulamenta o uso de armas na Guiné-Bissau é baseado na Lei 1/73, BO de 04/01/75. Com base nesses fatores apresentados, a Guiné-Bissau ficou na posição 151º no total de 159 países analisados pelo o relatório de *Small Arms Survey* sobre a política de implementação do Programa de Ação de Armas das Nações Unidas (LPERS; MARCUS, 2019). Nos termos de seu compromisso de 2001 com o mesmo programa de ação para armas pequenas das Nações Unidas, a Guiné-Bissau apresentou um ou mais relatórios nacionais sobre sua implementação (LPERS; MARCUS, 2019).

Dessa maneira, a Guiné-Bissau assinou a Declaração de Genebra sobre a violência armada e o desenvolvimento que compreendeu uma iniciativa diplomática destinada a abordar as inter-relações entre esses dois aspectos. O país assinou e retificou, também, o Protocolo das Nações Unidas contra a fabricação e o Tráfico Ilícito de armas de fogo, suas peças e munições (LPERS; MARCUS, 2019). Ainda consoante Lpers e Marcus (2019), em 21 de julho de 2001 a Guiné-Bissau se comprometeu com uma decisão consensual das Nações Unidas para adotar, apoiar e implementar o Programa de Ação da ONU com a finalidade de prevenir, combater, erradicar o tráfico ilícito de armas pequenas, bem como o armamento leve em todos os seus aspectos.

No contexto do continente africano, como membro da União Africana, a Guiné-Bissau adotou uma posição comum da Organização continental para levar a Conferência e rever o Programa de ação da ONU para prevenir, combater, erradicar o tráfico ilícito de armas pequenas e armamentos leves em todos os seus aspectos realizada em junho de 2006. Ainda no mesmo ano, como integrante da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, a Guiné-Bissau adotou a Convenção da ECOWAS sobre armas pequenas, bem como armamentos leves, suas munições e outros materiais relacionados.

O documento estipula controles rígidos de transferência, fabricação, posse, segurança de armas pequenas e leves (LPERS; MARCUS, 2019). Além disso, em 1998 a Guiné-Bissau concordou com uma moratória da organização regional e se comprometeu não importar, exportar ou fabricar armas de pequeno porte. As negociações subsequentes permitiram a Guiné-

Bissau adotar a Convenção da ECOWAS sobre armas pequenas e armamentos leves em 2009, a qual entrou em vigor em setembro do mesmo ano.

O Tratado forneceu a base para mecanismos legais e institucionais no contexto regional, bem como doméstico no combate ao tráfico ilícito de armas pequenas (GIABA, 2013). Apesar dessa tentativa do Estado guineense em participar da discussão global sobre o tráfico internacional de armas, os resultados internos continuam apresentando soluções limitadas no que tange ao combate a comercialização e apreensões de armamentos de pequenos portes.

Além desses fatos, como já foi referido anteriormente, a legislação doméstica que regulamenta o uso da arma no país permanece velha devido à falta de atualização, pois não responde as principais necessidades que a Guiné-Bissau tem enfrentado ultimamente relacionadas a esses assuntos devido à capacidade institucional do Estado. Com isso, evidencia que o Estado guineense devido a sua fragilidade institucional, a ausência de recursos materiais e humanos, principalmente, no âmbito dos agentes de Defesa e Segurança segue deparando com enorme dificuldade para combater o tráfico de armas.

5.4 POLÍTICA DE COMBATE À PIRATARIA MARÍTIMA

A presente seção se debruça sobre a política de combate à pirataria marítima na Guiné-Bissau¹⁵. Segundo O'Brien (1991), Kacowicz (1998), N'diaye (2007), Andrés (2008), Valsecchi (2011) e Siradag *et al.* (2014) a fraqueza institucional tem proporcionado um contexto bastante propício à pirataria marítima na região. Essa prática criminosa tem sido uma das principais causas de insegurança na África Ocidental.

Nesse caso, a África Ocidental registrou 54 incidentes em 2015 e 112 em 2018 (THE MARSHALL ISLANDS REGISTRY, 2019). Ainda conforme O'Brien (1991), Kacowicz (1998), N'diaye (2007), Valsecchi (2011) e Siradag *et al.* (2014), o aumento de crime dessa natureza está relacionado com a fragilidade dos Estados e a constante situação de insegurança que tem sido verificado na região. No caso específico da Guiné-Bissau, os recursos pesqueiros desempenham um papel fundamental na política macroeconômica do país.

Em outras palavras, a pesca colabora para a produção econômica de 6% do PIB. De acordo com Intchama, Belhabib e Jumpe (2018), a pesca tem contribuído muito para a economia

¹⁵ A pirataria marítima é definida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar como atos ilegais de violência ou detenção cometida no alto mar contra navios ou aeronaves. A pirataria marítima é um problema grave e põe em risco a segurança das embarcações e de suas tripulações e também economias dos países afetados (INTERPOL, 2014).

e a segurança alimentar dos guineenses. Além disso, 255.000 pessoas são empregadas somente no setor de pesca. As águas da Guiné-Bissau são consideradas uma das zonas de biodiversidade mais rica na África Ocidental e abrigam cerca de um milhão de toneladas de recursos pesqueiros, dos quais 350.000 a 500.000 toneladas podem ser extraídas anualmente (INTERPOL, 2014; INTCHAMA, BELHABIB; JUMPE, 2018).

No entanto, a capacidade da Guiné-Bissau de monitorar as suas áreas marítimas continua sendo fraca. Com isso, constata-se que 20% dos navios que têm tido a licença para fazer pesca na zona econômica exclusiva do país tem aproveitado da fragilidade do Estado e da sua estrutura de Defesa e Segurança para cometerem os crimes (O'BRIEN 1991; KACOWICZ 1998; N'DIAYE 2007; VALSECCHI 2011; SIRADAG 2014; INTCHAMA, BELHABIB; JUMPE, 2018).

Assim, como consequência dessas práticas criminosas variam desde pesca ilegal à pesca em uma área proibida (INTCHAMA, BELHABIB; JUMPE, 2018). De acordo com *The Maritime Executive* (2017), as embarcações presas por pesca ilegal no país ainda continuam praticando crimes como de costume. Dessa forma, estima-se que cerca de 40% de todos os peixes capturados nas águas da Guiné-Bissau sejam apanhados ilegalmente. No entanto, a Guiné-Bissau continua assinando novos acordos de pesca com os países estrangeiros sem estabelecer os meios para controlar suas atividades e levar suficientemente em consideração os interesses domésticos. (THE MARITIME EXECUTIVE, 2017).

Segundo Interpol (2014), a maioria dos países africanos não publicam dados com listas de navios com licenças válidas. Essa falta de transparência tem criado um ambiente que incentiva e facilita o abuso de regimes de licenças de pescas nas áreas costeiras. Além disso, a falta de compartilhamento de informações tem dificultado a identificar embarcações suspeitas. No caso específico da Guiné-Bissau, o país não tem divulgado as suas atividades referentes a concessão de licenças para pesca na zona econômica exclusiva da Guiné-Bissau.

Vale ressaltar que o Estado guineense ao longo dos seus quarenta e sete anos de independência, as lideranças políticas não têm conseguido criar um dispositivo normativo eficaz para controlar as atividades de pesca e combater à pirataria marítima no seu território. Essa incapacidade tem proporcionado o ambiente mais favorável para a prática de crimes transnacionais, como à pirataria marítima. Segundo *The Maritime Executive* (2017), houve uma tentativa de criar um novo protocolo de combate à pirataria marítima em 2012, mas a sua aplicação foi adiada após o golpe militar de 2012.

Ainda no que tange a capacidade, com base na Interpol (2014) e Intchama, Belhabib; Jumpe (2018), em alguns casos o Estado guineense tem recorrido ao apoio externo, por exemplo, a organização regional. Nessa organização os navios de patrulha são disponibilizados para o país e também tem contado com os esforços da organização não governamental, como o Greenpeace para inibir a prática do crime de pesca ilegal no seu território. Nesse sentido, durante 2013 a Guiné-Bissau juntamente com os seus parceiros regionais e internacionais fizeram vinte e duas operações de vigilância.

Além disso, a Guiné-Bissau adotou a Estratégia regional de Segurança Marítima, bem como o país assinou acordos com parceiros europeus e americanos para reforçar a sua capacidade de combate ao crime transnacional. Nesse caso, os Estados Unidos forneceram US\$ 50 milhões a ECOWAS para auxiliar no combate ao crime organizado na África Ocidental (GBERIE, 2016). Dessa forma, os Estados da África Ocidental concordaram que a segurança, principalmente, marítima é fundamental para garantir a estabilidade política e econômica dos Estados, pois a insegurança pode ter um impacto negativo na atividade econômica dos Estados da região como um todo.

Com base no que foi mencionado acima, a falta de controle efetivo dos navios de pescas pode contribuir para aumentar ações criminosas, como a pirataria marítima e a pesca ilegal (INTERPOL, 2014). Entretanto, no caso da Guiné-Bissau o Estado guineense tem tido enorme dificuldade para aplicar internamente a política regional de combate à pirataria marítima devido a capacidade limitada e a falta de governação no plano doméstico. Todavia, em 2014 a Guiné-Bissau efetuou cinco ações de patrulha marítima.

Assim, sempre que possível, os navios apreendidos são embarcados pela marinha e investigados (INTCHAMA, BELHABIB; JUMPE, 2018). Com isso, constata que a Guiné-Bissau não tem conseguido elaborar uma estratégia apropriada para controlar e eliminar as atividades ilegais na sua jurisdição marítima devido a fragilidade do Estado, bem como as sucessivas crises institucionais. Portanto, em consequência dos fatores relatados acima essas práticas criminosas têm contribuído para prejudicar as ações econômicas do Estado, principalmente, aquelas relacionadas à segurança na sua zona econômica exclusiva.

5.5 POLÍTICA DE COMBATE A CIBERCRIMES

Nessa parte do capítulo objetiva analisar a política de combate à cibercrimes na Guiné-Bissau. Ainda será realizada a discussão das medidas que têm sido tomadas pelas autoridades guineenses, principalmente, dos agentes de Segurança Nacional para suprimir o aumento das ameaças cibernéticas no país.

De acordo com Asamoah (2009), as atividades relacionadas com o crime na internet assumiram dimensões criminosas notáveis na África Ocidental, porque extorquem milhões de dólares das vítimas. Segundo Kshetri (2019), em 2016 se observou que vinte e quatro milhões de incidentes cibernéticos foram direcionados à África. Durante 2013, um relatório de Symantec¹⁶ observou que o cibercrime estava aumentando na África com uma taxa mais rápida do que em qualquer outra região do mundo.

Muitos desses crimes cibernéticos incluem fraudes com taxas antecipadas, dinheiro negro, contrato e cartão de crédito. Em consequência disso, retomando O'Brien (1991), Kacowicz (1998), N'diaye (2007), Valsecchi (2011), Siradag (2014) e Asamoah(2019) vários países da região foram incluídos na lista negra de transações financeiras, por causa da fragilidade institucional. Essa situação tem prejudicado o comércio eletrônico e os investimentos externos na África Ocidental como um todo.

Ainda segundo Asamoah (2019), nos últimos anos a percepção dos efeitos danosos desse tipo de crime na região provocaram debates em vários cenários da segurança nacional. Assim, como resposta para esses crimes alguns países da África Ocidental começaram a implementar iniciativas destinadas para coibir esse tipo de crime. No caso específico da Guiné-Bissau, o Estado guineense continua sem criar uma política nacional específica de segurança cibernética para combater os crimes, apesar do aumento significativo do uso da internet e das transações financeiras pela rede.

Isso ocorre devido ao histórico problemático da fragilidade das estruturas administrativas dessa região. Conforme Terebey (2016), países como o Chade, a Guiné-Bissau e o Gabão são mais típicos a ocorrência de crimes cibernéticas, porque possuem uma legislação mínima ou inexistente sobre questões cibernéticas. Lucchetti (2018) relata que recentemente a Guiné-Bissau aderiu ao acordo de cooperação com a Comissão da ECOWAS a respeito da harmonização da legislação sobre os cibercrimes em todos os estados-membros da

¹⁶ Sistema de Proteção contra ameaças a dispositivos móveis pela Internet.

Organização. Além disso, o documento previa um treinamento judicial em crimes cibernéticos e evidências eletrônicas para todos os países da ECOWAS.

Já em 2009, a Guiné-Bissau participou da Convenção da União Africana sobre o combate aos crimes cibernéticos no continente. Por conseguinte, o então Governo guineense assumiu o compromisso de retificar e implementar a política continental de luta contra os crimes cibernéticos nas suas diretrizes normativas domésticas (UNODC, 2019b). Todavia, o Estado guineense não tem conseguido harmonizar e executar efetivamente as diretrizes regionais, bem como continentais sobre o combate aos crimes cibernéticos no seu território nacional.

O Estado guineense não consegue realizar essas ações, por causa do constante clima de insegurança interna. A UNIOGBIS em colaboração com o Interpol, UNODC, ECOWAS, o Governo da Guiné-Bissau, a União Europeia e o Executivo Canadense construíram o primeiro Centro de Treinamento em Computador para os agentes de Segurança Nacional em 22 de julho de 2010 devido ao problema estrutural do país.

O objetivo desse projeto foi de reforçar a capacidade da Guiné-Bissau no combate aos crimes transnacionais, como as atividades ilícitas no meio cibernético. O Centro de Treinamento foi equipado com dez computadores em rede (GIABA, 2015; UNODC, 2019b). Além disso, a instituição foi considerada como uma ferramenta importante para treinar uma grande quantidade de policiais em técnicas básicas de aplicação da lei. O sistema inclui cursos de treinamento padronizados, adaptados as realidades e contextos locais, os quais oferecem a oportunidade de aprender através de uma abordagem interativa e de solução de problemas. (GIABA, 2015; UNODC, 2019b).

O monitoramento da implementação estava sob a responsabilidade da UNIOGBIS que juntamente com a UNODC avaliam a efetivação do projeto após a sua conclusão, bem como compartilha os resultados com os doadores externos. Além disso, o laboratório deve contribuir para o processo de reforma nos setores de Defesa e Segurança na Guiné-Bissau. Dessa forma, o laboratório deve conscientizar os militares e os policiais sobre a importância do cumprimento da sua missão específica, como a luta contra a criminalidade, a preservação da ordem pública, a garantia da paz social e o desenvolvimento do país (GIABA, 2015; UNODC, 2019b).

No entanto, os resultados no contexto doméstico continuam tendo impacto delimitado no que tange a luta contra as criminalidades no país, principalmente, as de natureza cibernética, apesar da iniciativa regional e internacional em ajudar a Guiné-Bissau no combate aos crimes informáticos. Com isso, evidencia ao longo da discussão do texto que as atividades relacionadas as transações financeiras pela internet têm aumentado no país. Entretanto, a Guiné-Bissau ainda

não é capaz de elaborar uma política nacional específica para regulamentar e inibir as ações relativas aos crimes cibernéticos dentro da sua jurisdição.

5.6 O PROCESSO DA REFORMA NO SETOR DE DEFESA E SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU

A presente subseção procura explicar o processo da reforma no setor da Defesa e Segurança (SSR) na Guiné-Bissau. Ainda aborda as diligências que foram tomadas pelas autoridades guineenses e os parceiros internacionais durante as tentativas de implementação do programa de modernização dessas estruturas importantes do Estado.

Nas subseções anteriores do presente capítulo ficou demonstrado que o Estado guineense é frágil e carece do monopólio legítimo sobre os meios coercitivos para garantir a segurança da sua população. Diante dessa preocupação, os parceiros externos da Guiné-Bissau e as lideranças políticas guineenses concordaram que a modernização do setor da Defesa e Segurança será uma condição *sine qua non* para resolver os principais problemas de insegurança, os quais a Guiné-Bissau tem enfrentado ao longo da sua história política.

Além disso, também pode inibir a participação desses agentes na prática de crimes organizados. Segundo Ebo (2004), Madeira, Laurent e Roque (2009) e Guinea-Bissau (2018), os parceiros internacionais da Guiné-Bissau passaram a concentrar os esforços na reforma do setor de Defesa e Segurança. Conforme a Comunidade Internacional, a reforma visava convencer os oficiais seniores dos benefícios ao longo prazo de permitir o controle civil sobre as Forças Armadas na Guiné-Bissau (MASSEY, 2016).

No caso específico do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, as duas agências financeiras internacionais têm focado as suas preocupações na redução de gastos públicos com os agentes de Defesa e Segurança no país (BENDIX; STANLEY, 2008). Além disso, entre a comunidade doadora há consenso de que a SSR devem ser incluídos no marco da agenda mais ampla de governação no país (OBSERVATOIRE DE L'AFRIQUE, 2011). Nesse contexto, a Guiné-Bissau decidiu desenvolver uma estratégia nacional para modernizar o seu setor de Defesa e Segurança em novembro de 2006.

Conforme o relatório de Observatoire de L'afrique (2011) e Dcaf (2019), o plano apresentado foi elaborado em parceria com os importantes documentos estratégicos do país, incluindo o programa nacional de diminuição da pobreza que enumera a modernização do sistema judiciário e de segurança como as prioridades da reforma. Além disso, de acordo com

Dcaf (2019), o documento defende a efetivação do processo de construção da paz, reestruturação do Estado, o estabelecimento dos princípios de Estado de Direito e Democrático, bem como o mecanismo de luta contra o tráfico de drogas.

Ademais, o plano visa ainda reduzir o número dos efetivos de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau. Em termos de fase, o Plano de Ação da reforma cobria inicialmente o período de 2007 a 2009, tendo uma segunda proposta que seguiria para o período de 2009 a 2011. O Programa de Atividade implementaria uma estrutura responsável, eventuais fontes de financiamentos, um novo quadro de intervenção do governo da Guiné-Bissau e uma transformação do setor da Defesa e Segurança (DCAF, 2019).

O Projeto estava orçado em US\$ 184 milhões, com uma contribuição considerável da União Europeia (OBSERVATOIRE DE L'AFRIQUE, 2011). Em 2005, o Reino Unido enviou uma equipe consultiva do setor de Defesa e Segurança à Guiné-Bissau em representação ao bloco europeu. Essa equipe era responsável, aparentemente, para apurar as percepções dos militares e policiais sobre a necessidade de modernizar os dois setores importantes do Estado. Esse exercício foi repetido pela União Europeia em 2007.

Além disso, ela enviou uma missão civil da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia à Guiné-Bissau para ajudar o governo desse país no processo da reforma. A missão da PESD na Guiné-Bissau era composta por quinze especialistas (OBSERVATOIRE DE L'AFRIQUE, 2011). Nesse sentido, o documento da reforma apresentada pela União Europeia foca nos seguintes pontos: a operacionalização da estratégia nacional da reforma, de acordo com o que foi estabelecido pelo executivo guineense, ajudar no processo de capacitação dos agentes de Defesa e Segurança (EUR-LEX, 2008).

Ainda consoante Eur-lex (2008), mais em particular, a delegação do bloco europeu tentava realizar as subseqüentes atuações: ajudar nos planos de redução dos efetivos de Defesa e Segurança, contribuir na assessoria de capacitação nos aspectos de investigação criminal, ordenar os cursos de treinamento para os agentes de Polícia Judiciária da Guiné-Bissau e auxiliar o gabinete de Interpol no país. O modelo de reforma proposto pela União Europeia foi considerado muito ambicioso (MASSEY, 2016).

Em outras palavras, o modelo proposto pela UE foi baseado na política Europeia de Defesa e Segurança (BENDIX; STANLEY, 2008). A Missão Europeia teve como objetivo estabelecer uma estratégia para reorganizar as Forças Armadas e Policiais, fornecer equipamentos necessários, incluindo armas e veículos, assim como alterar o quadro jurídico

existente no país. No entanto, a missão lutou desde o início com as complexidades no terreno. (KOHL, 2014).

Entretanto, consoante Observatoire de L`afrique (2008), a proposta da reforma da União Europeia apresentada à Guiné-Bissau foi desenvolvida sem conhecimento detalhado do contexto interno do país. Segundo Roque (2009), o projeto deixou de fora a participação da sociedade civil e lideranças nacionais, como os oficiais dos ramos militares. Para World Bank Group (2018) e Dcaf (2019), a participação das autoridades nacionais, por exemplo, os agentes das Forças Armadas e Policiais é fundamental para a elaboração da proposta, bem como a tomada de decisão.

De acordo com Observatoire de L`afrique (2008), Roque (2009) e Kohl (2014) é necessário a implementação de um mecanismo de diálogo público abrangente para integrar todos os intervenientes envolvidos no processo, a fim de criar um plano consensual para a efetivação da reforma. Com base em Madeira, Laurent e Roque (2011), em 2009 depois da morte de Nino Vieira, Malam Bacai Sanha assumiu o cargo de Presidente da República que teve como consequência a restauração parcial da ordem.

Dessa forma, Antônio Indjai foi conduzido ao cargo de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas e Bubo Na Tchuto foi nomeado Chefe da Marinha. Em consequência a isso, a União Europeia decidiu unilateralmente encerrar a sua missão no país, pois alegava que os dois altos oficiais das Forças Armadas tinham participação no tráfico internacional de drogas e nas tentativas de golpes de Estado. Dessa maneira, eles não podiam ocupar cargos importantes nas estruturas bases do país.

Assim, durante a participação no processo da reforma a União Europeia conseguiu redesenhar alguns dos textos legislativos do país, como uma nova lei básica para a polícia, mas falhou em seus objetivos principais. (MADEIRA; LAURENT; ROQUE, 2011). Além disso, a falta de recursos, a vontade política e a ausência de motivação de se modernizar por parte das Forças Armadas da Guiné-Bissau contribuíram para o fracasso final da missão (MASSEY, 2016; GBERIE, 2016).

Na percepção de Kohl (2014), o excesso de condicionalidade dos parceiros internacionais, principalmente, da União Europeia contribuiu para minar a efetividade da reforma no setor de Defesa e Segurança na Guiné-Bissau. Esse abandono arruinou o desejo que a sociedade guineense tinha em torno da modernização das estruturas de Defesa e Segurança. Além disso, desfez o mecanismo de controle democrático civil sobre as Forças Armadas que estava sendo implementado.

Após a retirada da União Europeia, a pedido do então Governo da Guiné-Bissau, em março de 2011, o Governo Angolano enviou uma Missão de Segurança (MISSANG) para ajudar à Guiné-Bissau no processo de manutenção da paz e da reforma no setor de Defesa e Segurança (SAW, 2015; MASSEY, 2016). Conforme Reuters (2012), o projeto de reforma do então Governo Angolano contou com o apoio logístico de cerca de 200 efetivos das Forças Armadas e Policiais. Dessa maneira, o projeto objetivava ajudar na construção das infraestruturas militares, fornecer equipamentos e programas de formação para os agentes da Defesa e Segurança da Guiné-Bissau.

Conforme Reuters (2012) e Massey (2016), a missão custou US\$ 30 milhões e foi composta de 600 soldados em uma iniciativa considerada complexa, bem como arriscada que visa aumentar o prestígio da Angola. A força estava sediada em um hotel próximo ao aeroporto internacional da Guiné-Bissau, ou seja, um local estratégico. Além da reforma, o Executivo da Angola levou para a Guiné-Bissau duas companhias com o objetivo de explorar os recursos minerais, agrícolas e industriais. Nesse sentido, o então Governo da Guiné-Bissau trabalhou em estrita cooperação com a Angola para efetivar o plano de extração dos recursos naturais (MACAUHUB, 2018).

Conforme Reuters (2012), naquela altura o Governo da Angola anunciou um investimento de US\$ 500 milhões para edificar uma mina de bauxita e na construção de um porto de águas profundas no país. Além disso, a interferência da Angola foi atendida como um aviso das Forças Armadas da Guiné-Bissau para que não interferissem em qualquer atividade considerada inconstitucional, por exemplo, o golpe de Estado. Com isso, a maioria dos oficiais das Forças Armadas guineenses não tinha qualquer dúvida sobre a neutralidade do Governo da Angola na Guiné-Bissau, pois eles consideram a força de MISSANG como uma força de segurança externa para proteger o então Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior, e seu governo.

Com base nisso, havia também uma dimensão externa no desenvolvimento do processo que era a suspeita da ECOWAS, como a Nigéria e Senegal, de que a ambição da Angola era uma invasão à sua própria esfera de influência (MASSEY, 2016). Diante disso, os impasses entre as Forças Armadas da Guiné-Bissau e as tropas do MISSANG denotavam a possibilidade de conflito. Assim, quando ocorreu o golpe militar de 2012 os efetivos angolanos se mantiveram em sua sede.

Contudo, depois de seis semanas após o motim na Guiné-Bissau, o serviço da MISSANG foi suspenso e retornaram para a Angola. No entanto, houve poucas realizações concretas em termos de SSR significativa no momento da retirada apressada da missão, embora alguns

policiais do país tenham recebido formação em Luanda como parte de um processo de treinamento (REUTERS, 2012; MASSEY, 2016; MACAUHUB, 2018). De acordo com Uzoechin (2014) e Massey (2016), a delegação da Angola foi substituída por uma força da ECOWAS (ECOMIB) composta por 629 policiais e militares, com contribuições da Nigéria, Senegal e Burkina Faso.

A contingente da ECOMIB foi instituída em resposta a um acordo do comando militar da Guiné-Bissau com a ECOWAS de renunciar o então governo de transição, assim como permitir a organização de novas eleições dentro de um ano. O projeto da ECOWAS pretendia reestruturar as Forças Armadas e Policiais da Guiné-Bissau e contribuir financeiramente com os fundos para os soldados em serviço. No entanto, apesar de pretender assumir a função de SSR da MISSANG, a falta de vontade do governo de transição em incluir os políticos do PAIGC, o partido vencedor da eleição legislativa de março de 2012 anuladas, deixaram o ECOMIB em uma posição semelhante ao seu antecessor, pois eles foram percebidos como parciais por apoiarem uma parte do grupo político (MASSEY, 2016).

A ECOWAS estava em desacordo com o resto da Comunidade Internacional, incluindo a ONU, a UA, a EU e a CPLP, porque se recusava a se reconciliar com o governo de transição liderado por Nhamadjo (MASSEY, 2016). A ECOWAS acusava as Nações Unidas e União Europeia de impor as suas próprias agendas no país (OECD, 2007). Na percepção de Kohl (2014) e Massey (2016), a ECOWAS era percebida como apoiante responsável pelo motim militar de abril de 2012.

Entretanto, Correia (2008) e Uzoechina (2014) frisam que o papel de ECOWAS tem sido importante no contexto da estabilização interna, bem como da reforma em áreas das Forças Armadas e Polícias. Todavia, os resultados desse engajamento externo têm apresentado resultados moderados. Em consequência disso, a Guiné-Bissau não conseguiu fazer uma autêntica modernização nas suas estruturas de Defesa e Segurança. Dessa forma, o plano da ECOWAS se encontra paralisado devido à falta de financiamento para dar sequência e viabilizar o processo da reforma do setor de Defesa e Segurança no país (MADEIRA; LAURENT; ROQUE, 2011).

O problema financeiro continua sendo o principal desafio para a execução do programa de reforma do setor de Defesa e Segurança na Guiné-Bissau, pois o Estado guineense sozinho não dispunha de recursos financeiros para suportar os custos da reforma (OECD, 2007). Dessa maneira, após esse período as missões de ECOMIB na Guiné-Bissau têm sido estendidas para

proteger algumas lideranças do governo e salvaguardar as instituições políticas do país de qualquer tentativa de motim devido aos receios da nova situação da crise político e militar.

Além da ECOWAS, a União Europeia e a Angola, o Governo Brasileiro também desempenhou um papel importante no processo da reforma. Conforme Massey (2016), o envolvimento do Brasil no processo da modernização do setor de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau foi visto como uma parte da sua ambição por ser uma grande potência. Esse tipo de cooperação sul-sul é um elemento fundamental da sua estratégia para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil ajudou a Guiné-Bissau a reestruturar a sua estrutura de Segurança por meio da formação e da construção das infraestruturas, por exemplo, a criação da Academia Nacional de polícia no âmbito da CPLP, tendo o projeto a ajuda da Angola e de Portugal (OECD, 2007; ROQUE, 2009). Contudo, os projetos se encontravam na fase embrionária de planejamento. Ainda em relação a atuação brasileira que além de preocupar com o problema da segurança, o empenho do executivo brasileiro focava no processo para reforçar a capacidade institucional do Estado da Guiné-Bissau e a estratégia de desenvolvimento socioeconômico (ROQUE, 2009; MASSEY, 2016).

O resultado da participação brasileira no procedimento da modernização das Forças Armadas e Policiais na Guiné-Bissau apresentou resultado limitado devido à complexidade do processo da reforma, principalmente, a recorrente instabilidade política no país. No entanto, foi a operação da DEA em abril de 2013 que mudou fundamentalmente o equilíbrio político-militar na Guiné-Bissau. Assim, enquanto Indjai permaneceu como o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, a possibilidade dele ser preso pelos Estados Unidos e Interpol por causa do envolvimento no tráfico internacional de droga aumentou acentuadamente (MASSEY, 2016).

No período que antecedeu as eleições presidenciais e legislativas organizadas para devolver ao país a normalidade constitucional em 2014, o então representante das Nações Unidas no país, Ramos Horta, entrou em contato com o Embaixador dos EUA na Guiné-Bissau, residente em Dakar, Lewis Lukens. Esse contato compreendeu na tentativa de impedir o novo envolvimento das Forças Armadas no processo eleitoral, assegurando a Indjai que ele estaria seguro da prisão enquanto permanecesse dentro das fronteiras da Guiné-Bissau e mantivesse suas tropas em seus quartéis (MASSEY, 2016).

Conforme Massey (2016), os esforços para limitar o papel das Forças Armadas no processo político foram amplamente bem-sucedido. Como já foi dito no primeiro capítulo, logo após assumir o cargo de Presidente da República em 2014, José Mario Vaz se sentiu

suficientemente seguro para exonerar Indjai da função de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Segundo Vaz, esse foi o primeiro passo para simplificar o número de militares de 5000 para 2500.

Assim, tanto para Vaz como para a Comunidade Internacional ficou reconhecido um plano sustentável para pagar pensão a esses aposentados, sendo essencial para que a política fundamental da reforma seja bem-sucedida. Além disso, há o reconhecimento, a partir de setembro de 2015, da existência de um déficit de US\$ 20 milhões no fundo de pensão (MASSEY, 2016). Já quanto a relação civil-militar, os riscos de interferência das classes castrense nos assuntos políticos da Guiné-Bissau continuam existente, apesar do acordo obtido entre os militares e a Comunidade Internacional feitos também pela ONU e EUA.

Assim, no que se refere a reforma, o processo segue paralisado e sem nenhuma possibilidade para a sua retomada a médio prazo. Já após 2014, a comunidade internacional, regional e o governo da Guiné-Bissau nada fizeram para reassumirem o projeto da reforma (OECD, 2007). Em resumo, a reforma do setor de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau segue interrompido, apesar das várias tentativas e recursos financeiros gastos. Dessa maneira, o país não conseguiu avançar com a sua política de modernização das Forças Armadas e Policiais.

Com isso, evidencia-se ao longo do capítulo que a Guiné-Bissau é um Estado com capacidades limitadas e dependentes dos recursos externos, pois tem tido enorme dificuldade de controlar os seus territórios, bem como garantir a Segurança para a sua população. Em consequência disso, os grupos criminosos têm aproveitado da fragilidade do Estado, principalmente, da sua estrutura de Defesa e Segurança para cometer os crimes. Portanto, as organizações criminosas têm cooperado com algumas lideranças políticas e militares para perpetuarem crimes, em especial, o tráfico internacional de drogas.

Por fim, verifica-se ao longo do desenvolvimento da tese que a Guiné-Bissau é um pequeno Estado frágil em processo de consolidação das instituições políticas e depende muito dos seus parceiros externos para garantir a sobrevivência e segurança para a população. Contudo, o país continua atuando internacionalmente no sistema internacional em busca dos seus objetivos políticos, em especial, no contexto de defesa e segurança internacional.

6 CONCLUSÃO

A tese procurou traçar um quadro teórico e empírico para analisar a atuação política dos pequenos estados no continente Africano, inserção internacional dos pequenos Estados, dinâmica regional de segurança na África Ocidental e o processo de construção do Estado na Guiné-Bissau após a independência para realizar um contraponto ao debate teórico. Além disso, foi feita uma análise sobre as relações entre a Guiné-Bissau e as potências centrais, como Portugal, França, Estados Unidos, Rússia e a China.

Ademais, foi ainda estudado a relação do país com as Organizações Internacionais Multilaterais, União Europeia, União Africana, Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetária Internacional e a Organização Mundial de Comércio. Além disto, foi realizado uma análise da relação da Guiné-Bissau com os países vizinhos, por exemplo, a Guiné-Conacri, a Gâmbia e o Senegal. Dessa maneira, foi analisado a política de Defesa da Guiné-Bissau durante o período do regime autoritário e atual política de Defesa e Segurança do país.

Por último, foi feita uma apreciação da dinâmica de segurança na Guiné-Bissau após o período da Guerra-Fria. Nesse caso, foi estudada a política de combate ao tráfico de drogas, ao tráfico humano, à pirataria marítima, ao tráfico de armas e aos crimes cibernéticos. Também, foi efetuada uma análise do processo de reforma no setor de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau.

Dessa forma, diante do que foi debatido e corroborado por Jackson e Rosberg (1982), Bayart (1999), Chabal e Daloz (1999), Clapham (2000) e Englebort *et al.* (2013), a tese concluiu que a Guiné-Bissau é um pequeno Estado Africano e em processo de construção, bem como de consolidação das instituições administrativas. No entanto, a Guiné-Bissau tem as capacidades institucionais limitadas para fazer uma política externa moderada, principalmente, no contexto de Defesa e Segurança.

Além disso, é um Estado dependente dos recursos financeiros dos seus principais parceiros de cooperação, bem como de desenvolvimento para garantir a sua sobrevivência. Dessa maneira, evidencia-se que após a Guerra Fria e o desmoronamento do antigo bloco soviético, a Guiné-Bissau sofreu consequências significativas na sua política internacional. Com isso, como resultado o país perdeu grande parte de ajuda externa que recebia dos seus aliados socialistas.

Em consequência disso, fragilizou a capacidade do Estado em prover os recursos e oferecer os serviços básicos a população, bem como reduziu o espaço de atuação externa do

Estado, diminuiu a eficiência militar do país em proteger o seu território nacional, combater os crimes nacionais e transnacionais. Nesse caso, os parceiros externos, como as Instituições Internacionais Multilaterais passaram a exercer a influência direta na dinâmica política da Guiné-Bissau por meio da aplicação de várias condicionalidades.

Eles têm exigido as autoridades guineenses à adoção de inúmeros modelos neoliberais de governação, em especial, a democracia liberal e política de mercado livre como condições necessárias para obtenção da ajuda externa, bem como a assinatura dos acordos comerciais bilaterais e multilaterais. No contexto regional constata que a Guiné-Bissau tem sido bastante condicionada política e economicamente por seus vizinhos, por exemplo, o Senegal. Esse país tem interferido nos assuntos domésticos da Guiné-Bissau em benefício próprio.

No entanto, o trabalho demonstra que a Guiné-Bissau segue atuando internacionalmente em busca dos seus objetivos domésticos, principalmente, no domínio de Defesa e Segurança. Isso, apesar dos problemas estruturais da fragilidade do Estado e do crescimento no nível de dependência dos recursos externos. Em suma, a tese sugere que a Guiné-Bissau necessita de um Estado funcional e abrangente, com as capacidades institucionais sólidas para fazer uma Política Externa equilibrada, principalmente, no contexto de Defesa e Segurança.

Além disso, precisa de uma burocracia estatal consolidada capaz de garantir a proteção e oferecer os serviços básicos de qualidade a sua população. Sendo assim, o Estado trabalha muito diferente do que tem funcionado o país no decurso da sua história política. Diante disso, corroborando com Nzongola (2017), o ponto de partida para o desenvolvimento desse modelo institucional pós-colonial no continente Africano deveria ser pautado na visão de Amílcar Cabral de uma democracia estatal de desenvolvimento, que é uma negação total do Estado neocolonial.

No entanto, para a sua efetivação, em parte, acredita que é indispensável uma classe de liderança política qualificada capaz de apresentar a nação guineense um projeto político estratégico viável de consolidação e aperfeiçoamento das instituições burocratas do Estado, sobretudo um programa para profissionalizar, bem como modernizar as Forças Armadas e Policiais. Além disso, é imprescindível o estabelecimento de um mecanismo constitucional eficaz para controlar e definir claramente as missões das Forças Armadas e Policiais no contexto interno e externo.

Com isso, é fundamental a construção de escolas de formação profissional para os agentes da Defesa e Segurança no país. Além do mais, é importante uma política pública do Estado para melhorar as condições de vida dos efetivos de Defesa e Segurança, por exemplo, o pagamento

de ordenado digno a tempo e a criação de um ambiente favorável de trabalho para evitar os casos de desvio da função, em especial, a participação dos agentes na prática de corrupção ativa ou atividades criminosas como tem acontecido ultimamente na Guiné-Bissau.

No que concerne aos gastos com o pessoal de Defesa e Segurança é importante lembrar que a Guiné-Bissau tem gastado demasiadamente com o limitado orçamento público para pagar as despesas das Forças Armadas e Policiais. Em consequência disso, tem limitado a capacidade do Estado em apoiar outros setores importantes. Nesse sentido, o Estado guineense precisa elaborar um sistema de equilíbrio orçamentário para atender as demandas de todas as instâncias da administração pública, como as da educação, da saúde e das infraestruturas.

Outro elemento importante a levar em consideração no processo de modernização do aparelho de Defesa e Segurança são as Forças Armadas e Policiais da Guiné-Bissau, as quais são constituídas por diferentes grupos étnicos presentes no país. Nesse caso, para torná-las instituições coesas e sólidas para a defesa da nação são necessárias políticas de paridade étnicas nas distribuições e promoções de cargos de lideranças nessas corporações. Em parte, acredita que esse processo de modernização e organização da burocracia estatal poderá ajudar a Guiné-Bissau a ter maior capacidade de fazer Política Externa ordenada e eficiente.

Com isso, pode reforçar a eficiência do Estado na defesa das possíveis ameaças externas e internas. Além disso, é capaz de ajudar os dirigentes políticos guineenses a manter o controle civil democrático sobre as Forças Armadas. Portanto, pode possibilitar à Guiné-Bissau uma participação atuante no combate aos crimes transacionais na África Ocidental. Assim, permitir o país a cooperar regularmente nas missões internacionais de manutenção da paz igual a maioria dos pequenos Estados, especialmente, do continente Africano.

REFERÊNCIAS

ABASS, A. **Protecting human security in Africa**. New York, 2010.

ABDENUR, A. E. **A Cooperação Sul-Sul em Guiné-Bissau**. Qual o seu papel na consolidação da paz? Disponível em <https://igarape.org.br/cooperacao-sul-sul-em-guine-bissau/>. Acesso em Jul. 2018.

ABEGUNRIN, O. **Africa in Global Politics in the Twenty-First Century**. A Pan-African Perspective. Palgrave Macmillan: New York, 2009.

ARANHA, G. Cooperação Técnico-Militar, uma das Vertentes Externas da Política de Defesa Nacional, 1994. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1688/1/NeD72_GoncalvesAranha.pdf. Acessado em 13/02/2020.

ADULOJU, A; PRATT, O. Human Security and Development Crisis in the Contemporary West Africa. **Journal of Human Security**, v. 10, n. 1, p. 46-58, 2014.

AFRICAN UNION. Report of the promotional mission to the Republic of Guinea-Bissau 16-22 march 2005.

AGBA, O. West Africa's trouble spots and the imperative for Peace-building. Codersia, 2006.

AGBESE, P. "The Military as an Obstacle to the Democratization Enterprise: Toward an Agenda for Permanent Military Disengagement from Politics in Nigeria." **Journal of Asian and African Studies**, n.1 e 2, p. 82-98, 1996.

AGÊNCIA ANGOLA PRESS. CPLP: Three More Military Delegations. In: **Luanda For Feline Exercises-2004**. Disponível em www.angop.ao/angola/en_us/noticias/politica/2004/9/42/CPLP-Three-More-Military-Delegations-Luanda-For-Feline-Exercises-2004,1681569a-1805-4c69-b739-f6f102cd0164.html. Acessado em 30 Jul. 2019.

AKOKPARI, J. K. Post. Cold War international relations and foreign policies in Africa. **AJTA**, v. 4, 2009.

_____. **Military intervention in Africa's conflicts as a route to peace: Strengths and pitfalls**. University of Cape Town, South Africa, 2016.

ANDREASSON, S. **Elusive Agency**. Africa's Persistently Peripheral Role in International Relations, 2013.

ANDRÉS, A. P. West Africa Under Attack: Drugs, Organized Crime and Terrorism as the New Threats to Global Security. **UNISCI**, n. 16, p. 203- 227, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, España, 2008.

ANNA LÜHRMANN; STAFFAN I. LINDBERG. **A third wave of autocratization is here: what is new about it?** Democratization, DOI: 10.1080/13510347.2019.1582029, 2019.

ARMSTRONG, H.W.; READ, R. Trade and Growth in Small States: The Impact of Global Trade Liberalization. **World Economy**, v. 21, n. 4, p. 563-585, 1998.

ASAMOAH, A. A; ANING, E. K. **Demography Environment and Conflict in West Africa**. Codesria, 2007.

_____. **Understanding the West African Cyber Process**. Researchgate, 2009.

AYITTEY, G. B.N. **The Myth of Foreign Aid**. Disponível em freeafrica.org/wp-content/uploads/2018/04/the-myth-of-foreign-aid.pdf. Acessado em 01 Agosto. 2019.

AYOOB, M. **Security in the Third World**. The worm about to turn? *International Affairs*, vol. 60, n. 1, 1984, p. 41-51.

_____. **The Third World Security Predicament: State Making Regional Conflict and the International System**, Boulder, CO, Lynne Rienner, 1995.

BAPPAH, H. Y. **Why Peace Fails in Guinea Bissau? A Political Economy Analysis of the ECOWAS- brokered Conakry Accord**. ©Friedrich-Ebert-Stiftung: Senegal, 2017.

BASU, A.; SRINIVASAN, E. **Foreign Direct in Africa: Some Case Studies**. IMF Working Paper WP/ 02/61, Washington DC, 2002.

BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **State of Crisis**. Polity Press: Cambridge, Londres, 2014.

BAYART, F. et al. **States in Africa: The Politics of the Belly**. Logman Group UK, London, 1993.

_____. **The Criminalization of States in Africa**. James Currey and, Oxford, 1999.

BEACH, D; PEDERSEN, B. **Process - Tracing Methods**. Foundations and Guidelines. United States: University of Michigan Press, 2016.

BENDIX, D; STANLEY R. Security Sector Reform in Africa: The Promise and the Practice of a New Donor Approach. **Occasional Paper Series**, v. 3, n. 2. The African Centre for the Constructive Resolution of Disputes- ACCORD, 2008.

BERDAL, M R. **Disarmament and Demobilization after Civil Wars**. Adelph. N. 303. London, IISS, 1996.

BESWICK, D. **From Weak State to Savvy International Player**. Rwanda's Multi-Level Strategy for Maximising Agency, 2013.

BLACK. **Guinea Bissau Political Struggle and Early Conflict**. Lulu.com, 2017.

BOBIASH, D. **South-South Aid: How Developing Countries Help Each Other**. Palgrave Mcmillan, 1992.

BORDONARO, L. **Living at the Margins: Youth and Modernity in the Bijago Islands (Guinea-Bissau)**. University Institute for Social Science, Denmark, unpublished PhD thesis, 2006.

_____. Introduction: Guinea-Bissau Today—The Irrelevance of the State and the Permanence of Change. **African Studies Review**, Volume 52, Number 2, pp. 35–45, Lisbon, 2009.

BROWN, W. HARMAN, S. **African Agency in International Politics**. New York: Routledge, 2013.

BUZAN, B; HANSEN, L. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Unesp, 2012.

BUZAN; WEAVER. **Sub-Saharan Africa: Security Dynamics in a Setting of Weak and Failed States**. Cambridge University Press, London, 2003.

CARAMÉS, A; FISAS, V; SANZ, E. **Guinea-Bissau**. Disponível em <file:///e:/index/guineai%20te%20amo%20mae.pdf>. Aecid, 2019. Acessado em 24 jun. 2019.

CARDOSO, C. **Formação e Recomposição da Elite Política Moderna na Guiné-Bissau: Continuidade e Ruptura (1910-1999)**. Codesria, 2004.

CARVALHO, A M. **Política Externa da Guiné-Bissau face aos Novos Paradigmas na Relações Internacionais**. Diplomacia e Cooperação Internacional. INACEP, Bissau, 2015.

CAVALCANTE, F. United Nations Integrated Peacebuilding Office, Guinea-Bissau. **RCCS Annual Review**, n. 6, p.141-161, October 2014.

CEESAY, H. Guinea-Bissau. **The ‘Narco-State’ and the Impacto in Institutions in Guinea-Bissau and Countries in the Sub-Region**. Hurst& Company, London, 2016.

CHABAL, P. **Revolutionary Democracy in Africa: The case of Guinea-Bissau**. Cambridge University Press, 1986.

CHABAL, P.; DALOZ, J P. **Africa Works: Disordem as Political Instrument**. James Currey, 1999.

CHABAL, P; GREEN, T. **Guinea-Bissau. Micro-State to “Narco-State”**. Hurst& Company, London, 2016.

CHAZAN, N; LEWIS, P; MORTINER, R; ROTHCHILD. **Africa in the Twenty First Century**. Lynne Rienner, Estados Unidos, 2011.

CLAPHAM, C. Failed states and non-states in the modern international order. In: **Failed States III: Globalization and The Failed State**, Florença, 7-10 de abril, 2000.

CLAPHAM, C. **Private Patronage and Public Power: Political Clientallism in Modern States**. Pinter, London, 1982.

_____. **Third World Politics**. An Introduction. Croom Helm Ltd, 1985

_____. **Africa and the international system**. The politics of state survival. Cambridge University Press, 1996.

COCKAYNE, J.; WILLIAMS, P. **The invisible tide**: towards and international strategy to deal with drug trafficking through West Africa. International Peace institute, 2009.

COLIN, A. **Afriques**. Entre puissance et vulnérabilité. Philippe Hugon : Paris, 2016.

CORREIA, A. Política-Segurança-Desenvolvimento na Guiné-Bissau. Lusíada. **Política Internacional e Segurança**, n. 01, 2008.

CRAWFORD, G; LYNCH, G. **Democratization in Africa: Challenges and Prospects**. Routledge: Taylor& Francis Group, New York, 2012.

DAHL, R. **Poliarquia**: Participação e Oposição. Tradução Celso Mauro Paciornik. 3ª. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. – (Clássicos; 9).

DCAF. **Defence Reform**. Applying the principles of good security sector governance to defence. DCAF-Geneve Centre for Security Sector Governance, 2019. Disponível em <https://issat.dcaf.ch/>. Acessado em 05 set. 2019.

DEFENCEWEB. **Guinea Bissau Armed Forces**. Disponível em <https://www.defenceweb.co.za/security/african-militaries/guinea-bissau/>. Acessado em 27 de maio 2019.

DHADA, M. **Guinea-Bissau Diplomacy and Liberation Struggle**. Portuguese Studies Review- 411, 1995.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Cooperação entre Banco Mundial e a Guiné-Bissau. Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/interior/banco-mundial-financia-com-526-milhoes-de-euros-projeto-de-acesso-a-eletricidade-na-guine-bissau10342597.html>. <https://ustr.gov/countries-regions/africa/west-africa/guinea-bissau#>. Acesso em: 2018 agost. 2018.

DOING BUSINESS. **Guinea-Bissau**. 2017. Disponível em documents. worldbank.org/curated/pt/164721478528242764/pdf/wp-db17-public-Guinea-Bissau.pdf. Acessado em 07/01/2010.

DOKKEN, K. **African security politics redefined**. Palgrave Macmillan, 2008.

DRIFT, R. Van Der. **Democracy: Legitimate Warfare in Guinea-Bissau**. Lusotopie, 1999, p. 225-240.

DUNN, J. **West African States: Failure and Promise**. A study in comparative politics. New York, 2008.

EBO, A. Security Sector Reform as an Instrument of Sub-Regional Transformation in West Africa. **DCAF**: Geneva, 2004.

ECOI. NET. **Trafficking in Persons Report: Guinea-Bissau**. Ecoi-Net, 2019. Disponível em <https://www.ecoi.net/en/document/2010816.html>. Acessado em 16/12/2019.

EINARSDÓTTIR, J. Partnership and Post-War Guinea-Bissau. **African Journal International Affairs**, v. 10, n. 1 e 2, p. 93-112. Codesria, Dakar, 2007.

EINARSDÓTTIR, J.; BOIRO, H.; GEIRSSON, G.; GUNNLAUGSSON, G. **Child trafficking in Guinea-Bissau an explorative study**. Unicef Iceland, 2010.

ELBADAWI, I; MUEGA, F. **Regional Integration and Foreign Direct Investment in Sub-Saharan Africa**. Working Paper, African Economic Research Consortium, 2007.

ELLIS, S. 'West Africa's international drug trade'. **African Affairs** 108-431, p. 171-96, 2009.

EMBALÓ, B. **Civil-military relations and political order in Guinea-Bissau**. Guinea-Bissau, INEP Bayreuth University, Germany, 2012.

ENGLEBERT, P. **Africa Unity, Sovereignty, and Sorrow**. Lynne Rienner, Boulder London, 2009.

_____.; DUNN C. K. **Inside African Politics**. Lynne Rienner, United States, 2013.

EUR-LEX. Mission in support of Security Sector Reform in Guinea-Bissau. EU Open Data Portal, 2008. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/SL/LSU/?uri=CELEX:32008E0112>. Acessado em 13/12/2019.

EUROPEAN UNION. **EU Mission in Support of Security Sector Reform in the Republic of Guiné-Bissau**, 2009.

EZEOKAFOR, E. **Securitization Process and West African Security Regime**. Led Neo-Patrimonial Threats. University of Dundee, 2015.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Tradução Antônio Massano. Lisboa. 3.ed. Livraria Letra Livre, 2015.

FERNANDES, J. L. Portugal between Lusophony, the European Union and the rest of the world. Strategic challenges and multiterritoriality in the 21st century. Méditerranée, 2018.

FAYE, A. K.; KANTÉ, A.; TOUPANE, P. M. **Guinea-Bissau: Priorities for long-term stability**. Institute for Security Studies: Dakar, 2019.

FERNANDES, J. **Le Petit État en Relations Internationales**. The Small State in International Relations - Between Vulnerability and Aspiration to Power, 2017.

FILHO, W, T. **A Construção da Nação e o Fim dos projetos Crioulos: Os Casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau**. Codesria, Dakar, 2005.

_____. **O Projeto Nacional na Guiné-Bissau**. Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 913-943, setembro, 2016.

FISHER, J. **Image Management and African Agency**. Routledge, New York, 2013.

FORREST, J. B. **Guinea-Bissau: power, conflict and renewal in a West African Nation**. Boulder and Oxford: Westview Press, 1992.

_____. **Guinea-Bissau`s Colonial and Post-Colonial Political Institutions**. Hurst& Company, London, 2016.

FOUCHER, V. **Wade`s Senegal and its Relations with Guinea-Bissau: Brother, Patron or Regional Hegemon?** The South African Institute of International Affairs (SAIIA), 2013.

FRANCE DIPLOMATIE. Relação entre França e a Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/guinea-bissau/france-and-guinea-bissau>. Acesso em: 2018 nov. 2018.

FREEDOM HOUSE. Guinea-Bissau. Disponível em <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/guinea-bissau>. Acessado em 20 de abril 2019.

GARUBA, A.; IKELEGBE, D. **Youth and Conflicts in West African**. Regional Threats and Potentials. Codesria, 2007.

GBERIE, L. **Crime, Violence, and Politics: Drug Trafficking and Counternarcotics Policies in Mali and Guinea. Improving Global Drug Policy: Comparative Perspectives and UNGASS**, 2016.

GEORG, K.; EMBALÓ, B.; EMBALÓ, I. “Local Strategies of Conflict Resolution in Guinea-Bissau. A Project Proposal in Legal Anthropology”. **Recht in Afrika**, n. 2, p. 253-272, 2006.

GERRING, J. **Case Study Research. Principles and Practices**. United States: New York, Cambridge University Press, 2007.

GIABA. **The Nexus between Small and Light Weapons and Money Laundering and Terrorist Financing in West Africa**. Dakar, 2013.

GIABA. **Nono Relatório de Acompanhamento. Avaliação Mutua. Guiné-Bissau**, 2015. Disponível em: https://www.giaba.org/media/f/935_9th%20FUR%20Guinea%20Bissau%20-%20Portuguese.pdf. Acessado em 02 out. 2019.

GILLHAM, B. **Case Study Research Methods**. London: British Library, 2000.

GLEIJESES, P. The First Ambassador: Cuba`s Contribution to Guinea-Bissau`s War of Independence. **Journal of Latin American Studies**, v. 29, n. 1, p. 45-88. Cambridge University Press, 1997.

GLOBAL INITIATIVE. **Against Transnational Crime**. Still a narco-state? Guinea-Bissau`s illegal drug economy. Global Initiative, 2018. Disponível em <https://globalinitiative.net/guinea-bissau-illegal-drug-economy/>. Acessado em 14/12/2019.

GLOBAL SECURITY. Guinea-Bissau - Military Personnel. Disponível em <https://www.globalsecurity.org/military/world/africa/gnb-personnel.htm>.

Acessado em 30 jul. 2019.

_____. Guinea-Bissau Army. Global Security. org. 2020. Disponível em <https://www.globalsecurity.org/military/world/africa/gnb-army.htm>. Acessado em 17/02/2020.

GOODE W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979: 422.

GREEN, T. **Dimensions of Historical Ethnicity in the Guinea-Bissau Region**. Hurst & Company, London, 2016.

GRIMM, S. **Aid Dependency as a Limitation to National Development**. Routledge: New York, 2013.

GUINEA-BISSAU. EU Election Observation Mission Guinea-Bissau 2005 1 Final Report on the Presidential Elections.

_____. Human Development and Indicators: 2018 Statistical Update. Briefing note countries on the 2018 statistical update. Bissau, 2018b.

_____. Integrated Country Strategy. For Public Release, 2018a.

_____. Partnership Framework Between Guinea-Bissau and The United Nations 2010-2020. United Nations Resident Coordinator's Office, Bissau, Guinea-Bissau, 2014.

_____. United Nations Peacebuilding Support Office/Peacebuilding Fund (PBSO/PBF) Peacebuilding Priority Plan, 2017.

HERBST, J. The creation and maintenance of national boundaries in Africa. **International Organization**, v. 43, n. 4, Autumn, 1989.

_____. Responding to State Failure in Africa International Security. **International Security**, v. 21, n. 3, p. 20-44, 1996/7.

HERPOLSHEIMER, J.; DORING, K. P.W, 2016. **African Union-European Union relations: joint consultative meeting on Peace and security**. Press NL, Addis Ababa, Ethiopia, 2017.

HEY, J. A. K. **Small States in World Politics Explaining Foreign Policy Behavior**. Linne Rienner, London, 2003.

HOBSBAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HORTA, L. **Guinea Bissau: Africa's first narcostate**. Disponível em https://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/guinbisauhorta.html. Acessado em 01 Agosto. 2019.

_____. **Guinea-Bissau: China Sees a Risk Worth Taking**. CSISI, 2007.

HUDSON, V. M. **Foreign Policy Analysis**. Rowman & Littlefield: United Kingdom, 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Guinea-Bissau: Pass Anti-Trafficking Law. Prevent Children From Being Taken Across Borders to Face Abuse, Exploitation**. Disponível em <https://www.hrw.org/news/2010/07/20/guinea-bissau-pass-anti-trafficking-law>. Acessado em 16/12/2019.

HUNTINGTON, S. P. **The Third Wave of Democratization in the Late Twentieth Century**. London: University of Oklahoma Press, 1991.

HURT, S. R. **The European Union's External Relations with Africa After the Cold War.** Aspects of Continuity and Change. Routledge, Taylor & Francis Group, London, 2004.

HECKELMAN, J.; KNACK, S. Foreign Aid and Market-Liberalizing Reforma. World Bank Policy Research Working Paper 3557, April 2005. Disponível em documents.worldbank.org/curated/en/736311468780596995/pdf/wps3557.pdf. Acessado em 16/02/2020.

INDEX MUNDI. Despesas militares na Guiné-Bissau. Disponível em <https://www.indexmundi.com/facts/guinea-bissau/military-expenditure>. Acessado em 02 agost. 2019.

INTCHAMA, J. F.; BELHABIB, D.; JUMPE, R. T. **Assessing Guinea Bissau's Legal and Illegal Unreported and Unregulated Fisheries and the Surveillance Efforts to Tackle Them.** Disponível em <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fmars.2018.00079/full>. Acessado em 01 out. 2019.

INTER PRESS SERVICE. West Africa`s Fine Line Between Cultural Norms and Child Trafficking. IPS, 2019. Disponível em www.ipsnews.net/2019/05/west-africas-fine-line-cultural-norms-child-trafficking/. Acessado em 13/12/2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Guinea-Bissau: Article IV Consultation and Fourth Review Under the Extended Credit Facility Arrangement, and Financing Assurances Review-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Guinea-Bissau. December 18, 2017.

INTERPOL. Environmental Security Sub-Directorate Project Scale. Study on Fisheries Crime in the West African Coastal Region, 2014.

INTERPOL. Guinea-Bissau Cocaine-Seizure Interpol team Supporting Investigation. Disponível em <https://www.interpol.int/es/Noticias-y-acontecimientos/Noticias/2019/Guinea-Bissau-cocaine-seizure-INTERPOL-team-supporting-investigation>. Acessado em 26 set. 2019.

ISSAT. Guinea-Bissau SSR Background Note. Disponível em <https://issat.dcaf.ch/Learn/Resource-Library/Country-Profiles/Guinea-Bissau-SSR-Background-Note#4Aii>. Acessado em 27 Maio 2019.

IYEKOLO, W.; LUNDE, P. **“Detaining the wind”**: Shadow states, UN and the illicit drug trafficking combat in West Africa. Alborg, 2011.

JACKSON, R.; ROSBERG, C.G. **Why Africa's Weak States Persist: the empirical and the juridical in statehood.** World Politics, 1982.

JAYE, T.; AMADI, S. **Ecowas & Dynamics of Conflict and Peace-building.** Codesria, 2007.

JESSE, N. G; DREYER, J R. **Small States in the International System at Peace at War.** Lanham. Boulder. New York. London, 2016.

JORDAAN, E. Collective Security in Africa: The Tension Between Theory and Practice. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 39, n. 1. Stellenbosch University, South Africa, 2016.

JUNG, C. F. **Metodologia Científica: ênfase em pesquisa tecnológica.** UFRGS, 2003.

KACOWICZ, A. M. **Zones of Peace in the Third World.** South America and West Africa in Comparative Perspective. New York, 1998.

KALDOR, M. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era.** Cambridge, Polity Press, 2001.

KELLY, R. E. **Security Theory in the New Regionalism.** University of the Pacific, 2007.

KHADIAGALA, G. M.; LYONS T. **African Foreign Policies.** Power and Process. Lynne Rienner, Boulder London, 2001.

KHALEEL, Ali. **Foreign Policy Orientation of Small Island States: an Evaluation of the Foreign Policies of Vanutu and the Mandives.** (Thesis-Doctor of Philosophy in Political Science in the University of Canterbury, 1999, p. 320).

KIEH, JR, G. K.; AGBESE, P. O. **Reconstructing the Authoritarian State in Africa.** Routledge. New York, 2014.

KLINGEBIEL, S. **How Much Weight for Military Capabilities? Africa's New Peace and Security Architecture and The Role of External Actors.** Deutsches Institut for Entwicklungs Politik, 2005.

KOHL, C. **National Integration in Guinea-Bissau since Independence.** Centro de Estudos Internacionais, 2010.

_____. The Reform of Guinea-Bissau's Security Sector. **Prif Report**, n. 126. Peace Research Institute Frankfurt, 2014.

KOHNERT, D. **The Impact of Foreign Affairs on the political and social transition in Guinea-Bissau.** Giba - German Institute of Global and Area Studies/ Institute of African Affairs, 2000.

_____. **Guinea-Bissau. Yala Ousted, Donor Confidence Rebounds.** Disponível em <https://www.academia.edu/11266258/2011>. Guinea-Bissau. In Africa Contemporary Record Survey and Documents 2003

04 Volume 29 edited by Colin Legum. Pp. B1 B16. New York Africana Publishing. Acessado em 31 Jul. 2019.

_____. **The Impact of Foreign Affairs on the political and social transition in Guinea-Bissau.** Giba - German Institute of Global and Area Studies/ Institute of African Affairs, 2000.

_____. **'Democratization via elections in an African 'narco-state': the case of Guinea-Bissau', German Institute of Global and Area Studies (GIGA).** 2010. Disponível em <https://www.voltairenet.org/IMG/pdf/Guinea-Bissau.pdf>. Acessado em 11 Jul. 2019.

KOVSTED, J; TARP, F. **Guinea-Bissau: War, Reconstruction and Reform.** UNU/WIDER, 1999.

KRAUSE, K. **Critical Security Studies.** University of Minnesota Press, 1997.

KROSLAK, D. **France's Policy Towards Africa. Continuity or Change?** Routledge, Taylor& Francis Group, London and New York, 2004.

KSHETRI, N. Cybercrime and Cybersecurity in Africa, **Journal of Global Information Technology Management**, n. 22, P. 2 77-81, DOI: 10.1080/1097198X.2019.1603527. Routledge Taylor& Francis Group, 2019.

KRUGER A; MARTIN, G. Guinea Bissau Armed Forces. Defenceweb, 2013. Disponível em <https://www.defenceweb.co.za/security/african-militaries/guinea-bissau/>. Acessado em 14/02/2020.

LEE, D. **African Agency in Global Trade Governance.** Routledge, New York, 2013.

LIJPHART, A. Comparative Politics and the Comparative Method. **American Political Science Review**, v. 65, n. 3, p.682–693, 1971.

LINDNER, S. **Overview of Corruption and Anti-Corruption in Guinea-Bissau.** Transparency International, 2014.

LOPES, C. (Org.) **Desafios Contemporâneos da África.** O Legado de Amílcar Cabral. Unesp: São Paulo, 2011.

LPERS, P.; MARCUS, W. **Guinea-Bissau — Gun Facts, Figures and the Law.** Sydney School of Public Health, The University of Sydney. GunPolicy.org, 25 June. Disponível em <https://www.gunpolicy.org/firearms/region/guinea-bissau>. Acessado em 11 jul. 2019.

LUCCHETTI, M. **Cybercrime legislation in Africa Regional and International standards.** Disponível em <https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/34122-wd->

05.pres cybercrime legislation in africa 12apr2018 matteo l.pdf. Acessado em 02 out. 2019.

LUNDY, B. **Guinea-Bissau**. Yala Ousted, Donor Confidence Rebounds. Disponível em https://www.academia.edu/11266258/2011_Guinea-Bissau. In *Africa Contemporary Record Survey and Documents 2003 04 Volume 29* edited by Colin Legum. Pp. B1 B16. New York Africana Publishing. Acessado em 31 Jul. 2019.

_____. **The Lukeworn Response from the International Community to the Crises in Guinea-Bissau**. E-ir. info. 2012.

MACAUHUB. **Acordos de Pesca entre a União Europeia e a Guiné-Bissau**. Disponível em: <https://macauihub.com.mo/2018/11/16/pt-guine-bissau-e-uniao-europeia-assinam-novo-acordo-de-pescas/>. Acesso em: 2018 jul. 2018.

MACAUHUB. **Angola remains interested in Guinea-Bissau bauxite**. Macauihub, 2018. Disponível em <https://macauihub.com.mo/2018/04/11/pt-angola-mantem-interesse-na-bauxite-da-guine-bissau/>. Acessado em 14/ 12/ 2019.

MADEIRA, L. F, LAURENT, S. ROQUE. S. **The international cocaine trade in Guinea-Bissau: current trends and risks**. Norwegian Peacebuilding Centre, 2011.

MAIHOLD, G; VILLAMAR, Z. El G20 y los países emergentes. **Foro Internacional: El Colegio de México**, 2015.

MALLINDER, L. **Stil a Narco-State?** Guinea-Bissau`s illegal drug economy. 2018. Disponível em <https://globalinitiative.net/guinea-bissau-illegal-drug-economy>. Acessado em Jul.10 2019.

MANGALA, J. **New security threats and crisis in Africa**. Regional and international perspectives. Palgrave Macmillan, 2010.

MARC, A.; NEELAM, V.; MAGORA, S. **The Challenge of Stability and Security in West Africa**. World Bank, 2015.

MASSEY, S. **Global Geopolitics and the Failure of Securitization in Guinea-Bissau**: Hurst& Company, London. United Kingdom, 2016.

MASSEY, S. Multi-Faceted Mediation in the Guinea-Bissau Civil War. *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies*, v. 32, n. 1, 2004.

MAXWELL, K. Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976). In: **Regimes e Império: as relações Luso-Americanas no século XX**, Publicação da Fundação Luso-Americana, Lisboa, 2006.

MCGUIRE, P. L. **Narcotics trafficking in West Africa: A Governance challenge**. Boston, 2010.

MENDES, P. R. **Guinea-Bissau: Peacebuilding responses to impunity and exclusiveness**. EPLO, 2013.

MACROTRENDS. Guinea-Bissau Military Spending/Defense Budget 1982-2020. Disponível em <https://www.macrotrends.net/countries/GNB/guinea-bissau/military-spending-defense-budget>. Acessado em 15/02/2020.

MENDY, P. K. **Amílcar Cabral e a Libertação da Guiné-Bissau: contexto, Desafios e Lições para uma liderança Africana Efetiva**. Unesp: São Paulo, 2011.

MOYO, D. **Dead Aid**. Why Aind Makes Things Worse and How There is Another Way for Africa. Penguin Books: England, 2010.

MUSAH, A.F. **West Africa: Governance and Security in a Changing Region**. International Peace Institute, 2009

N'DIAYE, B. **Conflicts and Crises: Internal and International Dynamics**. Codesria, 2007.

NANJIRA, Daniel Don. **African Foreign Policy and Diplomacy from Antiquity to the 21st Century**: United States, California, Praeger, 2010.

NAVIAS, M. Ballistic Missile Proliferation in the Middle East. **Survival**, v. 31, n. 3, p. 225-39, 1989.

NORDISKA AFRICA INSTITUTE. **Morocco goes West African**. Disponível em <http://nai.uu.se/news/articles/2017/06/29/092656/index.xml>. Acessado em :30/06/2017.

NIASS, S. **Study on trafficking in persons in West Africa: an analysis of the legal and political framework for the protection of victims**. Dakar, 2003.

NOSSITER, A. U.S. **Sting That Snared African Ex-Admiral Shines Light on Drug Trade**. Disponível em <https://www.nytimes.com/2013/04/16/world/africa/us-sting-that-snared-guinea-bissau-ex-admiral-shines-light-on-drug-trade.html?register=email&auth=register-email>. Acessado em 10 Jul. 2019.

NYONG'O. A. **Promotion of democracy as a goal of US foreign policy in Africa**. Kenya, 2006.

NZONGOLA-NTALAJA, G. **Major Challenges of Governance in Africa Today**. Palgrave Macmillan: University of North Carolina, 2017.

O'BRIEN, D.B.C.; DUNN, J.; RATHBONE, R. **Contemporary West African states**. London, 1991.

O'REGAN, D. **The evolving drug trade in Guinea-Bissau and West Africa**. International Relations and Security Network, 2014. Disponível em https://www.files.ethz.ch/isn/187952/ISN_182200_en.pdf. Acessado em 11 jul. 2019.

O'REGAN, D.; THOMPSON, P. **Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África**. Centro de Estudos Estratégicos de África Washington, D.C, 2013. Disponível em <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASR02PT-Promover-a-Estabilidade-e-a-Reconciliação-na-Guiné-Bissau-Lições-do-Primeiro-Narco-Estado-de-África.pdf>. Acessado em 11 Jul. 2019.

OBI, C. **Transnational Security and African States**. Uppsala, 2009.

OBSERVATOIRE DE L'AFRIQUE. **Security Sector Reform (SSR) in Guinea-Bissau**. Africa Briefing Report Egmont Palace, Brussels – 28 January 2008 February. Disponível em www.obsafrique.eu/wp-content/uploads/2011/03/SSR-Guinea-Bissau-janvier08.pdf. Acessado em 26 jul. 2019.

OCDE. **Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em estados frágeis**: República da Guiné-Bissau, OECD Publishing, 2011.

OCDE. **The OECD DAC Handbook on Security System (SSR), Supporting Security and Justice**. Paris, OECD, 2007.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. Disponível em <https://ustr.gov/countries-regions/africa/west-africa/guinea-bissau>. Acessado em set. 2018.

OLOLADE, O. O. Civil War in Guinea-Bissau: June 1998- May 1999. **Global South Sephis e-Magazine**, v.1, n.3, 2005.

ONWUMECHILI, C. **African Democratization and Military Coups**. Westport, CT: Praeger, 1998.

IOL. US suspends military aid to Guinea-Bissau. News Africa, 2003. Disponível em <https://www.iol.co.za/news/africa/us-suspends-military-aid-to-guinea-bissau-113234>. Acessado em 13/02/2020.

PLATAFORMA. Portuguese Business Association in Guinea-Bissau has been created. Business, 2018. Disponível em <https://www.plataformamedia.com/en-uk/news/society/portuguese-business-association-in-guinea-bissau-has-been-created-9465065.html>. Acessado em 13/02/2020.

PIRES, I. **Borders and Borderlands: Today's Challenges and Tomorrow's Prospects.** Proceedings of the Association for Borderlands Studies Lisbon Conference, Lisbon: Centro de Estudos Geográficos, 2012.

RELIEFWEB. Guinea-Bissau: Portuguese envoy helps government prepare aid appeal. Reliefweb, 2003. Disponível em <https://reliefweb.int/report/guinea-bissau/guinea-bissau-portuguese-envoy-helps-government-prepare-aid-appeal>. Acessado em 17/02/2020.

REFWORLD. GUINEA-BISSAU. Human Rights in War and Peace. Amnesty International, 1999. Disponível em <https://www.refworld.org/pdfid/45c06f252.pdf>. Acessado em 17/02/2020.

RAIMUNDO, L. C. da; AZEVEDO, C. A. L. et al. **A Emergência da China e suas Relações com a América Latina e África.** Centro de Estudos de Relações Internacionais de Faculdade de Campinas, São Paulo, 2011.

RDP ÁFRICA. Cooperação entre a União Europeia e a Guiné-Bissau. Disponível em http://www.rtp.pt/rdpafrika/noticias-africa/ue-financia-luta-contra-o-crime-transnacional-na-guine-bissau-com-620-mil_3487. Acessado em 2018 Dez. 2018.

RENO, W. **Warlord Politics and African States.** Boulder, CO: Lynne Rienner, 1998.

_____. **Warfare in Independent Africa.** Cambridge University Press, New York, 2011.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Resenha de Política Exterior do Brasil. Ministério de Relações Exteriores. A visita do Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira. Discursos dos Presidentes João Figueiredo e do Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 2 de julho de 1984, por ocasião de jantar oferecido ao Presidente daquele País.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Senado Federal Mensagem**, n. 78, de 2018. (n. 424/2018, na origem).

REUTERS. Angola to end military reform aid in Guinea-Bissau. Top News, 2012. Disponível em <https://af.reuters.com/article/newsOne/idAFJOE83900P20120410>. Acessado em 14/ 12/ 2019.

REUTERS. Reforma no Setor de Defesa. Disponível em <https://www.reuters.com/article/bissau-military-reform/heroes-to-villains-army-is-bissaus-big-problem-idUSL6E8F10EV20120405>. Acessado em 28 maio 2019.

RFI. Guiné-Bissau. Comércio guineense atrai imigrantes para o país. RFI, 2017. Disponível em www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20170714-comercio-guineense-atrai-emigrantes-para-o-pais. Acessado em 09/ 01/2020.

RHEENEN, G. B. **Communicating Christ in Animistic Contexts**. Grand Rapids, MI: Baker, 1991.

ROBERT, A, C. **L'Àfrique au secours de l'occident**. Sankofa & Gurli: Paris, 2006.

ROQUE, S. **Peacebuilding in Guinea-Bissau: A Critical Approach**. University of Coimbra, 2009.

ROTHCHILD, D.; KELLER, E. **Africa-US Relations**. Strategic Encounters. Lynne Rienner, Boulder, London, 2006.

RUDEBECK, L. **Electoral Democratisation in Post-Civil War Guinea-Bissau 1999-2008**. Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala 2011.

RUDEBECK, L. **On Democracy's Sustainability**. Transition in Guinea-Bissau. Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency, SIDA Studies n. 4, 2001.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Memorando de Cooperação com a República Popular da China. Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades. Secretaria de Estado da Cooperação Internacional. Direcção Geral da Cooperação Internacional, agosto 2017.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Memorando de Cooperação entre a República da Guiné-Bissau e a Federação da Rússia. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades. Direcção Geral da Cooperação Internacional, dezembro 2012.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Memorandum de Cooperação Guiné-Bissau/ Gâmbia. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades, Secretaria de Estado da Cooperação Internacional e das Comunidades. Direcção Geral da cooperação Internacional, setembro 2016.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Memorandum. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades Visita do Primeiro Ministro Dakar, Dezembro de 2015.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Revisão do Documento Estratégico da RSS (2016). Reestruturação e Modernização dos Sectores de Defesa, Segurança e Justiça. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP): Bissau, 2016.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Política de Defesa Nacional, proposta. Conceito Estratégico de Defesa Nacional, proposta. Bissau, 2017.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Constituição da República de 1984 e 1996.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Senado Federal Mensagem n. 78, de 2018. (nº 424/2018, na origem).

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Constituição da República anotada. Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas Faculdade de Direito de Bissau. Bissau, 2019.

SAHLE, N. E. **Democracy, Constitutionalism, and Politics in Africa**. Historical Contexts, Developments, and Dilemmas. Palgrave Macmillan: University of North Carolina, 2017.

SAINÉ, A. **The Paradox of Third-Wave Democratization in Africa**. The Gambia under AFPRC-APRC Rule, 1994-2008. Lexington Books, 2009.

SALICHS, T. S. **Guinea Bissau and the conflict in Casamance, key borderland stakes**. Draft paper, 2015.

SANGREMAN, C. **A Política Econômica e Social na Guiné-Bissau- 1974-2016**. Working paper CEsa CSG 146, 2016.

SANGREMAN, C.; DELGADO, F., MARTINS L.V. (Guinea-Bissau (2014 - 2016)). An empirical study of economic and social human rights in a fragile state. **Advances in Social Sciences Research Journal**, v. 5, n. 3, p. 66-84, 2018.

SANGREMAN JR, C. F. S.; ZEVEERINO, G. R.; BARROS, M. J. «Guiné-Bissau (1994-2005). Um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil », **Lusotopie** [Online], v. XV, n. 1, 2008, posto online no dia 22 fevereiro 2016, consultado o 15 janeiro 2019. URL:<http://journals.openedition.org/lusotopie/738>.

SCHELDROP, M. **Lilliptian Choice**: Explaining Small States Foreign Policy Variation. University of Colorado Boulder, 2014.

SCHRÖDER, D. **Guinea Bissau**. Security sector reform and combating drugs. 2008.

SHAW, M. Drug trafficking in Guinea-Bissau, 1998–2014: the evolution of elite protection network. **J. of Modern African Studies**, Cambridge University Press, v. 53, n. 3, p. 339-363, 2015.

SHUBIN. **Russia and Africa**. Moving in the right direction? In: Ian Taylor and Paul Williams (ed.). *Africa in International Relations*. Routledge, London and New York, 2004.

SICURELLI, Regional Partners? Perceptions and criticisms at the African Union. Routledge, New York, 2010.

SMALLARMSSURVEY. Guinea-Bissau. SAS ECOWAS PART 2 26.4.2005. Disponível em www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/D-Book-series/book-01-Armed-and-Aimless/SAS-Armed-Aimless-Part-2-08-Guinea-Bissau.pdf. Acessado em 17/02/2020.

SIRADAG, A. Understanding French Foreign and Security Policy towards Africa: Pragmatism or Altruism. **Afro Euroasian Studies Journal**. v. 3, n.1, 2014.

SJÖGREN, A; OLOO, O.; PATEL, S. **State, Civil Society and Democracy In Kenya: Kenyans for Peace with Truth and Justice (KPTJ) and the Political Crisis of 2007–2008**, 2017.

SOUR, L. The Strategy of Securitization in African Sahel: Regional Arrangements and Transnational Security Challenges. **International Journal of Political Science (IJPS)** Volume 1, Issue 2, PP 6-18 ISSN 2454-9452, 2015.

TAVARES, R. **Security in South America: The Role of States and Regional Organizations**. Linne Rienner, Estados Unidos, 2014.

TURYINSKAYA, C. The Coup in Guinea-Bissau. RIAC, 2012. Disponível em <https://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/analytics/the-coup-in-guinea-bissau/>. Acessado em 16/02/2020.

TAYLOR, I. **The “All-Weather-First Century”?** Sino Africa Interaction in the Twenty-First Century. Routledge, Taylor & Francis Group, London and New York, 2004.

_____. **The International Relations of Sub-Saharan Africa**. Continuum: New York, London, 2010.

TELEPNEVA, N. **Our Sacred Duty the Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Cold War, 1961-1975**. London School of Economics, 2014.

TEREBEY, S. **African Union Cybersecurity Profile: Seeking a Common Continental Policy**. The Henry M. Jackson School of International Studies. University of Washington, 2016.

THE GUARDIAN. **Guinea-Bissau struggles to end its role in global drugs trade**. Disponível em <https://www.theguardian.com/global-development/2016/jan/07/guinea-bissau-global-drugs-trade>. Acessado em 10 jul. 2019. Acessado em 10 jul. 2019.

THE HALO TRUST. Guinea Bissau. Disponível em <https://www.halotrust.org/where-we-work/africa/guinea-bissau/>. Acessado em 01 Agosto 2019.

THE MARITIME EXECUTIVE. Illegal Fishing Harming West Africa, Says Greenpeace, 2017. Disponível em <https://www.maritime-executive.com/article/illegal-fishing-harming-west-africa-says-greenpeace>. Acessado em 02 out. 2019.

THE MARSHALL ISLANDS REGISTRY. Here’s why West Africa is becoming the world’s piracy hotspot. Piracy and Security News. 2019. Disponível em <https://www.hellenicshippingnews.com/heres-why-west-africa-is-becoming-the-worlds-piracy-hotspot/>. Acessado em 13/12/2019.

THIONG`O, N, W. **Pour une Afrique Libre**. Philippe Rey: Paris, 2017.

THORHALLSSON, B. **Small States in the un Security Council: Means of Influence?** University of Iceland, 2011.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. Edusp, São Paulo, 1996.

_____. **Democracia**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

TRADE ORGANIZATION: WT/TPR/S/362/Rev.1. Guinea-Bissau-Senegal Relations, 2018.

TRALAC TRADE LAW CENTRE. Gambia: Intra-Africa trade and tariff profile. Tralac, 2018.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Guinea-Bissau. U.S Relations with Guinea-Bissau. June 20, 2016. Disponível em <https://2009-2017.state.gov/r/pa/ei/bgn/5454.htm>. Acessado em 09/01/2020.

UNIOGBIS. Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. Disponível em <https://dpa.un.org>. Acesso em: 2018 nov. 2018a.

UNIOGBIS. Relançar a Reforma do sector da Defesa e da Segurança na Guiné-Bissau. Dakar: ISS, 2018b.

UNIOGBIS. SRSG briefs ECOWAS Committee of Chiefs of Defence Staff on UNIOGBIS activities on SSR. 2010. Disponível em <https://uniogbis.unmissions.org>. Acessado em 16 jul. 2019.

UNITED NATIONS. Report of the Secretary-General on developments in Guinea-Bissau and the activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau. Security Council, 10 August 2017.

UNITED NATIONS. Assembly Elects Chile, Egypt, Guinea-Bissau, Poland, Republic of Korea to two-year terms on Security Council. Disponível em <https://www.un.org/press/en/1995/19951108.ga8989.html>. Acessado em 29 Jul. 2019.

UNODC. Mid-term Independent Project Evaluation ‘Support to the ECOWAS Regional Action Plan on illicit drug trafficking, related organized crime and drug abuse in West Africa’, 2018. Disponível em https://www.unodc.org/documents/evaluation/Independent_Project_Evaluations/2018/XAWZ_28_Independent_mid-term_Evaluation_Report_Dec_2018.pdf. Acessado em 13/ 12/ 2019.

UNODC. Regional Action Plan to Address the Growing Problem of Illicit Drug Trafficking, Organised Crimes and Drug Abuse in West Africa 2008. 2011a. Disponível em

<https://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/ecowasresponseactionplan.html>. Acessado em 13/12/2019.

UNODC. The Transatlantic Cocaine Market. Research Paper, April 2011b. Disponível em https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Transatlantic_cocaine_market.pdf. Acessado em Jul. 24 2019.

UNODC. Regional Programme for West Africa 2010-2014.

UNODC. Bissau-Guinea authorities achieve largest ever drug seizure in the history of Guinea-Bissau. 2019. Disponível em <https://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/2019-03-15-seizure-guinea-bissau.html>. Acessado em 25 set. 2019a.

UNODC. Bissau Police Undergo UNODC Computer Based Training on Law Enforcement. 2019b. Disponível <https://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/wsbissau1010.html>. Acessado em 02 out. 2019.

UZOECHINA, O. **Reforma e Governação do Setor de Segurança na África Ocidental: Dos Conceitos à Realidade**. Genebra, 2014. Disponível em <https://www.dcaf.ch/>. Acessado em 04 de setembro de 2019.

UNDP. Study on Lessons Learned of the Former Processes of Demobilization, Reinsertion and Reintegration in the Republic of Guinea-Bissau. UNDP, 2010. Disponível em <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/GNB/DDRLessonsLearnedFINAL-ENG.pdf>. Acessado em 15/02/2020.

VALSECCHI, P. **Power and states formation in West Africa**. Palgrave Macmillan, 2011.

VAMAIN, C. **Guiné-Bissau: 35 Ans Après L'Indépendence**. Paris: Philippe Rey, 2010.

VAN CRANENBURGH, O. Democracy promotion in Africa: the institutional context. Routledge: Taylor& Francis Group, New York, 2012.

VIGH, H. **Navigating Terrains of War: Youth and Soldiering in Guinea-Bissau**. New York: Berghahn, 2006.

WACD. Not Just in Transit. Drugs, the State and Society in West Africa. Disponível em www.wacommissionondrugs.org/WACD_report_June_2014_english.pdf. Acessado em 24 Jul. 2019.

WAGNER, J. A. B. **Small States in Global Affaires**. Palgrave Macmillan, 2008.

WANANDI, J. **The International Implications of the Third- World Conflict: A Third-World Perspective**.

WILLIAMS, D. **State Agency and State Formation in Africa**, 2013.

WOODSIDE, C. West Africa: America's Foreign Policy Post 9/11 and the "Resource Curse". A Head on Collision. **Journal of Military and Strategic**, v. 9, n. 4, summer, 2007.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Guinea-Bissau. Disponível em ://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2019_e/wts2019_e.pdf. Acessado em 07/01/2020.

WORLD TRADE ORGANIZATION; WT/TPR/S/362/Rev.1, 2018. Guinea-Bissau-Senegal Relations.

WORLDBANK. Implementation Completion Report Republic of Guinea-Bissau. Second Structural Adjustment Credit (Credit 2019-Gub). **Report**, n. 14685, 1995.

_____. O Banco Mundial Continua a dar Apoio em Saúde, Educação, Estradas e Água, para as Comunidades mais Pobres da Guiné-Bissau. 2014. Disponível em www.worldbank.org/pt/news/press-release/2014/02/07/wb-continues-support-for-health-education-roads-and-water-in-guinea-bissaus-poorest-communities. Acessado em 23 jun. 2019.

_____. Guinea-Bissau. Turning Challenges into Opportunities for Poverty Reduction and Inclusive Growth. Systematic Country Diagnostic (SCD). **Report**, n. 106725-GB, 2016.

_____. International Development Association International Finance Corporation Multilateral Investment Guarantee Agency Country Partnership Framework for Republic of Guinea-Bissau for the period fy18-fy21. **Report**, n. 114815-GW, 2017.

_____. Guinea-Bissau Public Expenditure Review Seizing the Moment: managing public finance for development. AFCF1 Country Management Unit. The World Bank Group, 2018.

_____. Projeto de Apoio à Segurança Alimentar de Emergência 2019. Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview#3>. Acessado em 23 jun. 2019.

WRIGHT, S. **African foreign policies**. Boulder (Colorado, EUA): Westview Press, 1999.

ZONDY, S. **Common Positions as African Agency in International negotiations**. Routledge: New York, 2013.